

MERCADO E REPRODUÇÃO DA UNIDADE CAMPONESA
ESTUDO DE CASO SOBRE PEQUENOS PRODUTORES DE ABACAXI
DA PARAIBA

PABLO RENATO SIDERSKY

MERCADO E REPRODUÇÃO DA UNIDADE CAMPONESA

ESTUDO DE CASO SOBRE PEQUENOS PRODUTORES DE ABACAXI

DA PARAIBA

Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA RURAL

Profª Gisélia Franco Potengy
Orientadora

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

CAMPINA GRANDE - PARAIBA

Março - 1989

MERCADO E REPRODUÇÃO DA UNIDADE CAMPONESA
ESTUDO DE CASO SOBRE PEQUENOS PRODUTORES DE ABACAXI
DA PARAIBA

PABLO RENATO SIDERSKY

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / / 89.

GISÉLIA FRANCO POTENGY
Orientadora

DEIS ELUCY SIQUEIRA
Componente da Banca

JOSEFA SALETE CAVALCANTI
Componente da Banca

MARIA CRISTINA MELO MARIM
Componente da Banca

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
Março - 1989

Aos meus avós, René e Roland, que, cada um à sua maneira, souberam estimular a minha curiosidade.

AGRADECIMENTOS

- . Às famílias dos agricultores que, com a maior paciência do mundo, "aguentaram" este pesquisador;
- . Ao SEDUP (Serviço de Educação Popular - Guarabira), que apoiou, inclusive financeiramente, a realização desta pesquisa;
- . Aos colegas Annalisa Bertolazzi e Giuseppe Tosi pelo apoio;
- . A Maria Valéria Rezende, pelo seu interesse, seus comentários críticos. A sua compreensão do papel da pesquisa no avanço das lutas populares foi um importante estímulo;
- . A José Camelo da Rocha e Geovani Jacó de Freitas (Gil) pela ajuda dada na supervisão da coleta dos dados de campo;
- . À minha orientadora, Gisélia Franco Potengy, pelo constante apoio durante a realização deste trabalho, assim como pela oportunidade das suas observações;
- . A Deis Siqueira e Beatriz Heredia, pelas suas valiosas contribuições;

- . Aos professores do Mestrado, pelo apoio, em particular no momento da minha chegada à Campina Grande;
- . Ao Projeto T.A./FASE, que "ajudou" no momento de redigir esta dissertação;
- . A Eliana, que ajudou de mil maneiras práticas. Mas, sobretudo, pelo apoio carinhoso e companheiro que foi tão importante para que esta dissertação chegasse a seu término.

RESUMO

Partindo da idéia da especificidade da economia camponesa, o autor acompanhou, durante nove meses, as atividades produtivas de quatro unidades domésticas de pequenos produtores de abacaxi do município de Araçagi (PB).

Primeiramente, o trabalho analisa, as duas facetas da produção:

- a combinação de objetos de trabalho, meios de produção e trabalho, segundo regras técnicas determinadas;
- a relação que os homens estabelecem entre si no ato de produzir - as relações de produção.

Mas, como o objetivo da produção da unidade doméstica camponesa é suprir o consumo da casa, o autor estuda esta como unidade de consumo. Constata que uma parte muito importante do consumo da casa é mediado pelo mercado.

A produção do roçado também possui uma intensa relação com o mercado. O autor mostra que esta relação se estabelece no processo de produção, através da compra de insumos e força de trabalho. O roçado também é produtor de mercadorias, sendo o abacaxi o principal produto comercial.

Para reconstituir as despesas das unidades domésticas, o autor junta os gastos da casa e do roçado. O gasto

total assim obtido é comparado com as receitas do roçado. Também são analisadas as outras receitas das unidades domésticas. Esta síntese permite uma discussão sobre as possibilidades eventuais de acumulação.

Nas Conclusões, o autor retoma vários temas que se destacaram no desenvolvimento do trabalho:

- A "opção" do abacaxi tem uma importância fundamental para a vida econômica das famílias estudadas. Em particular, determina uma relação intensa com o mercado.
- O comportamento econômico dos agricultores permite pensar numa "lógica" diferente à lógica empresarial.
- O método de estudo, que parte da idéia da especificidade camponesa, permite uma discussão sobre diferenciação.

RESUMÉ

Partant de l'idée d'une logique spécifique à l'économie paysanne, l'auteur a suivi, pendant 9 mois, les activités productives de quatre unités domestiques de petits producteurs d'ananas de la commune d'Araçagi (État de Paraíba, Brésil).

L'auteur étudie, en premier lieu, la production sous ses deux faces:

- une combinaison d'objets, moyens de travail e du travail, selon des règles techniques;
- une relation que les hommes établissent entre eux - les rapports de production.

Mais, comme l'objectif principal de la production paysanne est de satisfaire les besoins de consommation de la famille, l'auteur étudie le foyer comme unité de consommation. Il constate qu'une partie importante de la consommation passe par le marché.

L'unité de production paysanne a, aussi, une relation intense avec le marché. L'auteur montre que cette relation s'établi dans le processus de production, par l'achat d'engrais et de force de travail. L'unité paysanne est aussi productrice de marchandises, l'ananas étant le principal

produit commercial.

L'auteur rassemble les dépenses du foyer et de l'unité de production, obtenant ainsi la dépense totale, qui est comparé par la suite aux recettes de l'unité de production. Les recettes d'autres sources sont étudiées également. Cette synthèse permet une discussion sur l'éventuelle possibilité d'accumulation.

Dans la Conclusion, l'auteur reprend plusieurs thèmes :

- Le "choix" de l'ananas a une grande importance pour l'économie des familles étudiées. Plus particulièrement, il détermine une interaction importante avec le marché.
- La logique économonique des agriculteurs autorise à penser à une logique spécifique, différente d'une logique d'entreprise.
- La méthode d'étude, qui part de l'idée de la spécificité paysanne, permet de réfléchir sur le thème de la différenciation.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 - O TEMA ESTUDADO.....	06
1.1 - A economia camponesa. Algumas questões teóricas	06
1.1.1 - A especificidade da economia camponesa.	11
1.1.1.1 - O caráter familiar da unidade de produção.....	12
1.1.1.2 - A relação com o mercado.....	20
1.2 - A pesquisa.....	33
1.3 - As unidades domésticas pesquisadas e o contexto	46
CAPÍTULO 2 - A PRODUÇÃO NO ROÇADO.....	57
2.1 - O uso da terra.....	58
2.2 - Os ciclos produtivos.....	63
2.2.1 - O ciclo do consórcio do abacaxi.....	63
2.2.1.1 - A preparação do solo.....	64
2.2.1.2 - Plantio.....	65
2.2.1.3 - Cuidados culturais.....	70
2.2.1.4 - Colheita.....	76
2.2.1.5 - A energia e a reconstituição da fertilidade.....	77
2.2.2 - O consórcio da mandioca.....	80
2.2.2.1 - Preparação do solo.....	81
2.2.2.2 - Plantio.....	82
2.2.2.3 - Cuidados culturais.....	83

2.2.2.4 - Colheita.....	84
2.2.2.5 - A energia e a reconstituição da fertilidade.....	85
2.2.3 - O sítio.....	86
2.2.3.1 - Os cuidados anuais.....	87
2.2.3.2 - A colheita.....	88
2.2.3.3 - Energia e reconstituição da fertilidade.....	89
2.2.4 - O ciclo da pecuária bovina.....	89
2.2.4.1 - A terra dedicada à pecuária..	90
2.2.4.2 - O rebanho e seu manejo.....	91
2.2.4.3 - O trabalho neste ciclo.....	93
2.2.4.4 - O produto.....	93
2.2.4.5 - Interrelação com os ciclos agrícolas.....	94
2.3 - O trabalho no processo de produção.....	95
2.3.1 - Os calendários.....	96
2.3.2 - O trabalho em cada ciclo.....	98
 CAPÍTULO 3 - AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO ROÇADO.....	 105
3.1 - O acesso aos meios de produção.....	105
3.1.1 - A terra.....	106
3.1.1.1 - Propriedade.....	107
3.1.1.2 - Arrendamento.....	109
3.1.1.3 - Parceria.....	114
3.1.2 - Os insumos e os instrumentos de traba- lho.....	120
3.2 - O trabalho como relação social: o acesso ao trabalho produtivo.....	126

3.3 - Relações de produção e apropriação do produto....	144
CAPÍTULO 4 - A CASA, UNIDADE DE CONSUMO.....	155
4.1 - O "gasto" da casa.....	156
4.1.1 - O "gasto" alimentar.....	156
4.1.1.1 - O que vem do roçado.....	157
4.1.1.2 - O que vem da feira.....	159
4.1.1.3 - Comparando as despesas alimen- tares.....	166
4.1.2 - Os outros "gastos" da casa.....	171
CAPÍTULO 5 - ROÇADO E MERCADO.....	180
5.1 - As despesas do roçado.....	180
5.2 - O roçado, produtor de mercadorias.....	187
5.3 - A comercialização, segundo os agricultores de Poço Comprido.....	189
5.3.1 - As práticas comerciais.....	190
5.3.2 - O mercado do abacaxi.....	194
5.3.3 - Uma estimativa dos lucros do "negócio"...	195
5.3.4 - Quem são os comerciantes?.....	198
CAPÍTULO 6 - CASA, ROÇADO E MERCADO:.....	202
6.1 - Os fluxos físicos.....	202
6.2 - As despesas da Unidade Doméstica.....	205
6.3 - Despesas da Unidade Doméstica x Receitas do Roçado.....	207
6.4 - As outras receitas (ou, como o roçado recebe uma "ajuda").....	208

INTRODUÇÃO

A definição do objeto mais preciso desta dissertação - um estudo da produção e da reprodução de pequenos produtores de abacaxi - foi um processo longo. Não partimos de indagações teóricas sobre o campesinato, mesmo que o nosso interesse por questões ligadas à sociologia rural e à antropologia econômica já seja antigo.

A nossa principal motivação foi encontrada na prática. A partir de 1984 passamos a conviver com os movimentos sociais (sindical, de mulheres, etc.) do Brejo Paraibano. Isto se deu através da nossa participação numa equipe de assessoria.

Esta convivência fez aparecer vários dilemas que a prática dos atores sociais - os movimentos citados, a Igreja - colocava:

- Falava-se em proletarização e em necessidade de trabalhar com assalariados. Mas estes pareciam sonhar com um pedaço de terra.
- A Reforma Agrária era uma bandeira de luta de grande importância na região. Mas algumas pequenas experiências locais de luta, desembocando no acesso à terra, deixavam

muitas interrogações no ar. Não estava nem sequer esboçada a resposta à pergunta: "e depois de conquistar a terra; qual será o passo seguinte?". E a solução era ignorar esta indagação, confiando, talvez, no "saldo organizativo" ou na "nova consciência". A prática, no entanto, exigia uma reflexão e respostas mais concretas.

- Pairava no ar, particularmente no "ar" dos assessores, o dilema: se a tendência é à proletarização, qual o sentido da Reforma Agrária?

Algumas constatações sobre a realidade complicavam, ainda mais, os dilemas acima referidos. Por exemplo, era evidente para todos que o nível de vida ou, talvez, o nível de miséria generalizado igualava, "objetivamente", pequenos agricultores e assalariados. No mesmo sentido, ia a constatação de que era muito frequente o assalariamento, até mesmo, dos pequenos proprietários, sendo a outra face da mesma moeda o fato de que a grande maioria dos assalariados declaravam ter um roçado, mesmo muito pequeno.

Era também claro para todos que a luta pelo acesso à terra tinha um caráter intensamente mobilizador. Não faria nenhum sentido esperar ou apostar numa intensificação do processo de "separação total entre os produtores e os meios de produção". De qualquer forma, a Igreja participava, apoiando de maneira ativa a mobilização pelo acesso à terra.

Neste contexto um tanto confuso, foi ficando cada vez mais clara uma evidência que pode até parecer tautológica: não são a mesma coisa, pequeno agricultor e assalariado, mesmo que, às vezes, possam estar representados pela mesma pessoa. A realidade econômica do assalariado seria relativamente simples: o inimigo é o patrão, a briga é pelo salário. Mas isto não fazia sentido para o pequeno produtor. Aparecia, assim, a problemática da especificidade deste grupo social. O que podia ser traduzido, por sua vez, em interesses e formas de lutas específicas.

Foi ficando claro, também, que seria necessário estudar esta especificidade para fornecer elementos de compreensão e desfazer alguns equívocos. Como exemplo, poderíamos citar a crença generalizada entre a assessoria, e sobretudo entre os quadros da Igreja, da importância do auto-consumo e da conseqüente relação marginal que os pequenos produtores da região teriam com o mercado de produtos. Na Igreja, esta idéia adquiriria uma conotação de valor, positiva, é claro.

Podemos definir, então, como primeira aproximação do nosso objeto de estudo, a necessidade de dar conteúdo e concretude a esta especificidade. Ficou evidenciado o interesse de estudá-la.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira:

No Capítulo - 1 apresentamos a nossa problemática. Discutimos o marco teórico do nosso trabalho, assim como a metodologia adotada para a pesquisa de campo. Também fazemos uma apresentação da realidade estudada, situando as unidades pesquisadas no contexto no qual se encontravam inseridas.

No Capítulo - 2, analisamos o processo produtivo nas quatro Unidades Domésticas (UDs) estudadas. Nele se enfatiza o estudo do processo de trabalho, que combinando recursos naturais, instrumentos de trabalho e o trabalho, tem como resultado o produto do roçado.

Mas como nenhum estudo da produção será completo sem se abordar as relações que os homens estabelecem entre si no ato de produzir, o Capítulo - 3 é dedicado à análise das relações de produção, consideradas como acesso aos meios de produção e ao trabalho. Veremos, neste Capítulo, que existe uma relação entre as relações de produção assim definidas e a apropriação do produto do processo produtivo.

Partindo de que é na casa que o grupo doméstico se materializa enquanto unidade de consumo, o Capítulo - 4 estuda de que maneira é atendido o consumo familiar nas Unidades Domésticas (UDs) estudadas. Embora o roçado tenha por objetivo satisfazer ao consumo da casa, isto não significa que não existe uma mediação entre estes dois polos, dada pelo mercado. Esta mediação do mercado entre a produção do roçado e o consumo da casa é o ponto central do capítulo.

No Capítulo - 5 serão analisadas as relações entre o roçado e o mercado. Veremos que os processos produtivos, vistos no Capítulo - 2, determinam uma relação bastante in-

tensa com o mercado, no que diz respeito ao processo de reprodução do roçado. Ao mesmo tempo, o roçado é, também, um produtor de mercadorias. Conclui-se que o roçado é, ao mesmo tempo, vendedor, no mercado dos produtos agrícolas, e comprador, no mercado dos insumos e do trabalho.

Tendo estudado o roçado (Capítulos 2 e 3), a casa (Capítulo 4) e as relações que cada um destes elementos mantém com o mercado (Capítulos 4 e 5), o Capítulo 6 tenta integrá-los: os dados anteriores permitem reconstituir a totalidade das despesas da Unidade Doméstica, juntando os gastos da casa e do roçado. Esta despesa global é comparada à receita do roçado e, em seguida, à receita global das UDs, que incluem receitas de outras fontes. Veremos que, nesta integração ao mercado, é importante considerar, não somente, os montantes globais de gastos e receitas, mas também os momentos em que estes ocorrem. Isto permite estudar o papel do crédito. Finalmente, serão feitas algumas considerações sobre os resultados econômicos das UDs estudadas, e se discutirão as possibilidades eventuais de acumulação, partindo da produção do roçado.

CAPÍTULO - 1

O TEMA ESTUDADO

1.1 - A ECONOMIA CAMPONESA. ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS.

Partimos da idéia de que "a unidade camponesa é simultaneamente, uma unidade de produção e de consumo onde a atividade doméstica é inseparável da atividade produtiva" (CEPAL, 1985, p. 65). (Tradução nossa). (1).

Isto implica em admitir que a unidade doméstica camponesa é uma unidade de produção. Ela produz produtos agrícolas e pecuários. Mas dizer que o camponês é produtor significa admitir que ele controla meios de produção, organiza o processo produtivo e, como consequência, controla os bens produzidos (é "dono do produto"). Isto lhe confere uma certa autonomia, quando comparado a outros agentes econômicos. Isto implica em que a unidade camponesa tem um controle real sobre uma parcela, mesmo que seja muito reduzida, de

(1) Muitos outros autores destacam esta característica da unidade camponesa. Podemos citar TEPICHT (1973, p. 20), WOLF (1976, p. 28) , SHANIN (1976, p. 17), entre muitos outros.

meios de produção, entre os quais a terra, necessariamente. Tem algum tipo de autonomia quem "bota roçado" (2). Veremos que existe uma série de limitações que o sistema econômico global impõe, e que elas reduzem e fragilizam o acesso aos meios de produção, inclusive, interferindo na organização do processo produtivo. Isto faz com que o produtor camponês perca o controle total sobre a produção.

Mas esta autonomia, embora seja relativa ou, em alguns casos, muito limitada, é traço que caracteriza a unidade de produção camponesa.

A idéia de autonomia distingue o camponês do assalariado. Este último não controla nenhum meio de produção. Controla, apenas, os seus braços, que é forçado a vender para garantir o próprio sustento. Quem contrata o assalariado organiza o processo produtivo e é também dono do produto. Ao assalariado resta o seu salário, pago pela compra de sua força de trabalho, e que ele deverá trocar no mercado pelos produtos necessários à sua subsistência.

Tendo visto que a unidade doméstica é uma unidade de produção, e que é isto que distingue o camponês do assalariado, é necessário entender que tipo de unidade de produção é esta. Na sociedade capitalista a unidade de produção

(2) "Botar roçado" significa cultivar para si. Trabalha para si na agricultura quem semeia e é proprietário do produto (ou, pelo menos, de uma parte dele). (SIDERSKY, 1986 a, p. 46).

é a empresa. Quem controla os meios de produção, organiza o processo produtivo e é proprietário do produto, é o empresário capitalista. Se as unidades de produção camponesas forem empresas, então não restam dúvidas: o camponês é um empresário.

Algumas características das unidades de produção camponesas vem chamando a atenção dos estudiosos desde o século passado.

MARX afirma que:

"A unidade de produção parcelar não tem como limite a taxa média de lucro, mesmo sendo o camponês um pequeno capitalista, nem a necessidade duma renda da terra, sendo ele proprietário fundiário. Para o pequeno capitalista que ele é, o único limite absoluto é o salário que se atribui a si mesmo, já descontados os seus gastos reais. Enquanto o preço do produto consiga para ele este salário, ele cultivará a sua terra, indo, frequentemente, até o ponto de fazê-lo por um salário que não ultrapassa o mínimo vital". (MARX, 1977, Livre III, p. 729).
(Tradução nossa).

Mais adiante MARX afirma:

"Para que o camponês parcelário possa cultivar a sua terra ou comprá-la, não é necessário, como acontece nas condições normais da produção capitalista, que o preço do mercado aumente o suficiente

para que ele possa obter o lucro médio nem, a fortiori, um excedente fixado sob a forma de renda, por sob este lucro médio". (MARX, 1977, Livre III, p. 730) (Tradução nossa).

Temos então um "empresário" bastante particular, que está disposto a produzir sacrificando inteiramente o "lucro" do seu capital, assim como a "renda" da sua terra que, sendo já mercadoria, é dinheiro imobilizado. Este empresário está disposto a produzir enquanto ele consiga o seu "salário" e, frequentemente, este "salário" não ultrapassa o mínimo necessário à sua sobrevivência.

É partindo desta constatação, feita por MARX e muitos outros, que se inicia a reflexão sobre a especificidade da economia camponesa. É interessante notar que esta especificidade causa comportamentos tidos como "irracionais" para os parâmetros da economia capitalista. Assim, por exemplo, o camponês polonês continua dedicando um tempo importante à produção animal, mesmo que a sua remuneração por dia trabalhado nesta atividade seja a metade daquela que obtém na produção vegetal. Isto constitui "um exemplo instrutivo, não da estupidez ou filantropia camponesa, mas do erro que se comete acreditando que há somente uma única racionalidade econômica no tempo e no espaço". (TEPICHT, 1973, p. 36).

Quais são então as idéias que marcam a especificidade da economia camponesa? Poderíamos começar dizendo que esta "economia" é marcada por uma permanente tensão entre a au-

tonomia e a subordinação, (3) materializada nos condicionamentos impostos pela sociedade global, de caráter capitalista (4), na qual se insere, e que limitam esta autonomia. Poderíamos falar, assim, numa tensão entre o conjunto das unidades camponesas e a sociedade na qual estão inseridas. Mas esta tensão se manifesta no interior de cada uma destas unidades.

"O eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares". (WOLF, 1976, p. 31).

Existe, porém, uma segunda tensão permanente que atravessa a economia camponesa e está, portanto, muito presente no debate. É a questão da diferenciação, no sentido do "aburguesamento" de uma camada (pequena) de camponeses, que os transformaria em empresários (e, portanto as suas unidades em empresas capitalistas). O outro polo desta tensão seria a "proletarização" de outras camadas (muito maio-

(3) GRAZIANO da SILVA (1981, p. 129) utiliza a idéia de subordinação para definir os dois principais tipos de pequenos produtores no Brasil. A. SCHEJTMAN (CEPAL, 1985, p. 80) fala em "articulação assimétrica", que também expressa esta idéia numa autonomia relativa e subordinada.

(4) Mesmo admitindo que os camponeses não são intrínsecos ao capitalismo, nosso âmbito de reflexão se limita a este modo de produção.

res), que levaria à perda de toda e qualquer autonomia no que diz respeito à produção.

Este processo levaria à decomposição da economia camponesa, tanto pelo aparecimento de pequenas empresas quanto de uma grande massa de assalariados, já separados dos meios de produção (LENIN, 1974, sobretudo as conclusões do Capítulo II, p. 151-165).

Poderíamos dizer que esta tensão é intrínseca ao mundo camponês e se manifesta nos processos de reprodução das unidades de produção, mesmo que esteja estreitamente relacionada ao que acontece na sociedade global.

Temos então que duas tensões, próximas mas não exatamente iguais, perpassam toda a discussão sobre a economia camponesa.

1.1.1 - A especificidade da economia camponesa

Existe, na literatura, a definição de uma série de características que definem a economia camponesa. Será através do estudo delas que conseguiremos ver melhor o desenvolvimento dos processos de tensão que definimos na seção anterior.

Para nós são duas características básicas que definem a economia camponesa:

- o caráter familiar da unidade de produção;
- a relação com o mercado.

Destas derivam outras características, como veremos a seguir.

1.1.1.1 - O caráter familiar da unidade de produção

T. SHANIN, no seu artigo "A Russian Peasant Household at the turn of the Century" cita uma enciclopédia russa publicada em 1913:

"[A unidade doméstica camponesa] é uma empresa de consumo-trabalho, tendo por objetivo as necessidades de consumo e a sua força de trabalho como seu meio, com pouco ou nenhum uso de trabalho assalariado". (SHANIN, T., ed., 1971, p.30) (Tradução nossa).

Desta identidade decorre uma série de fenômenos que caracterizam a economia da unidade camponesa.

- Uso da mão-de-obra familiar

Citando Armando BARTRA, podemos dizer que uma unidade camponesa é aquela que emprega, sobretudo, o trabalho dos seus membros (5). Mais adiante, o mesmo autor diz que pode

(5) Muitos são os autores que colocam a mão-de-obra familiar como traço marcante da economia camponesa (embora nenhum entenda que seja a única característica e alguns que não seja a principal): ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 112-124); CEPAL (1982, p. 65 e 102); CHAYANOV (1966, p. 05 e 53); GALESKI (1972, p. 10); MENDRAS (1978, p. 47); SHANIN (1976, p. 17); TEPICHT (1973, p. 21-24 e 30-46). No Brasil podemos citar, entre outros, a: GARCIA Jr. (1983 a, p.15); GRAZIANO da SILVA (coord.) (1980, p.3); HEREDIA (1979, p. 17); TAVARES dos SANTOS (1984, 2ª ed., p. 27).

acontecer de uma unidade camponesa recorrer a trabalho de terceiros, assim como fornecer trabalho para outras unidades de produção. Porém,

"... seguirá siendo una célula económica campesina en la medida en que la labor desarrollada con su propio trabajo y sobre sus propios medios de producción siga siendo el núcleo regulador de su actividad económica." (BARTRA, A. 1982, p. 25).

Esta característica é básica para diferenciar a unidade camponesa da empresa capitalista, discussão que, como já vimos, está na base da problemática da economia camponesa.

Existe uma diferença importante, no que diz respeito à relação unidade de produção/trabalho, quando se compara o trabalho familiar e o trabalho assalariado.

Como bem aponta Afrânio GARCIA:

"A participação de cada membro [da família na unidade produtiva] depende de sua inserção nas relações de parentesco. (...) Assim, os membros que podem fazer parte da unidade de trabalho são aqueles que também se reproduzem conjuntamente num dado tempo (ano), o que é materializado por morarem na mesma casa. Mesmo assim, fica claro que, dependendo do sexo e da idade, as pessoas podem estar excluídas

ou incluídas em determinadas tarefas produtivas. Mas cabe assinalar que não há nenhuma relação direta e imediata entre o desempenho de cada membro no processo de trabalho e seu nível de consumo. (Grifo nosso). Se algum membro da família, por exemplo, não pode ou não quer trabalhar, isto não quer dizer que ele não obterá o necessário à sua reprodução". (GARCIA Jr., 1983 a, p. 104).

Já a relação da unidade de produção com o trabalho assalariado é diferente: há uma relação direta e proporcional entre quantidade de trabalho contratado e salário pago. Assim, como comenta ainda o mesmo autor:

"...(o "se não trabalhar não come" é verdade para um assalariado, não para um membro da unidade de trabalho familiar)."
(Id., Ibid., p. 104).

Paralelamente, quando "sobra" mão-de-obra na unidade doméstica, o chefe de família não a pode "dispensar", como faria um empresário. Isto tem sido enfatizado por FRANKLIN (1969), que fala do compromisso do chefe de família com a mão-de-obra familiar ("labour commitment").

Outro fator, decorrente do caráter familiar da unidade de produção apontado por TEPICHT, é o caráter intransferível de uma parte do trabalho familiar. Isto significa que

é aproveitado o esforço de membros da família que, em circunstâncias normais, não encontrariam trabalho fora da unidade familiar. Trata-se da mão-de-obra dos velhos, das crianças, eventualmente das mulheres, e até uma parte do trabalho do chefe de família. (TEPICHT, J., 1973, p. 39 - 40).

Isto significa que a unidade camponesa transforma em produto uma mão-de-obra marginal para a sociedade. (CEPAL, 1985, p. 74)

Aproveita-se toda mão-de-obra disponível, mesmo que seja em tarefas específicas e bem determinadas (6).

- O objetivo econômico da unidade de produção camponesa.

Vimos, anteriormente, que o camponês pode renunciar ao lucro do seu "capital", à renda de sua terra e, frequentemente ele se contenta com apenas uma parte do que seria o seu salário. (MARX, 1977, Livre III, p. 729).

Isto demonstra, claramente, que o objetivo da unidade de produção não é o mesmo de uma empresa capitalista.

CHAYANOV (1966, p. 5) apontou que o produto camponês é único e que ele serve para satisfazer ao consumo fami-

(6) SHEJTMAN (CEPAL, 1985, p. 74) estende este mesmo raciocínio para as terras marginais.

liar.

Conclui-se, então, que o objetivo é satisfazer às necessidades do grupo familiar:

"É no roçado que a família se materializa enquanto unidade de produção. É através dele que a família obtém os meios para se reproduzir." (GARCIA, Jr., 1983 a, p. 111).

De maneira talvez mais completa, podemos então afirmar que:

"O resultado do processo da produção, o produto, tem que ser suficiente para cobrir as despesas futuras com instrumentos de trabalho e com objetos de trabalho e também cobrir as necessidades do consumo familiar." (Id., Ibid., p. 106)

Ou, dito de outra maneira, o objetivo seria satisfazer ao consumo atual e futuro da família.

Mas esta constatação abre o caminho para questões polêmicas. Para alguns, este consumo atual e futuro da família significa que a unidade de produção camponesa se situa na esfera da reprodução simples.

Para ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 121), ultrapassar es

te nível implica em acumulação. E a existência de acumulação (combinada com a presença de mão-de-obra familiar) caracteriza uma forma econômica diferente do camponês: o "farmer".

Para outros, ao contrário, o camponês obtém do seu trabalho a sua subsistência e a reprodução do seu patrimônio. Este representa "o seu meio de trabalho, da subsistência e da reprodução social da família, ou seja da manutenção da família no seu estatuto social". Como tal, "ele deve ser reproduzido, senão aumentado" (JOLLIVET, sd., p. 238).

Para este autor, a reprodução em escala ampliada pode até se conformar numa necessidade para garantir o consumo futuro da família em níveis semelhantes aos atuais.

Para poder esclarecer este ponto, seria necessário aprofundar bastante o estudo de vários conceitos. Pelo que percebemos, seria necessário distinguir e definir, claramente, as idéias de reprodução ampliada, "tecnificação" e acumulação. Em nossa opinião, alguns autores as confundem. Em certos casos, elementos que poderiam ser considerados como parte de um padrão de consumo socialmente determinado são considerados como acumulação. É o caso, por exemplo, de ARCHETTI e STÖLEN, que consideram a educação dos filhos como "investimentos não produtivos, manifestação de uma acumulação de capital sistemática". (ARCHETTI & STÖLEN, 1975, p. 123).

Para os nossos propósitos, basta dizer que compreendemos a reprodução ampliada como perfeitamente compatível com a economia camponesa. Entendemos, também, que um camponês pode transformar os seus "saldos" em capital, mas não

necessariamente o faz. Em outras palavras, a reprodução ampliada é condição necessária mas não suficiente para a transformação do camponês em empresário. Vemos que estamos em plena "tensão"... Da mesma maneira, não conseguir o produto necessário para garantir a reprodução simples significa pôr em risco a autonomia. É o caminho da proletarização, o segundo polo.

Existe ainda uma outra controvérsia, ligada à anterior, que diz respeito ao comportamento do camponês como trabalhador. CHAYANOV desenvolveu a tese de que o camponês só trabalha até o ponto em que se estabelece o equilíbrio entre satisfação das necessidades familiares e a "pena" (7) imposta pelo próprio trabalho.

Arturo WARMAN traduz esta idéia nos seguintes termos:

"Una vez satisfechos los requerimientos de subsistencia el campesino suspende su producción. Por una parte los rendimientos decrecientes para la actividad más intensa determinan que todo ingreso adicional sobre el mínimo de subsistencia demande un aumento desproporcionado en la actividad. Por otra, la integración en el mercado capitalista implica que todo aumento en el ingreso origine un incremento en la transferencia de excedentes." (WARMAN, 1976, p. 326).

(7) Pena é a palavra que Margarida MOURA (1986, p. 61) utiliza para traduzir a palavra russa "tyagostnost". A tradução inglesa de 1966 dos trabalhos de CHAYANOV usa a palavra "drudgery".

Já TEPICHT refuta a teoria das "avaliações subjetivas" de CHAYANOV. Para ele, dado que existem dois tipos de mão-de-obra na unidade de produção, o trabalho marginal não tendo outra possibilidade, ele é aproveitado ao máximo no seio da unidade camponesa. Assim temos que:

"...o traço essencial [das famílias camponesas] é a procura de qualquer incremento possível do ganho, independentemente do esforço fornecido em contrapartida". (TEPICHT, 1973, p. 41).

Nesta questão, a nossa posição vai se distanciar de ambas. No primeiro caso pareceria que os "requerimentos de subsistência" seriam finitos e estáveis. Entendemos que, ao contrário, as necessidades de consumo na sociedade atual estão em constante expansão. Além disso, a tese de CHAYANOV implica, também, numa dotação equilibrada de terra, para corresponder à mão-de-obra disponível. Em geral, falta terra, e, nessas condições, o camponês está sempre disposto a um esforço suplementar, tendo na sua unidade mão-de-obra disponível, "marginal" ou não.

No segundo caso, a "marginalidade" da mão-de-obra não nos parece definida, somente, pela impossibilidade de obter uma remuneração fora da unidade familiar. Achamos que outros fatores são muito importantes para definir o trabalho "marginal". Talvez o mais importante deles seja o nível de renda da família. Ou, dito de outra maneira, quando o nível de renda se eleva, certas unidades "marginais" de trabalho

(crianças, mulheres) são retiradas do trabalho produtivo. E isto não significa que elas passam a encontrar, por isso, uma remuneração no mercado de trabalho.

Concluindo, poderíamos dizer que o caráter familiar da unidade de produção camponesa a distingue da empresa capitalista. Frente à lógica do maior lucro possível, aparece uma lógica de "trabalhador" e de "consumidor", retomando uma frase de Marcel JOLLIVET (s.d., p. 235). Vimos que esta última lógica deve considerar, imperativamente, o consumo futuro, e que pode contemplar a possibilidade de uma reprodução ampliada. Vimos também que esta abria a possibilidade do camponês "virar empresário", assim como o processo inverso, que implicaria em não atingir o produto necessário para continuar garantindo a condição de camponês, abre o caminho à proletarização.

1.1.1.2 - A relação com o mercado

Embora possam existir (ainda) sociedades de agricultores (quase) não vinculados ao mercado (8), a literatura

(8) Esta afirmação se refere aos tempos atuais, de generalização da instituição mercado. Isto não quer dizer que aderimos à idéia do mercado como coisa "natural", embora a sua existência em épocas muito remotas, não deixe dúvidas. Gostaríamos de lembrar que o mercado não é a única instituição de distribuição do produto econômico. Antropólogos e historiadores têm contribuído para desmistificar a noção de mercado "natural". (Cf. K. POLANYI, 1957, entre muitos outros).

especializada concorda em dizer que a relação com o mercado caracteriza a unidade econômica camponesa. Esta vinculação estabelece a articulação da unidade econômica camponesa com o sistema global, capitalista no nosso caso (9). Para A.SCHEJTMAN a idéia de articulação significa:

"... la relación (o sistema de relaciones) que entrelaza los sectores mencionados entre sí y con el resto de la economía para constituir un todo integrado (el sistema económico), cuya estructura y dinámica está condicionada por (y condiciona a) la estructura y la dinámica de las partes. La articulación asume la forma de intercambios de bienes y servicios (o, si se prefiere, de valores) entre los sectores, intercambios que se caracterizan por ser asimétricos (o no equivalentes) y conducen a transferencias de excedentes del sector campesino al resto de la economía!"
(CEPAL, 1985, p. 80)

Porém a característica básica desta articulação, a assimetria, não deve ser procurada nas relações de mercado: ela tem origem nas características da unidade econômica camponesa apontadas anteriormente. Assim, o mesmo autor assi-

(9) Lembramos que a existência de unidades econômicas camponesas nos países socialistas (por exemplo, Polônia) coloca o problema da articulação destas com o sistema socialista.

nala:

"Aunque la articulación referida se expresa o se hace perceptible al nivel de las relaciones mercantiles entre los sectores (en los mercados de productos, de insumos, de fuerza de trabajo e incluso de tierra), los términos de dicho intercambio o, si se prefiere, su carácter asimétrico, no pueden explicarse sin embargo a dicho nivel porque tienen su causa en diferencias que ocurren al nivel del proceso productivo, es decir, de las formas de producción o, más específicamente, en las diferencias de la lógica de manejo que caracteriza a cada uno de los sectores." (CEPAL, 1985, p. 80).

Para muitos autores a economia camponesa seria só "parcialmente mercantil" (10). Ela não venderia tudo o que produz nem compraria tudo o que consome (sejam estes produtos de consumo produtivo ou de consumo direto da família), embora venda e compre. Este traço distingue a economia camponesa de uma economia "proto-camponesa" que não teria ligação nenhuma com o mercado, e de uma economia "pós-camponesa", tipo "farmer", totalmente integrada no mercado (11).

(10) A expressão é de TEPICHT (1973, p. 27)

(11) As expressões de "proto-camponês" e "pós-camponês" são de ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 123). Vários autores compartilham este ponto de vista. Podemos citar, entre outros, GALESKI (1972, p. 10-11), CEPAL (1985, p. 71).

Vamos analisar, por partes, esta integração no mercado.

O camponês produz e vende produtos vegetais e animais. Dizer que ele é "parcialmente mercantil" quanto à venda de produtos, significa dizer que nem tudo o que é produzido pela unidade de produção camponesa é vendido. A categoria de auto-consumo, assim, adquire uma certa importância. Mesmo admitindo que uma parte do consumo da família possa vir do mercado de produtos de consumo, uma parte importante deste consumo é atendido pela unidade de produção, pelo próprio roçado. Esta característica tem consequências importantes na esfera das decisões produtivas: ela influencia na decisão das culturas e criações que serão escolhidas, determinando de certa forma, o uso da terra disponível. Assim, segundo SCHEJTMAN (CEPAL, 1985, p. 71) somente uma "força externa" fará com que toda a produção será destinada à venda. Para Afrânio GARCIA (1983 a, p. 129) a alternatividade das culturas alimentares (ou seja a propriedade de terem utilidade dupla - consumo direto e venda) reforçará a presença deste tipo de cultura no roçado, em detrimento das culturas tipicamente comerciais.

A idéia de auto-consumo tem sido frequentemente associada àquela de excedente camponês. Isto no sentido de considerar "excedente" a produção que ultrapassa as necessidades de consumo da família que, desta maneira, são associadas a uma noção de consumo vital ou mínimo calórico. Assim, é colocado no mercado o "excedente", no sentido daquilo que ultrapassa as quantidades auto-consumidas. Afrânio GARCIA (1983, p. 142) demonstra claramente que a venda permite o

consumo familiar por várias razões. Desta maneira não tem nenhum sentido associar a idéia de "excedente" com aquilo que não é diretamente consumido pela família. Para o camponês o seu consumo familiar tem uma componente mercantil, produto da divisão social do trabalho. Isto desloca a discussão sobre o "excedente" e a subentendida apropriação dele, ou seja a exploração, para outro plano.

Os autores citados fazem um raciocínio parecido no que diz respeito às condições de reprodução da unidade de produção. TEPICHT (1973, p. 28) aponta para um "auto-consumo intermediário" que substitui a compra de insumos - meios de produção. Falando deste mesmo assunto, Afrânio GARCIA afirma:

"Pode-se observar que a regra fundamental é a utilização intensiva dos meios materiais já disponíveis, limitando-se as despesas em dinheiro." (GARCIA Jr., 1983 a, p. 118).

Embora este mecanismo não seja absoluto, já que, atualmente, sempre é necessário recorrer ao mercado para obter alguns meios de produção, poder-se-ia falar de uma "tendência à redução ao mínimo indispensável da compra de insumos e meios de produção". (CEPAL, 1985, p. 76).

Na prática, esta idéia de "parcialmente mercantil" oferece bastante dificuldades. Para ilustrar, podemos tentar imaginar o processo que parte da situação de total auto-suficiência da unidade camponesa/aldeia, evolui para a

satisfação de certas necessidades não alimentares no mercado, até a satisfação de certas necessidades propriamente alimentares. Da mesma maneira, faz muito tempo que a enxada e a foice são compras feitas no mercado. Esta situação da mercantilização da reprodução camponesa (tanto da família como da unidade de produção), se apresenta como um "continuum", onde é muito difícil traçar o limite a partir do qual o camponês se transforma em "farmer". Isto nos leva a nos interrogarmos sobre a operacionalidade deste conceito de economia somente "parcialmente mercantil". Bastaria afirmar a existência duma relação com o(s) mercado(s).

Temos assim que o camponês está integrado (mesmo que parcialmente) no mercado de produtos, sejam estes insumos, meios de produção, produtos agro-pecuários ou bens de consumo. Mas, como já foi dito, esta articulação é assimétrica. Este é um dos mecanismos pelos quais o campesinato encontra-se subordinado ao circuito global do capital (GRAZIANO da SILVA, 1983, p. 25).

Este mecanismo opera de várias maneiras, mas o seu componente principal é inerente à articulação campesinato/sistema capitalista. A. SCHEJTMAN nos diz:

"En él, los términos de intercambio o los precios relativos entre lo que vende y compra [o camponês] le han sido y siempre le son sistemáticamente desfavorables. (...) Existe una especie de sub-valoración "originaria" de los productos campesinos que se encuentra en la estructura misma de los precios relativos

(producción campesina/producción capitalista) formados a través de generaciones, y de la que la reproducción del conjunto de la economía depende decisivamente a través de la conocida relación entre precios de alimentos - nivel de salarios y tasa de ganancia." (CEPAL, 1985, p. 81).

Isto é possível pela própria lógica característica da unidade de produção camponesa. O "segredo" desta "anomalia" já foi descrito por MARX:

"Para que o camponês parcelário possa cultivar a sua terra ou comprá-la, não é necessário como acontece nas condições normais da produção capitalista, que o preço do mercado aumente o suficiente para que ele possa obter o lucro médio nem, a fortiori, um excedente fixado sob a forma de renda, por sobre este lucro médio. Não é, portanto, necessário que o preço do mercado atinja o valor ou o preço de produção do produto. (...) Uma parte do sobre-trabalho efetuado pelos camponeses que trabalham nas condições menos favoráveis é cedida gratuitamente à sociedade e não entra na fixação dos preços de produção ou na criação de valor em geral." (MARX, 1977, Livre III, p. 730) (Tradução nossa).

E isto explica que:

"...o preço dos cereais, nos países onde predomina a propriedade parcelária, é mais baixo que nos países de produção capitalista." (Id., Ibid., p. 730).

Mas estaríamos muito enganados se acreditássemos que este mecanismo afeta somente aos camponeses "parcialmente mercantis". Ao contrário, vários autores têm apontado os seus efeitos sobre os produtores mais intensamente vinculados ao mercado (tipo "farmer"). Assim, falando dos Estados Unidos (12), G.J. JOHNSON escreve que:

"Um cínico poderia, inclusive, afirmar que a granja familiar é uma instituição que funciona para induzir às famílias de granjeiros a fornecer quantidades de trabalho e capital, a uma taxa de retorno substancialmente inferior à média, sob a forma de uma entrega, ao conjunto da economia, de produtos agrícolas a preço de oferta ou liquidação". (JOHNSON, 1969, citado em CEPAL, 1985, p. 82). (Tradução nossa).

Assim, tanto para o camponês como para o "farmer", a

(12) Vale a pena lembrar que nos Estados Unidos a unidade de produção familiar ("family farm") tem um peso enorme: em 1969 representavam 95% do total de estabelecimentos e eram responsáveis por 64% do valor total da produção. (PEROSA Jr. & AIDAR, 1983, p. 7).

assimetria ou subordinação descrita acima constitui:

"...una presión para intensificar la agricultura familiar, que en el tipo "farmer" suele traducirse en sobreinversiones y en el campesinado periférico en una autoexplotación más intensa de la mano de obra familiar".

(CEPAL, 1985, p. 83).

Devemos lembrar que, fora os mecanismos históricos de apropriação do valor, presentes nos mercados capitalistas e que descrevemos acima, existem outros mecanismos que poderíamos chamar de "extraordinários" de apropriação do excedente, e que estão muito presentes na articulação do camponês brasileiro com o mercado de produtos. É, talvez, a face mais visível da exploração do camponês.

"Estes mecanismos se caracterizam principalmente pela dependência do produtor em relação ao circuito comercial, o que possibilita uma exploração específica. (Por exemplo: venda da produção na "folha", adiantamentos feitos pelos comerciantes a juros maiores que os do mercado, etc.)." (SIDERSKY, 1986 b, p. 11).

Embora tenhamos dedicado um espaço importante à relação com o mercado de produtos, é importante lembrar os outros mercados, que representam outras formas de subordina-

ção.

No mercado das terras o camponês se relaciona com o proprietário fundiário. Esta relação oferece a possibilidade a este último de extração do excedente sob a forma de renda da terra.

Vale a pena lembrar que a propriedade privada da terra, conjugada ao crescimento demográfico, é um mecanismo de tensão que ameaça a autonomia do camponês. A rigidez que significa a propriedade privada da terra e a sua consequente transformação em "mercadoria" (embora esta seja particular, já que, estritamente falando, não é produzida pelo trabalho) são fatores que atuam intensamente no processo de diferenciação ao longo do tempo, empurrando uma parte do campesinato para a proletarização e, portanto, para a perda da autonomia.

Devemos lembrar, ainda, os processos de "fechamento" dos latifúndios ocorridos no Brasil em tempos recentes, assim como o processo de "grilagem" que, sem ser um mecanismo muito "ortodoxo", é da maior importância no processo de perda de autonomia para muitos camponeses.

O mercado do dinheiro, no qual o camponês procura crédito, é o mecanismo de subordinação ao capital financeiro.

O camponês também participa do mercado de trabalho, onde pode ser vendedor ou comprador. No primeiro caso, devemos lembrar que o camponês - vendedor-de-força-de-trabalho representa a perda duma parte de autonomia, já que o assalariamento é, por definição, a antítese desta. Porém SCHEJTMAN nos lembra que, mesmo assim,

as características próprias da unidade camponesa fazem com que o camponês - assalariado esteja disposto a vender a sua força de trabalho por uma quantia inferior àquela que seria necessária para garantir a sua reprodução e a da sua família. Frequentemente, a agricultura propriamente empresarial se beneficia deste fato. (CEPAL, 1985, p. 83 - 84).

Mas como já dissemos, a unidade camponesa também pode ser compradora de força de trabalho, e na medida em que a compra de outras unidades semelhantes, pode se beneficiar do mesmo mecanismo, contratando trabalhadores por preço menor.

Resumindo, poderíamos afirmar que a articulação com os mercados é o mecanismo de subordinação e exploração camponesa. A razão disto não deve ser procurada na relação mercantil, e sim na esfera da produção. As próprias características da unidade de produção camponesa, que fazem com que ela seja diferente da empresa capitalista, são a causa deste fenômeno.

Devemos destacar que isto acontece tanto para as unidades "parcialmente mercantis" - que para alguns seriam os verdadeiros camponeses - quanto para as unidades mais intensamente ligadas ao mercado, tipo "farmer". Assim, do ponto de vista da diferença entre a unidade de produção camponesa e a empresa capitalista, a "family farm" parece manter esta diferenciação. Caberia então questionar, pelo menos sob este ângulo, a validade desta distinção.

Permitimo-nos, agora, voltar à questão esboçada nas primeiras linhas deste Capítulo: por que estudar a especificidade da economia camponesa?

De fato, parece que apenas o pensamento econômico liberal e os programas de governo nele inspirados confundem a unidade doméstica do pequeno agricultor com uma empresa capitalista (13). Por outro lado, são poucos os autores que incluem o camponês na categoria genérica de trabalhadores rurais assalariados (14). Tanto MARX, LÊNIN, como GRAZIANO da SILVA, sem falar em CHAYANOV, SHANIN e tantos outros, todos reconhecem a especificidade da economia camponesa, ou melhor, da unidade econômica camponesa. As diferenças aparecem, sobretudo, na importância atribuída a esta especificidade.

Para alguns, ela é estritamente transitória, na medida em que a unidade econômica camponesa está destinada a desaparecer, transformando-se o camponês em produtor capitalista (alguns poucos) ou em proletários (a grande maioria). Para estes autores, estudar a especificidade tem pouco interesse, na medida em que não apresenta (quase) nenhu-

(13) EDWARDS (1961) e SCHULZ (1964), são dois autores que consideram os camponeses "eficientes, porém pobres", num comportamento enquadrado nas "verdades universais" da economia neoclássica.

(14) Um deles é Caio PRADO Jr. (1978).

ma utilidade, sobretudo quando se coloca como referência a relação entre teoria e mudança social.

Para outros, os prazos, no mínimo longos, e as formas múltiplas e complexas que assume este processo de "desaparecimento" eventual do camponês, justificam uma atenção para a especificidade. Este enfoque se vê reforçado quando os movimentos sociais do campo começam a crescer e a se perguntar sobre a própria identidade social e sobre o papel que lhes cabe no futuro.

Nosso trabalho se reconhece mais neste segundo tipo de enfoque. Achamos importante, porém, fazer alguns comentários.

Pensar que é preciso estudar e pensar o campesinato e os seus caminhos atuais e no futuro próximo, não implica em negar, necessariamente, as tensões ou tendências de "aburguesamento"/proletarização no longo prazo, mantido o sistema sócio-econômico vigente. O lugar do camponês numa sociedade diferente é uma outra discussão, certamente muito importante, mas que escapa completamente ao âmbito deste trabalho (15).

Um outro aspecto que é necessário sublinhar é que apontar a especificidade da economia não significa, de maneira nenhuma, dizer que o camponês escapa ao capital. Ao

(15) A discussão desta questão tem, nos intensos debates que houve na União Soviética nos anos 20, assim como nos trabalhos mais recentes sobre a realidade rural nos países socialistas (por exemplo TEPICHT, GALESKI, etc.) um material rico em subsídios.

contrário, não temos dúvidas de que o camponês, no Brasil, está plenamente incluído na sociedade capitalista. Nela ele é explorado e, às vezes, pode ser explorador.

Nossa expectativa, ao escolher estudar a especificidade econômica do campesinato, era avançar na compreensão duma natureza contraditória, perpassada, como já vimos, por tensões. Acreditamos que a escolha deste ângulo permitirá um conhecimento mais completo e mais seguro da realidade do campesinato. Poderá desfazer algumas ilusões e colocará novas interrogações. Possibilitará também, abrir algumas pistas de reflexão sobre a posição de classe deste grupo, pergunta que estava presente nas interrogações iniciais deste nosso percurso.

1.2 - A PESQUISA

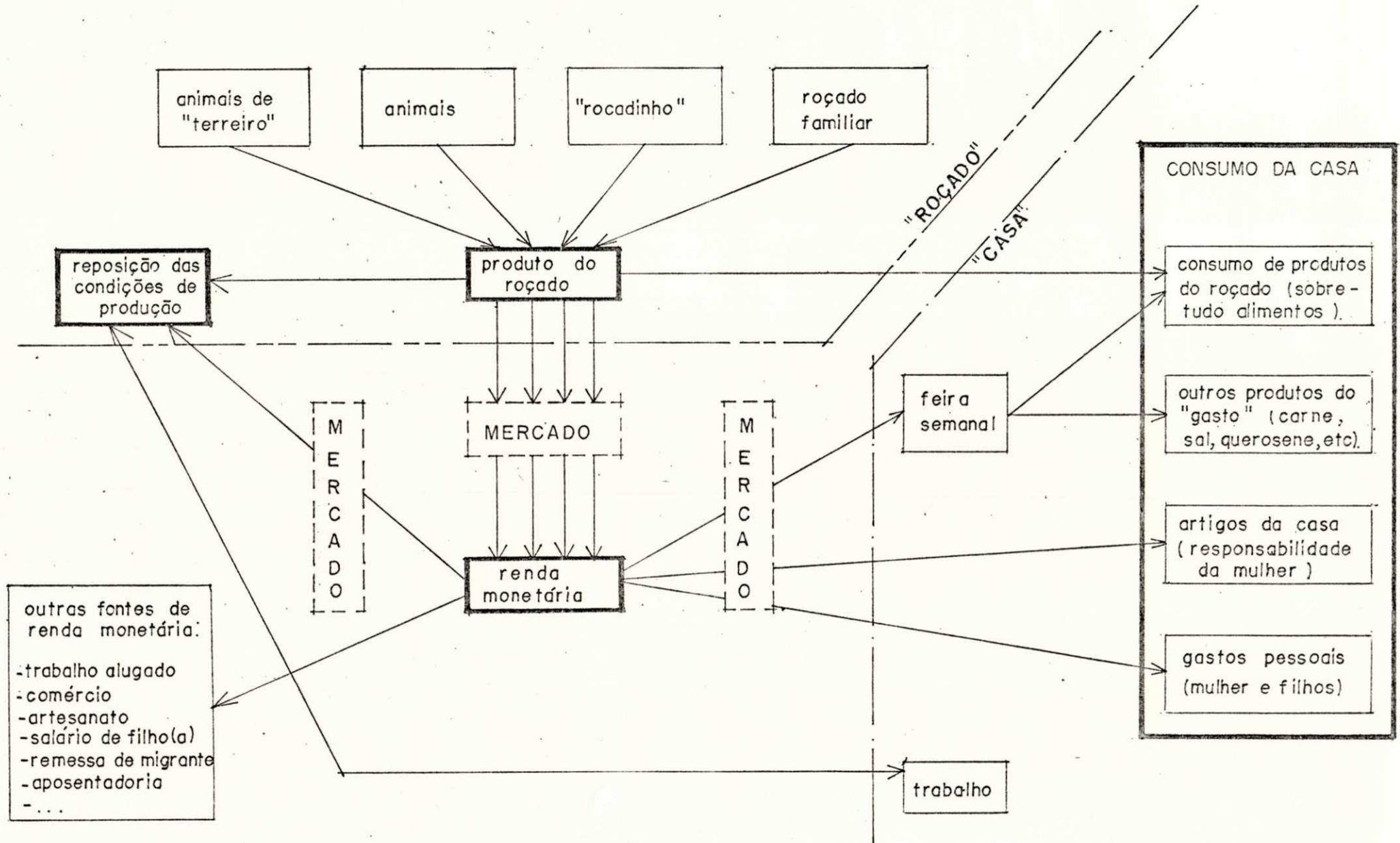
Embora achemos que a identidade unidade de produção - unidade de consumo é um elemento que caracteriza a unidade doméstica do pequeno agricultor do Nordeste, a leitura dos trabalhos "Terra de Trabalho", de Afrânio GARCIA (1983), e "A Morada da Vida", de Beatriz HEREDIA (1979), nos convenceu da utilidade de fazer a separação analítica dos conceitos de casa e roçado, para estudar o processo de reprodução da unidade doméstica.

"...pelo contrário, não somente é possível estabelecer, no seio da unidade doméstica a diferença entre unidade de produção e unidade de consumo, como é exatamente esta dicotomia que permite a compreensão da própria vida econômica camponesa". (SIDERSKY, 1986 a, p. 45).

Esta reflexão sobre a oposição casa - roçado nos permitiu montar um esquema dos fluxos envolvidos na reprodução da unidade doméstica do pequeno agricultor. Este esquema nos ajuda, em particular, a entender como o roçado sustenta (ou não) a casa. Ou, em outras palavras, permite ver como a unidade doméstica consegue se reproduzir.

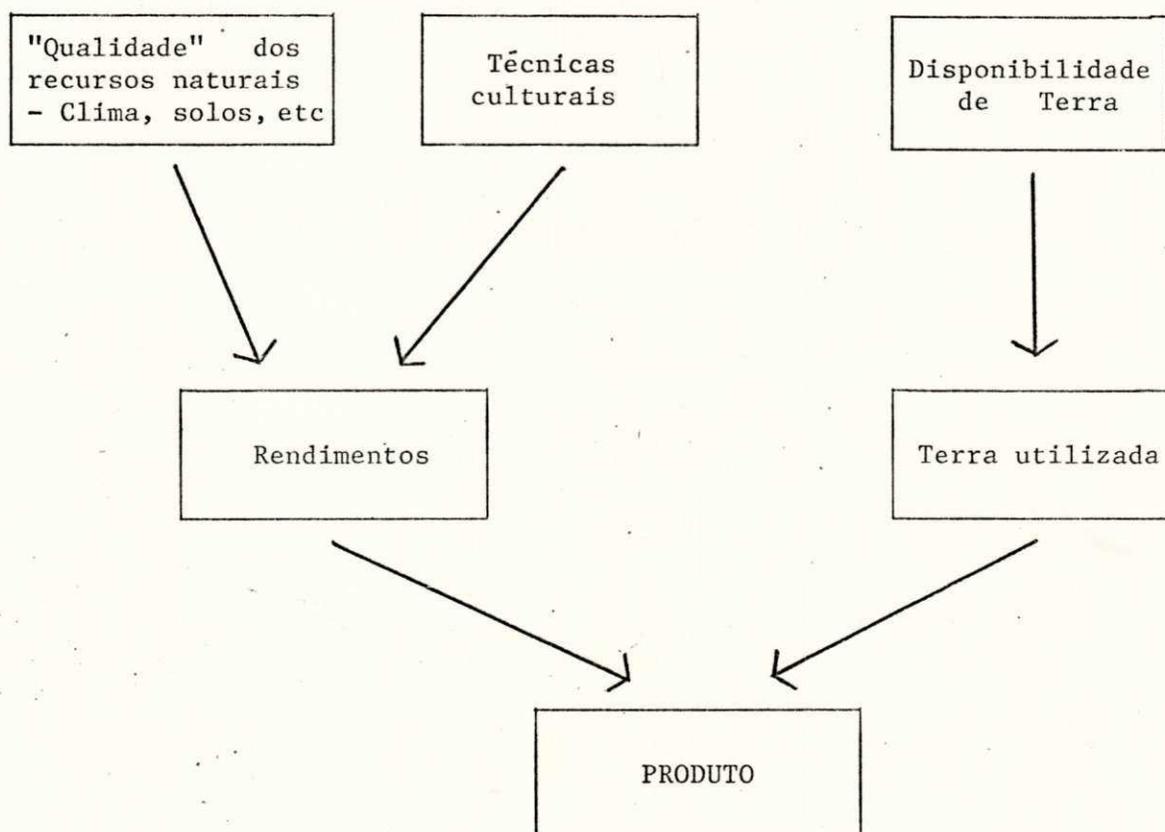
Este esquema articula, basicamente, o produto do roçado, a renda e o consumo da casa, prevendo também a reposição das condições de produção.

ARTICULAÇÃO CASA-ROÇADO



Para entender de que fatores dependia o produto do roçado, interessamo-nos pelas condições materiais do roçado.

ESQUEMA Nº 02 - CONDIÇÕES MATERIAIS DO ROÇADO



Partindo destes esquemas, criamos um conjunto de instrumentos de coleta dos dados necessários para dar "vida" a este arcabouço. Foi definido um conjunto de sete fichas e

um "roteiro de levantamento" que, com periodicidade de preenchimento variáveis, deveria permitir a coleta dos dados definidos nos esquemas acima apresentados.

- Instrumentos de preenchimento único (anual)
 - . Situação da família (ficha)
 - . Meios de produção (ficha)
 - . Levantamento dos recursos naturais (roteiro)

- Instrumentos de preenchimento semanal
 - . Consumo alimentar familiar (ficha)
 - . Trabalhos agrícolas (ficha)
 - . Renda e Despesa familiar (ficha)

- Instrumentos de preenchimento diário
 - . Atividades cotidianas (ficha)

- A ficha de acompanhamento de cada parcela requeria um preenchimento inicial e atualização periódicas (segundo os trabalhos realizados na parcela).

Este conjunto de instrumentos devia nos permitir colher dados sobre:

1. A situação da casa: habitantes, sexo, idade.

Dados que informam sobre o ciclo da unidade doméstica, a disponibilidade de mão-de-obra e o consumo .

2. Acesso aos recursos naturais.

- . Superfície de terra disponível
- . Superfície trabalhada
- . Tipo de relação com a terra (propriedade, etc.)
- . Divisão das parcelas, características destas.

3. Instrumentos de trabalho (inventário)

4. O processo de trabalho: as técnicas agrícolas.

- . Uso da terra (a escolha das culturas)
- . Os ciclos (descrição dos ciclos produtivos).

5. A produção

- . As quantidades produzidas
- . Produção vendida e auto-consumo.

Este conjunto de dados (pontos 2,3,4 e 5) informam sobre as "condições materiais do roçado", apresentadas no Esquema nº 2.

6. O trabalho

- . Os calendários do trabalho agrícola
- . Os tempos de trabalho (tempos totais, por cultura, divisão do trabalho por sexo).
- . O acesso à mão-de-obra (trabalho familiar, mão-de-obra assalariada).

Estes dados nos informam sobre a relação da casa com o roçado (via trabalho) e sobre os ritmos do ciclo anual.

7. O consumo da casa (tipos de produtos, quantidades).

8. O orçamento familiar

- . Renda (ingressos monetários, origem destes ingressos).
- . Gastos da casa.
- . Gastos do roçado.

Estes dados (pontos 7 e 8), assim como outros (produto do roçado, etc.) nos permitem reconstruir o esquema de articulação entre casa e roçado (esquema nº 1).

A escolha pelo tipo de pesquisa, de "acompanhamento" de um ciclo, e dos instrumentos que lhe são necessários, merece um pequeno comentário. Alguns trabalhos com preocupações não muito distantes das nossas, utilizaram a entrevista como instrumento de pesquisa. O nosso conhecimento da realidade a ser pesquisada nos dizia que uma, ou mesmo várias entrevistas sobre consumo, orçamento familiar, não forneceriam mais do que aproximações muito grosseiras e, talvez, deformadas, do que seria a realidade. Pelo tipo de dado que nos era necessário, sentimos a necessidade de nos apoiarmos no "discurso miúdo" do cotidiano, coletado em

inúmeras ocasiões, em vez de utilizarmos o "discurso geral", próprio das entrevistas em alguns casos, sentíamos a necessidade de fazer medições (como aconteceu para o tamanho das parcelas). Nossa experiência nos indicava que a resposta do pequeno agricultor a perguntas formuladas por um não-agricultor (por exemplo, um assessor do movimento sindical ou um pesquisador) considera, frequentemente, o que este pequeno agricultor acha que quem pergunta deseja ouvir como resposta. Este mecanismo, referido a quantidades, poderia introduzir distorções importantes. Achamos que a técnica de recolhimento do "discurso miúdo", embora não imune, ajudaria a neutralizar estes efeitos.

É claro que esta escolha não excluiu a entrevista. Ao contrário, a nossa experiência durante o trabalho de campo demonstrou a grande utilidade da entrevista, tendo por base das perguntas os dados coletados nas fichas.

Mas, este esquema geral tem como referência uma unidade doméstica. Nós achávamos que, em diferentes casos, a forma como se construía esta relação casa - roçado seria diferente, e estas diferenças seriam importantes para um melhor conhecimento da realidade.

Decidimos então, que seria necessário acompanhar mais de uma família, já que era lícito supor que esta relação entre casa e roçado poderia apresentar diferenças interessantes, segundo uma série de fatores. Escolhemos, basicamente, a situação agro-ecológica, o tipo de inserção no

mercado e o acesso à terra (relação jurídica, quantidade) como critérios que poderiam fazer aparecer as diferenças.

Foi assim que escolhemos o acompanhamento de vinte e quatro famílias ou, mais apropriadamente, unidades domésticas - UDs -, que moravam em cinco "sítios" (16) diferentes. Estes se distribuíam, geograficamente, desde o pé da serra do Brejo Paraibano (mun. de Araçagi) até a região semi-árida do Curimataú (mun. de Solânea), passando por diversas situações em pleno Brejo (mun. de Pilõezinhos e Bananeiras - dois casos). No que diz respeito à inserção no mercado, tínhamos duas situações diferentes: em dois casos, a principal produção do roçado, era, claramente, um produto comercial ("cash crop"): banana e abacaxi. Nos outros três casos, estávamos diante de produtores mais "tradicionais": dois de mandioca, milho e feijão e um de milho e feijão (17).

Finalmente, as diferenças no que diz respeito ao acesso à terra estavam amplamente contemplados no conjunto escolhido.

É muito importante frisar que a escolha das vinte e quatro famílias foi feita em função da qualidade da relação

(16) Doris MEYER (1980, p. 27) diz que "o termo 'sítio' é usado (...) em dois sentidos: em primeiro lugar para designar a extensão de terra sob controle de uma família, incluindo casa e terra para cultivo; e em segundo, para delimitar a área total ocupada por um determinado grupo de sítios [familiares]." É neste segundo sentido que estamos empregando a palavra aqui.

(17) No Curimataú o bicudo já tinha feito desaparecer o algodão que antes integrava o consórcio plantado pelos pequenos agricultores daquela região.

que seria possível estabelecer, já que a nossa proposta de pesquisa exigia dos agricultores uma dose de paciência muito grande. Em quatro dos cinco "sítios" nós já tínhamos contatos pessoais anteriores à pesquisa. Isto nos permitiu escolher as famílias que, respeitando na medida do possível os critérios acima mencionados, estariam dispostas a nos "aguentar" durante todo um ano. No outro caso (Araçagi), foi o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, interessado em conhecer o esquema de produção de abacaxi pelos pequenos agricultores, conseguiu identificar as famílias a serem pesquisadas.

Este tipo de escolha "a dedo" não permite falar em amostra, no sentido estatístico. A nossa pesquisa portanto, não pretende nenhuma representatividade nestes termos. Mas esta falta de representatividade estatística não impede a reflexão sobre conjuntos maiores. O que não podemos é inferir, a partir dos nossos dados, verdades para o "campesinato da região".

Assim, no momento de começar a pesquisa de campo, o papel do mercado na produção da unidade doméstica era uma das nossas principais indagações:

"A oposição casa-roçado permite (...) pensar o lugar do mercado na reprodução do pequeno produtor. Fica claro que o pequeno produtor, centro do nosso interesse, é parte integrante duma economia mercantil. O mercado é mediação forçada entre casa e roçado, seja para conseguir os bens não produzidos pelo roçado, seja para adequar o ritmo da

casa ao ritmo do roçado. O mercado constitui elemento próprio ao cálculo da economia camponesa.

Nós estaríamos tentados a dizer que esta análise em termos de "casa-roçado" (e da articulação dos dois) permite ver a importância do mercado num sentido mais amplo. Em particular permite vislumbrar a importância que assumem as outras fontes de renda monetária para o camponês. Neste sentido toma especial relevo o mercado de trabalho".

(SIDERSKY, 1986 a, p. 45).

Mas, ao mesmo tempo, tínhamos algumas expectativas no que diz respeito às diferenças que poderiam surgir entre as várias unidades domésticas. Nos parecia evidente que apareceriam diferenças importantes ao nível do consumo familiar. Achávamos que poderiam estar ligadas ao tamanho do roçado, mas levantávamos a hipótese de que, mais importante que a quantidade de terra trabalhada, seria o tipo de inserção no mercado que explicaria um maior ou menor consumo familiar. Isto apontaria para a importância da variável "tipo de uso da terra".

O trabalho de campo começou em abril de 1985. Em cada "sítio" contamos com a ajuda de um auxiliar de pesquisa, que se encarregou do preenchimento das fichas diárias e semanais. Mensalmente, passávamos nos "sítios" fazendo a supervisão (18) e, paralelamente, preenchíamos as outras fi-

(18) Para a supervisão de dois "sítios" contamos com a valiosa colaboração de dois colegas de trabalho.

chas. As visitas mensais aos "sítios", frequentemente, se prolongaram durante vários dias. Evidentemente, estas visitas forneceram um abundante e valioso material de pesquisa, devidamente registrado no nosso diário de campo. A medição dos roçados e o posterior cálculo de superfície com papel milimetrado, sempre provocou muita curiosidade. Todos os agricultores expressavam uma grande satisfação em ter este dado "certo". Às vezes o comparavam com a "cubação" feita pelo vizinho ou pelo "compadre", sendo as diferenças com estas medições bastante variáveis.

No decorrer da fase de campo, efetuamos alguns ajustes nos nossos instrumentos de pesquisa. O mais importante foi suspender, antecipadamente, o preenchimento da ficha de atividades cotidianas. Embora a idéia inicial fosse colher dados de um ano completo, no caso de Araçagi a paciência dos agricultores esgotou-se após 9 meses. Ao entrar na fase do tratamento dos dados percebemos, claramente, que as nossas ambições ultrapassavam, em muito, as nossas possibilidades de trabalho. Fomos obrigados, para redigir esta dissertação, a redefinir os objetivos.

Decidimos, então, trabalhar somente com um "sítio". Isto significou perder a possibilidade de comparar situações agro-ecológicas e também combinações de produtos do roçado diferentes. Preferimos tratar um conjunto menor (quatro famílias ou unidades domésticas - UDs -) com a profundidade que o nosso método de trabalho nos permitia. Descartamos assim, a opção de escolher um tema (como por exemplo, o consumo familiar) e estudar os cinco "sítios" à luz deste assunto.

A escolha de Araçagi esteve ligada à curiosidade que provocava este caso de pequenos agricultores que trabalhavam com crédito, cultivando um produto de alto valor comercial.

Assim, as nossas indagações também foram se modificando. O estudo passou a se preocupar com as duas "tensões" que mencionávamos no parágrafo anterior. Perguntávamo-nos de que maneira uma ligação intensa com o mercado, através do crédito e da produção de uma lavoura comercial, afetaria a autonomia e a subordinação destes produtores. Perguntávamo-nos, também, se esta mesma inserção não abriria as portas para um certo nível de acumulação, trabalhando assim no eixo "aburguesamento" - proletarização, mas puxando para o primeiro polo.

Indagávamos, também, se o estudo destes produtores não nos forneceria alguma indicação sobre a lógica destas unidades produtivas, confirmando ou rechaçando a justeza da hipótese de que tratavam-se de unidades camponesas dotadas de uma lógica própria.

Partimos com a idéia de que, mesmo com o nosso universo reduzido a quatro unidades domésticas, teríamos oportunidade de ver aparecer diferenças entre elas. E a nossa expectativa era de que, mesmo sendo importante, a variável terra (ou tamanho do roçado) não era a "chave mágica" que desvendaria todos os mistérios.

1.3 - AS UNIDADES DOMÉSTICAS PESQUISADAS E O CONTEXTO

O município de Araçagi está situado no que se costuma chamar de Agreste Baixo (19) do Estado da Paraíba. O IBGE denomina a micro-região de Piemonte da Borborema e, no caso de Araçagi, tem o mérito de assinalar que o município se encontra, justamente, ao pé do Brejo Paraibano. Situado, então, entre o Litoral (uns 60 kms do mar) e a subida do Brejo, esta localização influencia o clima.

Em Araçagi chove, em média, pouco mais de 960 mm/ano. Isto significa que é menos úmido que o Litoral (mais de 1.400 mm/ano em Mamanguape) e também mais seco que o Brejo (Guarabira - 1.200 mm/ano; Bananeiras - 1.190 mm/ano; Areia - 1.296 mm/ano). Mas, chove muito mais do que no Curimataú, região situada, apenas, a 60 kms para o poente (Barra de Santa Rosa - 300 mm/ano).

Os meses mais chuvosos são abril, maio e junho; os mais secos, outubro, novembro e dezembro.

É importante lembrar que 1985 foi um ano "chovedor" (1.363 mm), sendo que choveu intensamente entre janeiro e fim de julho (20).

O município, que pertence à bacia do Rio Mamanguape, tem o relevo suavemente ondulado. A altitude é fraca: a maior cota

(19) Nome utilizado por Mário LACERDA de MELO, citado por PEBAYLE & GRABOIS (1983, p. 215). Ver também GRABOIS & AGUIAR (1982, p. 6 e ss.)

(20) Dados da EMATER/PB - região Administrativa de Guarabira.

do município é de pouco mais de 200 m s.n.m., mas a maior parte situa-se entre as cotas de 120 m e 40 m.

Da vegetação original, pouco resta. A paisagem agrária do município já foi totalmente transformada pelo homem. Nesta, alternam as áreas cultivadas, com diferentes culturas, em parcelas de variados tamanhos. As pastagens nativas e cultivadas também têm uma presença marcante: o município possui um rebanho bovino importante.



FOTO Nº 1 - Panorama típico do município, visto da estrada que liga Itapororoca a Araçagi. No fundo, a cidade de Araçagi.



FOTO Nº 2 - Paisagem típica da região de nossa pesquisa.
No primeiro plano, um roçado de abacaxi.

TABELA Nº 01 - UTILIZAÇÃO DA TERRA
(no município de Araçagi).

	Sup. (ha.)	%
Terras agrícolas	4.666	26
Pastagens	12.060	67
Matas e terras não produtivas	1.297	7
	18.023	100

Fonte: Censo Agropecuário 1980 - PB - IBGE

Entre as culturas destaca-se, sem dúvida, o consórcio mandioca-feijão-milho, ocupando uma área maior. O feijão e a mandioca representavam, em 1980, as culturas mais importantes do ponto de vista do valor produzido. Naquele mesmo ano o algodão herbáceo tinha ainda uma importância grande (a praga do bicudo torna-se importante a partir de 1982-83), mas o inhame, o abacaxi e o urucúm também tinham expressão.

TABELA Nº 02 - CULTURAS MAIS IMPORTANTES

	Área (ha.)	Quantidade	Valor (em Cr\$ 1.000)
Feijão	1.598	280 ton	22.200
Mandioca	886	5.500 ton	21.300
Algodão Herbáceo	1.349	449 ton	18.000
Inhame	151	736 ton	10.600
Abacaxi	240	3,4 milhões de frutos	10.250
Urucúm	171	171 ton	7.400
Milho	1.357	427 ton	4.900

Fonte: Censo Agropecuário 1980 - PB - IBGE

Apesar da terra ser concentrada, como ocorre no Brasil inteiro, Araçagi é um município onde os pequenos agricultores têm um peso significativo.

TABELA Nº 03 - DISTRIBUIÇÃO DA TERRA

Grupos de Área (ha.)	Município de Araçagi				Microregião de Piemonte da Borborema			
	estab.	%	ha	%	estab.	%	ha	%
0 - 5	2.588	83	3.497	19	15.891	77	25.602	11
5 - 10	254	8	1.660	9	2.189	11	14.115	6
10 - 20	145	5	1.901	10	1.133	5	14.608	6
20 - 50	87	3	2.687	15	733	4	22.215	10
50 - 100	28	1	1.830	10	263	1	18.015	8
100 - 500	22		3.898	22	392	2	78.974	35
500 - 1000	2		1.622	9	44	-	30.266	13
+ de 1000	1		1.291	6	16	-	23.565	10
	3.097	100	18.480	100	20.662	100	227.366	100

Fonte: Censo Agropecuário 1980 - PB - IBGE

Aceitando como de pequenos agricultores os estabelecimentos de menos de 20 ha. (o módulo rural definido pelo INCRA para a região é de 25 ha.), temos que, para o município de Araçagi, estes representam 96% dos estabelecimentos, ocupando 38% das terras. Já para a micro região na qual está inserido o referido município, os estabelecimentos de menos

de 20 ha. são menos importantes: representam 93% mas, sobretudo, ocupam 23% da área (21).

Em resumo, os dados acima apresentados nos mostram um município densamente trabalhado onde, ao lado das médias e grandes propriedades, os pequenos agricultores alcançam um peso bastante expressivo.

As quatro unidades domésticas pesquisadas estão situadas em torno de Poço Comprido (22). Este povoado dista uns 6 kms da sede do município e uma estrada não asfaltada lhe dá acesso durante o ano inteiro.

Os quatro agricultores que estudamos tinham a característica de plantar abacaxi. Ao mesmo tempo eram pequenos agricultores, todos sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi. Como já foi mencionado, nós fomos apresentados a estes agricultores por um grupo de militantes sindicais que, na época, estavam formando uma chapa de oposição sindical (23). A escolha assegurou uma grande diversidade de situações.

(21) Esta situação é ainda mais gritante quando se compara Araçagi com os números do conjunto da Paraíba. Mas considerando que a área de um estabelecimento no Sertão têm um significado um pouco diferente, preferimos não incluir estes dados.

(22) Nome fictício.

(23) Esta chapa de oposição ganhou as eleições e assumiu o STR em meados do ano de 1985.

- Ubaldo (24) era casado e tinha cinco filhos pequenos. Era arrendatário, sendo o seu roçado muito pequeno: 1,6 ha.

- Severino era solteiro. Morava com os pais, já velhos e adoentados, uma irmã e uma menina pequena. Trabalhava 4,15 ha. que eram do pai e, assim, era considerado proprietário.

- Fernando era que tinha o maior roçado: 27,6 ha. Ele era proprietário da maior parte (mais de 90%), sendo que arrendava o resto. Fernando tinha uma família grande. Moravam com ele a esposa e seis filhos, todos com mais de dezesseis anos de idade. O pessoal do Sindicato o contatou porque, além de ser produtor de abacaxi, ele participava em relações de parceria, "dando a meia" (25).

- Bernardo era casado, com três filhos pequenos. A maior parte do seu roçado foi obtido em regime de parceria. O resto foi plantado em terra cedida gratuitamente.

(24) Os nomes dos agricultores também são fictícios.

(25) Trataremos deste assunto longamente, no capítulo 2.

Temos então, no nosso reduzido universo de quatro unidades domésticas, um conjunto bastante diferenciado. Gostaríamos de destacar que dois agricultores não tinham terra própria nenhuma: um deles era arrendatário e o outro podemos definir como "meeiro". Um aspecto importante, que foi previsto propositadamente pelo pessoal do Sindicato, é que quem "dava a meia" ao Bernardo era o Fernando, ambos incluídos no grupo.

Outro dado importante é que três dos quatro agricultores eram homens jovens, de menos de trinta anos de idade. Fernando já era mais velho, tendo pouco mais de cinquenta anos. Esta diferença aparece claramente no tipo de família de cada um: Severino é solteiro, Ubaldo e Bernardo tinham filhos pequenos, Fernando tinha seis filhos adultos.

Tendo-apresentado muito rapidamente os agricultores pesquisados, achamos importante situá-los no contexto dos pequenos agricultores do município. Para isto, vamos utilizar os dados da "Pesquisa sobre Perfil dos Sócios dos S.T.R.'s do Brejo Paraibano", referentes ao município de Araçagi (26), realizada em 1986.

Para esta pesquisa foram aplicados duzentos questionários. A amostra foi escolhida ao acaso, entre a lista

(26) Estes dados, que não se encontram publicados, nos foram gentilmente cedidos pelo SEDUP - Serviço de Educação Popular - da Diocese de Guarabira (PB).

dos sócios do Sindicato de Araçagi. Pode-se considerar, portanto, que a amostra é representativa do universo dos sócios do STR. Utilizaremos isto como uma aproximação para o universo dos pequenos agricultores de Araçagi.

Dos duzentos sócios da amostra, cento e cinquenta e nove "botavam roçado" (27). Consideramos estes como os nossos "pequenos agricultores".

TABELA Nº 04 - TAMANHO DOS ROÇADOS

área	nº	%
0 - 1 ha	108	67,9
0 - 2 ha	30	18,9
2 - 5 ha	16	10,1
+ de 5 ha	4	2,5
sem resposta	1	0,6
	159	100

Tamanho médio dos roçados: 1,38 ha.

Fonte: "Pesquisa sobre Perfil dos Sócios do STR..."

Vemos assim que os roçados dos nossos quatro agricultores se situam, todos, acima da média, sendo que dois casos (Fernando e Bernardo) fazem parte do 2,5% que têm roçados maiores.

(27) Dos quarenta e um que não "botavam roçados", trinta e oito já não trabalhavam na agricultura (eram aposentados, ou pedreiros, pequenos comerciantes, etc.). Somente três trabalhavam, exclusivamente, como assalariados na agricultura.

TABELA Nº 05 - ACESSO À TERRA

	nº	%
proprietário	72	45,3
arrendatário	40	25,2
parceria	12	7,5
morador	10	6,3
terra emprestada, cedida, etc	25	15,7
	159	100

Fonte: "Pesquisa sobre Perfil dos Sócios do STR ..."

No que diz respeito ao acesso à terra, cabe destacar a importância do arrendamento. Observamos que no nosso grupo de agricultores estão representados todos os tipos de acesso à terra, com exceção do morador. Tomando a forma prioritária de acesso à terra temos, entre os quatro, dois proprietários, um parceiro e um arrendatário.

Também pelo que plantam, os quatro agricultores pesquisados não fazem parte da maioria: apenas vinte e dois dos cento e cinquenta e nove agricultores que botaram roçado, plantaram abacaxi (14%). Outros vinte e nove plantaram algodão herbáceo (18%). Alguns plantaram inhame ou urucúm. Mas a grande maioria plantou, exclusivamente, mandioca-feijão-milho (28).

(28) Dizemos exclusivamente, porque é importante lembrar que, os que plantam abacaxi, algodão, inhame ou urucúm, raramente deixam de plantar mandioca, milho e feijão.

A maioria dos sócios não possuía gado bovino (67%). Neste caso se encontravam Ubaldo e Severino. Bernardo possuía duas cabeças, enquanto que Fernando tinha dezesseis cabeças, ficando este entre os 3,6% que tinham mais de dez bovinos.

Outro dado interessante que nos mostra esta pesquisa é que no grupo dos vinte e dois agricultores que plantam abacaxi o tamanho médio do roçado (3,4 ha.) é o dobro do tamanho médio geral da amostra (1,4 ha.). Isto nos diz que, em geral, quem planta abacaxi é um pequeno agricultor não tão minúsculo quanto os outros. Neste sentido, os nossos quatro parecem corresponder melhor ao conjunto dos "abacaxizeiros" do que ao conjunto dos pequenos agricultores do município.

CAPÍTULO - 2

A PRODUÇÃO NO ROÇADO

"A produção é o conjunto de atividades que têm por objetivo procurar, para uma sociedade determinada, os meios materiais para a sua existência."
(GODELIER, 1969, p. 147.) (Tradução nossa).

De maneira mais concreta, produzir consiste em combinar, num processo de trabalho (1), segundo certas regras técnicas (T), três fatores: recursos, instrumentos de trabalho e os homens. Ou, se se prefere, objetos de trabalho (O), meios de trabalho (M) e trabalho propriamente dito (L). Temos então que:

(O + M + L) T \longrightarrow produto

Tentaremos analisar, num primeiro momento, a relação

(1) Ver ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 23).

entre os Homens e a Natureza, estudando os diversos ciclos produtivos identificados nas UDs estudadas. Veremos que esta relação entre o Homem e a Natureza não é única. Diferentes combinações de O, M, L e T já são diferenciadoras. Podemos imaginar dois casos: o primeiro, onde as quantidades combinadas são diferentes. Mas também podemos pensar na possibilidade de combinações diferentes com quantidades semelhantes de recursos, instrumentos e trabalho.

2.1 - O USO DA TERRA

Na agricultura os diferentes processos de trabalho se materializam através de ciclos produtivos. Neles os recursos naturais, os meios de produção e o trabalho se combinam de maneira diferente, produzindo também produtos diferentes: este é o sentido que atribuímos ao conceito, utilizado por ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 70 e ss.)

Temos então que este conceito está associado à idéia do tipo de uso do solo, à maneira de organizar a produção. Não fazemos nossa a associação do conceito de ciclo produtivo com o de "produção de valores de uso" ou "produção de valores de troca", como o fazem os autores acima citados.

No nosso caso este conceito é pertinente porque significa que, para cada ciclo, existe uma forma de trabalhar, um tipo de gestão da parcela. Neste sentido, não tem maior interesse separar o ciclo do abacaxi do ciclo do milho,

quando estas culturas estão na mesma parcela (2).

Os ciclos produtivos assumem dimensões concretas através do uso da terra.

(2) Daí, os nossos ciclos produtivos não se confundem com os ciclos agrícolas dos quais fala Beatriz HEREDIA (1979, p. 60-70), onde identifica os ciclos da mandioca, do feijão, do milho, do cará, das verduras.

TABELA Nº 06

USO DA TERRA, PELAS UDs, PARA O ANO AGRÍCOLA de 1985

Unidade Doméstica	Superfície Utilizada em 1985	Terra Própria	Terra de Terceiros	Culturas Temporárias		Culturas Permanentes		Pastagens	
				Abacaxi (+ milho e feijão)	Mandioca (+ milho e feijão)	"Sítio"	Sabiá	Naturais	Cultivadas
Ubaldo	1,60 ha	-	1,6 ha	Total: 0,9 ha Plantado em 1985: 0,9 ha	Total: 0,7 ha Plantado em 1984: 0,25 ha 1985: 0,45 ha	-	-	-	-
Severino	4,15 ha	4,15 ha	-	Total: 2,0 ha Plantado em 1984: 0,8 ha 1985: 1,2 ha	Total: 0,45 ha Plantado em 1984: 0,25 ha 1985: 0,20 ha	1,70 ha	-	-	-
Fernando	27,6 ha ⁽³⁾	25,7 ha	1,9 ha	Total: 9,7 ha Plantado em 1984: 3,9 ha 1985: 5,8 ha	Total: 0,65 ha Plantado em 1984: 0,65 ha	0,50 ha	0,25 ha	-	16,5 ha
Bernardo	6,7 ha	-	6,7 ha	Total: 6,7 ha Plantado em 1984: 2,8 ha 1985: 3,9 ha	-	-	-	-	-

(3) Não inclui o abacaxi cultivado de "meia" com outros agricultores. Foram identificados 5 roçados, nos quais Fernando "deu a meia". Representavam um total de 8,6 ha. (Plantados em 1984 - 6,6 ha. e em 1985 - 2 ha.). Para mais detalhes sobre a "meia", ver o Capítulo sobre as relações de produção.

A observação da Tabela nº 06 nos permite identificar quatro ciclos produtivos diferentes:

- ciclo do consórcio do abacaxi (inclui, pelo menos, abacaxi, milho e feijão).

- ciclo do consórcio da mandioca (mandioca, milho, fava e feijão).

- ciclo do "sítio" (4) que inclui, principalmente, plantas e cultivo plurianual (laranja, manga, jaca, banana, urucúm, pimenta-do-reino, etc.)

- ciclo da pecuária bovina.

Todas as UDs criam galinhas no terreiro. Porém a razão pela qual não consideramos esta atividade um ciclo produtivo propriamente dito, reside mais no fato da sua pouca

(4) A palavra "sítio" tem, na linguagem dos agricultores, vários sentidos. Pode significar local de residência. Neste caso, significa uma parcela com plantas perenes.

importância relativa". Apesar de termos privilegiado a variável "uso da terra", não excluimos a possibilidade desta atividade se tornar um "ciclo" para outras UD's.

TABELA Nº 07 - SUPERFÍCIES DEDICADAS A CADA CICLO
(Em %)

Ciclos UD	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Abacaxi	56	48	35	100
Consórcio Mandioca	44	11	02	-
"Sítio"	-	41	03 ⁽⁵⁾	-
Pecuária Bovina	-	-	60	-
TOTAL	100	100	100	100

Esta primeira aproximação permite constatar que, durante o ano agrícola de 1985, apenas o ciclo do consórcio do abacaxi estava presente em todos os roçados. No outro extremo, o ciclo da pecuária bovina está presente em somen-

(5) Incluimos o "sítio" e o sabiá, nesta cifra.

te uma UD, mas a superfície que lhe é dedicada é bastante expressiva.

2.2 - OS CICLOS PRODUTIVOS

2.2.1 - O ciclo do consórcio do abacaxi

Na instalação do abacaxi planta-se também milho, feijão e, às vezes, fava.

O abacaxi é uma cultura de ciclo longo: entre 18 e 20 meses (6). Isto significa que a parcela plantada na época das chuvas de um ano, só será colhida depois das chuvas do ano seguinte. Assim, a superfície plantada em cada UD, num ano dado, não corresponde à área colhida.

TABELA Nº 08 - ÁREA PLANTADA COM ABACAXI E ÁREA COLHIDA, EM 1985
(Em ha.)

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Área Plantada	0,9	1,2	5,8	3,9
Área Colhida	-	0,8	3,9	2,8
Total Cultivado	0,9	2,0	9,7	6,7

(6) Vale ressaltar que não existe irrigação nas UDs estudadas. O ciclo longo mencionado aqui para o abacaxi poder-se-ia reduzir, fosse esta uma cultura irrigada.

A nossa pesquisa de campo constatou que o itinerário técnico nas quatro UDs era bastante semelhante. A seguir, apresentaremos este itinerário técnico, mencionando onde for o caso, as diferenças constatadas.

2.2.1.1 - A preparação do solo

A primeira operação de um ciclo de cultivo consiste em destruir a vegetação presente na parcela, para poder instalar a cultura. Essa vegetação existente, também chamada de precedente cultural, pode ser restolho de uma cultura ou pode ser a vegetação natural. Dependendo da idade desta, podemos ter, desde uma "capoeira" (7) rala, até uma mata virgem.

A eliminação de uma "capoeira" exige o roço, feito com a foice. Quando a capoeira é maior, o excesso de matéria orgânica é queimado. As quatro UDs utilizaram o roço e a queima, em maior ou menor medida.

A preparação do terreno para receber o plantio foi feito de duas maneiras: na enxada ou com o trator. Neste ponto, houve algumas diferenças entre as UDs estudadas: enquanto Ubaldo e Severino prepararam as superfícies planta-

(7) Nome dado pelos agricultores à vegetação natural que cresce depois de terminado o ciclo agrícola. O pousio mais ou menos prolongado permite o maior ou menor desenvolvimento da "capoeira".

das em 1985, na enxada, Fernando e Bernardo combinaram ambos métodos (8).

É importante lembrar que o trator representa ganhos de produtividade muito importantes somente em certos casos específicos. Isto acontece quando a terra foi destocada e a capoeira não tem mais de dois anos. Neste caso, é possível o trator entrar diretamente na parcela. Aconteceu numa das parcelas (1 ha.) do roçado de Bernardo. Nas outras parcelas trabalhadas, foi necessário roçar e/ou destocar.

Segundo a opinião de um dos agricultores, não se percebeu muita diferença no desenvolvimento do abacaxi, em função do tipo de preparo do solo (enxada ou trator). As diferenças são, sobretudo, de custo.

2.2.1.2 - Plantio

No caso do abacaxizeiro, sendo uma planta que se reproduz por filiação com muito maior facilidade, o primeiro passo é providenciar as mudas. Nas quatro UD's estudadas as mudas foram produto do próprio roçado. Parcelas colhidas no final de 1984 forneceram as mudas plantadas no começo de 1985.

(8) Das 5,8 ha. que Fernando plantou em 1985, 4,5 ha. foram preparadas na enxada e 1,3 ha. com trator. No caso de Bernardo, enquanto 1,9 ha. foram preparadas na enxada, 2 ha. foram trabalhadas com trator.

As quatro UDs utilizaram a variedade Jupy. (9)

Segundo Salim CHOAIRY (1984) existe toda uma série de cuidados que devem ser observados para a colheita de mudas (10).

No caso de Severino, pudemos observar que a colheita de mudas se processa uns seis meses após a colheita dos frutos. Porém é bastante óbvio que a colheita das mudas obedece mais às necessidades do plantio do que à otimização do desenvolvimento da muda.

Da mesma maneira, não encontramos a prática da cura nem o cuidado especial na escolha do tipo de muda (rebentão, etc).

Nossas conversas com Severino confirmaram que existem cuidados especiais na hora do plantio: não são plantadas

(9) Também se plantam, na região, as variedades Pérola e Smooth Cayenne. Esta última é plantada, exclusivamente, pelas grandes fazendas da área de Sapé e Mari.

(10) Existem cinco tipos de mudas de abacaxizeiro: plântula ou (rebentão terrestre), que está inserida na planta-mãe, abaixo do nível do solo; rebentão, que se localiza no talo da planta-mãe; filhote-rebentão, inserida no pedúnculo; filhote, que aparece na base do fruto; coroa, muda situada na parte superior do fruto. Destas mudas, as plântulas são as que melhor se adaptam à produção da soca. É importante notar que, quanto mais alta a posição na planta (na ordem, de plântula para a coroa), maior será o seu ciclo vegetativo. Após a colheita dos frutos, as mudas ficarão na planta-mãe durante quatro - seis meses, completando o seu desenvolvimento (a ceva). No momento da colheita, deverão ser colocadas com a base para cima, para receberem sol (a cura), o que ajuda na eliminação das pragas. A cura pode demorar entre dez e quinze dias. No momento do plantio deverá ser feita uma nova seleção, sendo descartadas as mudas que apresentam goma, broca, estejam sem o olho ou machucadas.

mudas machucadas ou que apresentam sinais evidentes de ataques de pragas. Evita-se, também, que entre terra no "olho" do abacaxi.

Em geral, o sistema utilizado é o de plantio em covas. Depois de serem "marcadas" as fileiras, as covas são feitas com ajuda do enxadeco. As mudas são distribuídas perto das covas e, depois, enterradas.

É interessante notar que, frequentemente, a tarefa de distribuição das mudas (feita com grandes cestos, carregados na cabeça) e o posterior plantio propriamente dito, são feitos por mulheres, enquanto que cavar as covas é, em geral, tarefa masculina. Porém, como veremos mais adiante, as mulheres das UD's estudadas não trabalharam no roçado. No caso do plantio, a tarefa "feminina" de plantar foi realizada por mulheres assalariadas.

O abacaxi é plantado em fileiras simples. As densidades encontradas variaram de vinte e cinco mil a trinta e cinco mil pés/ha. Mesmo esta segunda cifra é bem inferior à densidade recomendada pela pesquisa (EMEPA), que é de quarenta e um mil pés/ha, para a variedade Jupy.

Isto coloca a pergunta de por que os agricultores utilizam estas densidades relativamente baixas. Uma hipótese poderia ser a de que um maior adensamento não lhes proporciona maiores vantagens na hora de vender (11).

Mas isto nos mostra, claramente, como o adensamento

(11) Voltaremos a discutir esta questão no Capítulo sobre a comercialização.

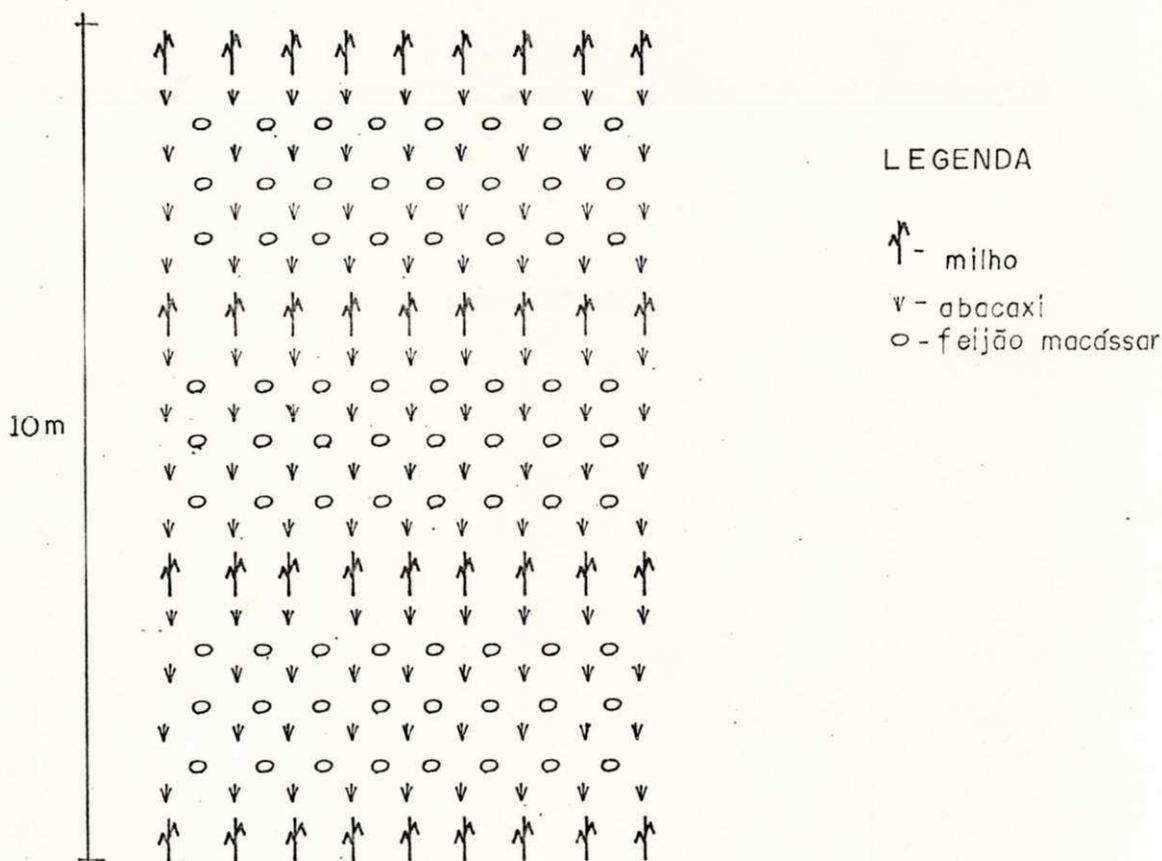
de uma cultura, variável eminentemente técnica, tem uma importância sócio-econômica.

Outro aspecto que devemos ressaltar é o consorciamento desta cultura. Entre as fileiras do abacaxi se planta milho e feijão (12), as vezes se planta fava. (13)

A título de exemplo, apresentamos o esquema do consórcio encontrado numa parcela plantada em 1985, do roçado de Bernardo.

ESQUEMA Nº 03

Consórcio : abacaxi, milho, feijão



(12) Em alguns casos se plantou "mulatinho" (f. phaseolus), em outros "macáassar" (f. vigna).

(13) Pesquisas têm demonstrado que o consorciamento com feijão mulatinho, feijão macáassar e o amendoim não afeta o rendimento nem a qualidade do abacaxi. Cf. CHOAIKY & BOSCO (1983).



FOTO Nº 3 - Vista geral da parcela de abacaxi de Ubaldo. Note-se o consorciamento com milho. Na ladeira oposta, os roçados de outros arrendatários.



FOTO Nº 4 - Detalhe do consórcio abacaxi, milho e feijão macassar.

Um dado importante é que, nos casos estudados, o abacaxi é sempre consorciado com milho e feijão. Porém, nem sempre, o "dono" do roçado é dono do milho e do feijão. Em certos casos, os agricultores permitem a outros trabalhadores plantar e colher o milho e feijão entre as fileiras do abacaxi. Neste arranjo o trabalhador planta, limpa e colhe as culturas alimentares. Ao mesmo tempo, o abacaxi se beneficia das limpas, sem que isto custe um tostão ao dono do roçado (14).

2.2.1.3 - Cuidados Culturais

- A Limpa

O abacaxizeiro, tendo um desenvolvimento lento, não pode ser abandonado: é muito sensível à concorrência das ervas daninhas.

É por isso que esta cultura requer ser limpa, constantemente. Tomemos, por exemplo, o caso de Severino. No abacaxi plantado em fevereiro de 1984 e colhido entre final de setembro e começo de outubro de 1985, foram dadas, ao todo, treze limpas.

(14) Voltaremos a esta questão na seção sobre o acesso à mão-de-obra (Capítulo 3).

O ciclo total foi de dezenove meses. As limpas se fizeram num ritmo mensal, nos períodos de maior pluviosidade: março - agosto de 1984 e fevereiro - julho de 1985. No tempo seco, as limpas são bi-mensais. A última limpa foi feita no começo de julho, o fruto estando já em plena formação. Nesta altura, o desenvolvimento da cultura é tal que abafa as ervas daninhas. Outras limpas se fazem desnecessárias.

A forma usual de fazer a limpa é na enxada. Mas Fernando e Bernardo também usaram herbicidas. Quando indagado sobre os critérios de escolha entre a enxada e o herbicida, Fernando deu a seguinte explicação: o herbicida (15) é interessante (ou seja permite fazer uma limpa a um custo menor) (16) quando o "mato" está crescido e quando está chovendo. Sempre, segundo Fernando, de nada adianta utilizar herbicida no tempo seco. Embora não tenhamos dados muito precisos, sabemos que, mesmo nos roçados de Fernando e Bernardo, a quantidade de limpas com herbicida é bem menor do que a quantidade de limpas de enxada.

Um detalhe observado no roçado de Bernardo nos fornece material para a reflexão: em uma das suas parcelas ele tinha se atrasado nas limpas. Diante da possibilidade de perder o abacaxi, que ainda estava pequeno, Bernardo passou um herbicida. Assim fazendo, ele matou o milho do consór-

(15) O uso do herbicida no roçado é denominado de "aguação".

(16) C. de BRITO (1980) diz que a utilização de herbicida permite reduzir pela metade a quantidade de trabalho gasto nas limpas (p. 42). Porém isto não se verifica nos casos estudados.

cio. Ao tomar esta decisão, Bernardo sabia que estava sacrificando o milho, mas "foi o jeito".

- Adubação

"Ao contrário do que muitos pensam, o abacaxizeiro é uma planta muito exigente em nutrientes, principalmente Nitrogênio (N) e Potássio (K).... Os elementos minerais presentes no solo, muitas vezes, não são suficientes para suprir a planta durante o seu ciclo, daí a necessidade de adicioná-los sob a forma de adubação mineral ou orgânica".
(CHOAIRY, S., 1984, p. 51) (17)

(17) Segundo alguns autores, citados por CHAIRY (1984, p. 36) as mobilizações de nutrientes para trinta e oito mil pés, com uma produção de 55 t. de frutos, foram:

N: 205 kg/ha, sendo 67,5 Kg exportados na colheita de frutos e mudas.

P (P_2O_5): 58 kg/ha, sendo 19,5 kg exportados na colheita de frutos e mudas.

K (K_2O) : 393 Kg/ha, sendo 174 kg exportados na colheita de frutos e mudas.

Além das quantias de cálcio (CA O) e Magnésio (Mg O).

Ora, o adubo utilizado na região é um combinado N-P-K, nas doses de 14-07-28. Na dose recomendada (1,1 t/ha) significa o aporte por ha de 154 kg de N, 77 kg de P (na forma de P_2O_5) e 308 kg de K (na forma de K_2). Isto ultrapassa, de longe as exportações acima mencionadas.

Isto leva a duas perguntas. Qual o papel dos nutrientes já presentes no solo? Qual é a percentagem de perda de nutrientes não exportados (pela queima, etc)?

De fato, os agricultores estudados somente adicionaram adubação mineral, sob forma de fertilizante granulado. É um fertilizante triplo, rico em Potássio (K): 14-07-28. A dosagem "recomendada" era de 1,1 t/ha, em três aplicações.

É importante mencionar que este fertilizante vem "embutido" no crédito rural: uma parte do financiamento concedido ao agricultor é pago diretamente ao representante da firma produtora dos fertilizantes. O agricultor recebe a quantia "recomendada" para o tamanho do roçado.

No ano de nossa pesquisa não houve, nas quatro UDs pesquisadas, nenhuma análise de solos. A dosagem mencionada parece ser a dosagem de praxe dos projetos de crédito. Na opinião de Severino, esta dosagem refere-se a terras muito "cansadas".

Constatamos, na pesquisa, que os agricultores utilizam, de fato, dosagens bastante inferiores àquela recomendada: entre 450 e 875 kg/ha. O fato dos agricultores não respeitarem, integralmente, as dosagens, é confirmada pela existência de vendas eventuais de sacos de adubo.

Este é outro exemplo da ligação entre questões técnicas e problemas econômicos e sociais. O caso da adubação "embutida" nos projetos de crédito e dosagem superdimensionada para as necessidades dos pequenos agricultores, nos lembra que outros interesses econômicos estão sendo contemplados.

A aplicação de adubo, propriamente dita, é feita distribuindo o fertilizante, que vem na forma de "misturas de grânulos", em cada pé, com ajuda de uma colher amarrada num pau.

Depois o adubo é "coberto", trazendo terra para o pé com a enxada.

- Controle de pragas e doenças

A literatura consultada fala de uma série de pragas e doenças, já identificadas na Paraíba, que provocam sérios danos nas plantações de abacaxi (18). Aqueles que apresentam o maior perigo são a cochonilha (praga) e a fusariose (doença provocada por um fungo).

(18) CHOAIRY, S. op. cit. págs. 58-80. Também CHOAIRY, et alii (1984).

As pragas mais conhecidas são as seguintes:

- Cochonilha (*Dysnicoccus brevipes*), conhecida por diversos nomes populares (pulgão branco, cochonilha do abacaxi, piolho farinhento, etc.). É causadora da "murcha do abacaxi". A variedade "Smooth Cayenne" é a mais sensível.

- Broca do fruto (*Thecla basalides*) - Quando a lagarta penetra o fruto provoca a exsudação de uma resina. Ataca a inflorescência e às vezes, o pedúnculo. Para diferenciar este ataque da fusariose, é preciso observar o lugar da exsudação: neste caso, é entre os frutinhos.

- Broca do talo (*Castria icarus*). A lagarta procura atingir o talo. Quando isto acontece, nota-se a presença de goma, serragem e excrementos de lagarta. A folha pode ser destacada com facilidade.

As principais doenças do abacaxi são causadas por fungos.

- Fusariose, causada pelo fungo *Fusarium moniliforme*. Ataca mudas, plantas e frutos em qualquer estágio de desenvolvimento. O sintoma mais evidente é a exsudação da goma, no ataque ao fruto. No interior do fruto aparecem manchas marrom escuro. Em áreas novas de plantios não contaminados, a doença começa a se manifestar com a morte das mudas.

- Podridão negra (*Thielaviopsis paradoxa*). É um fungo que penetra por feridas. Ele representa uma ameaça para os frutos colhidos, infiltrando-se através do corte feito no pedúnculo.

Em geral, o acompanhamento das parcelas de abacaxi revelou um baixo índice de ataques. Somente o roçado de Ubaldo sofreu um ataque que causou algumas perdas.

Não se fazem pulverizações preventivas, nem temos notícias de tratamento das mudas.

O fato de cultivar a variedade Jupy, resistente à cochonilha (em comparação com as variedades Pérola e Smooth Cayenne), é uma maneira de fazer controle de pragas.

Houve, sim, diversos ataques nas outras plantas do consórcio (milho e feijão), muito favorecidos pelo ano chuvoso. Mas o fato de perder estas colheitas não pareceu incomodar aos agricultores. Não houve nenhum esforço no sentido de combater estes ataques.

- A Indução Floral

Chamada de "queima" pelos agricultores, a indução floral, ou controle químico da diferenciação floral, é uma técnica que modifica o ciclo natural das plantas, apressando a floração.

Serve a dois propósitos principais:

- A homogeneização da floração, necessária na medida em que os ciclos vegetativos variam em função da posição da muda na planta-mãe. Sem esta prática, a gestão dos trabalhos nos campos de abacaxi tornar-se-ia muito delicada, no final do ciclo. A prática de vender o campo é outro fator que exige a homogeneização da floração.

- Controlar o momento da formação do fruto. Isto permite evitar os efeitos de um período seco na fase da formação do fruto, o que significaria uma queda muito grande na produção. Também permite escalonar a produção, facilitando, assim, o manejo dos diferentes campos.

Os agricultores fazem a "queima" com uma aplicação de "carbureto" (carbureto de cálcio - CaC_2) (19). Exemplificando, Severino realizou esta operação no partido plantado em 84 nos últimos dias de abril (de 1985). A colheita foi feita entre o final de setembro e o começo de outubro, confirmando-se, assim, o período de 5 a 5 1/2 meses que separa a operação de indução floral da maturação do fruto.

2.2.1.4 - Colheita

Em geral, a colheita não faz parte do processo de trabalho do produtor de abacaxi. Isto ocorre porque a venda da produção se dá com o abacaxi ainda no campo. A colheita se realiza por conta do comprador (20).

A título de curiosidade, vale a pena registrar que a colheita é manual, havendo "turmas" que, chegando com o

(19) Existem outros produtos que podem ser utilizados como indutor floral: Ethrel (ácido 2 cloro - etil fosfórico), etileno, etc. Porém, na região pesquisada, só constatamos o uso de "carbureto".

(20) O fato da colheita correr por conta do comprador parece ser um fato generalizado na região. C.A. de BRITO, (1980), menciona a existência desta prática nos municípios de Sapé e Mari.

caminhão, colhem e carregam o fruto.

Este sistema de venda do campo dificulta a avaliação do rendimento. O dado que possuímos é a superfície colhida (ver Tabela nº08, página 63). Estimativas feitas por Severino e Bernardo situam a colheita em 16 a 18.000 "frutos bons" por ha. Estimando o peso médio de um "fruto bom" em 1,5 kg., temos uma produtividade de 24 a 27 ton/ha. Este dado é importante, ao indicar que haveria ganhos de produtividade por ha. possíveis, já que, pelo menos teoricamente, é possível colher 55 ton. em cada ha. de abacaxi.

Já dissemos que o ano de '85 foi ruim para as outras culturas do consórcio. Quase não se colheu feijão. Dois dos agricultores pesquisados (Bernardo e Ubaldo) colheram milho: Bernardo vendeu o seu milho verde no mês de São João; Ubaldo colheu o seu milho seco. Estes dois agricultores também colheram alguns kgs de feijão ou fava.

Outro sub-produto importante do abacaxi são as mudas. Bernardo chegou a vender algumas. De qualquer maneira, a produção de mudas é fundamental para garantir a reprodução do ciclo do abacaxi.

2.2.1.5 - A energia e a reconstituição da fertilidade

Na perspectiva da reprodução dos ciclos agrícolas, dois elementos podem caracterizá-los: o tipo de energia utilizada e os mecanismos de reconstituição da fertilidade

dos solos (21).

Uma parte muito importante de toda a energia investida neste ciclo produtivo é energia humana. Apesar de algumas UD's utilizarem, na preparação do solo de alguma parcela, o trator, parece-nos característico deste ciclo a importância da energia humana (22).

No que diz respeito à reconstituição da fertilidade, os fertilizantes industriais jogam um papel importante.

Um problema interessante, na perspectiva da reconstituição da fertilidade do solo, é o aproveitamento das socas. Com efeito, a maior parte dos elementos minerais retirados do solo não são exportados nos frutos e mudas. As socas permanecem, então, como fonte de nutrientes para uma futura plantação. Fica a pergunta sobre o volume das perdas, o tempo necessário para que a decomposição dos restos da cultura libere os nutrientes e o tipo de trabalho que possa facilitar este processo (a possibilidade de aproveitamento da soca sem passagem do trator).

Seria importante colocar este problema numa ótica de mais longo prazo. A reconstituição da fertilidade dos solos

(21) Estes dois parâmetros são úteis na caracterização dos sistemas agrícolas em geral. Assim a energia humana e o pousio longo, com os seus mecanismos próprios de reciclagem de nutrientes, caracterizam o sistema agrícola denominado de sistema de roça. Da mesma forma o sistema da Europa Medieval pode ser caracterizado através destes dois parâmetros, etc.

(22) Fazemos abstração aqui do fogo, utilizado na preparação do solo, e da energia incorporada nos insumos industriais utilizados.

utilizados na produção de abacaxi poderia ser discutida numa perspectiva que combinasse vários ciclos de produção, introduzindo, assim, a discussão sobre a rotação de culturas, que não existe atualmente.

Esta rotação de culturas poderia ter outros efeitos benéficos, além de contribuir para a reconstituição da fertilidade do solo. Por exemplo, no controle fitossanitário.

Nos casos de Ubaldo e Bernardo, é importante considerar o fator social: a terra cultivada por estes agricultores é arrendada. Não existem garantias no sentido de poderem voltar a plantar na mesma terra, depois de tirada a colheita de abacaxi. Este fator modifica a discussão sobre a reconstituição da fertilidade, pois não havendo garantias de poder continuar utilizando a terra, não existe razão para o agricultor se preocupar com a reprodução da fertilidade.

A opção, quase que exclusiva, de reconstituição de fertilidade por meio dos fertilizantes industrializados, é, de fato, a opção de integração ao mercado, da monetarização do funcionamento do roçado, como teremos ocasião de ver no Capítulo 5.

De uma maneira mais geral, este tipo de opção é característica do que se convencionou chamar de "revolução verde", que prioriza os processos físicos e químicos em relação aos processos biológicos, priorizando assim, concomitantemente a opção de integração ao mercado.

2.2.2 - O consórcio da mandioca

Vimos, anteriormente, que em três das quatro UDs existe o ciclo do consórcio da mandioca. Numa, este ciclo é relativamente importante (44% da superfície cultivada). Na segunda, representa 11%, enquanto que, na terceira, tem apenas uma importância marginal (2% da superfície cultivada).

A base deste ciclo é a cultura da mandioca (e/ou a macaxeira) (23). É uma cultura de ciclo longo, permanecendo no roçado em torno de dezoito meses (24). Acontece então, como no caso do abacaxi, que a mandioca plantada num ano só vem ser colhida no ano seguinte.

(23) A macaxeira (ou mandioca mansa) pode ser consumida diretamente, enquanto que a mandioca deve ser, necessariamente, transformada em farinha para ser consumida.

(24) Não há tempo "certo" para a colheita da mandioca: ela pode ser colhida com oito meses, podendo permanecer também por mais de dois anos no roçado. É frequente, porém, a sua colheita com, mais ou menos, dezoito meses.

TABELA Nº 09 - ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA E ÁREA TOTAL
CULTIVADA COM O CONSÓRCIO DA MANDIOCA, EM 1985.
(Em ha.)

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Área Plantada	0,45	0,20	-	-
Área Colhida	0,25	0,25	0,65	-
Área Total Cult.	0,70	0,45	0,65	-

Sempre fazem parte deste consórcio o feijão mulatinho ou o feijão macássar. Frequentemente inclui o milho e a fava.

2.2.2.1 - Preparação do solo

Esta preparação consta de duas operações. Na primeira, trata-se de destruir a vegetação pré-existente. Como no caso do ciclo do abacaxi, esta operação, geralmente, implica num roço com a foice e a queima, em maior ou menor medida.

Uma vez livre o solo, ele é preparado para receber as culturas. Isto pode ser feito de duas maneiras: com leirões

ou covas. O objetivo desta operação é deixar a terra "fofa", permitindo, assim, um melhor desenvolvimento da cultura. Ambas as variantes desta operação são feitas manualmente, com o auxílio da enxada.

2.2.2.2 - Plantio

A mandioca se reproduz a partir da "maniva" (pedaços de caule) que, enterrada no chão, brota para dar origem a uma nova planta. O milho, a fava e o feijão se reproduzem a partir de uma semente.

O plantio é feito manualmente, sendo que a mandioca (e a macaxeira) ocupa o lombo do leirão ou a parte mais alta da cova; o milho, plantado com a fava, e o feijão ocupam os lados do leirão ou cova, podendo ficar nos espaços entre leirões ou covas.

É frequente que a mulher participe do plantio, enterrando a maniva e a semente, enquanto o homem prepara a maniva e abre pequenos buracos para receber as sementes.

Os "insumos" próprios desta fase (sementes e "maniva") foram, nos casos em questão, produto do próprio roçado.

2.2.2.3 - Cuidados culturais

- Limpa

Como em qualquer cultura, a concorrência das ervas daninhas prejudica o roçado da mandioca. O número de capinas depende muito da pluviosidade. Elas são mais frequentes nos primeiros meses, atendendo às necessidades do milho e do feijão. Uma vez que estes são colhidos, as limpas se fazem mais espaçadas. No "inverno" seguinte, voltam a ser feitas limpas, com menor intensidade que na fase inicial. Nos casos estudados, as limpas foram todas feitas na enxada. Não houve utilização de herbicidas, neste ciclo.

- Controle de pragas e doenças

O ano chuvoso prejudicou o desenvolvimento das culturas de ciclo curto (milho, fava e feijão). Não observamos, porém, ataques caracterizados, apesar das condições muito úmidas favorecerem as doenças (em particular aquelas provocados por fungos).

Outro inimigo que causa estragos neste ciclo é a formiga. O agricultor é obrigado a uma constante vigilância para, uma vez detectado o ataque, descobrir o formigueiro e tentar o controle aplicando formicidas químicos.

No caso de Severino, a chuva prejudicou a mandioca, favorecendo a podridão do tubérculo. Isto significou uma queda importante na produtividade.

- Outros cuidados

Registramos que, neste ciclo, não se fez adubação: estas culturas tiveram que se contentar com os nutrientes presentes no solo.

2.2.2.4 - Colheita

A colheita do feijão mulatinho se faz arrancando a planta inteira. Depois de seca, se bate o feijão por meio de paus.

A colheita da mandioca se faz arrancando a planta, separando os tubérculos. Ela é consumida diretamente ou transformada em farinha, segundo o caso.

No caso da mandioca, os agricultores não pesam o produto na forma de tubérculo. Temos, apenas, os dados da farinha produzida, o que nos permite obter os seguintes elementos de produtividade:

Severino: 2.000 kgs/ha

Ubaldo: 5.400 kgs/ha

Fernando: 4.300 kgs/ha

O processo de transformar mandioca em farinha necessita de uma série de equipamentos, reunidos numa "casa-de-farinha" (25).

Não houve colheita de feijão seco. Ubaldo conseguiu colher alguns "cozinhados" de feijão verde.

2.2.2.5 - A energia e a reconstituição da fertilidade

Neste ciclo, toda a energia investida é humana. Nas quatro UDs não houve utilização de máquinas nem insumos de origem industrial.

A reconstituição da fertilidade baseia-se na reconstituição natural pelo pousio. O fato de serem estes pousios cada vez mais curtos, ameaça a própria reprodução dos roçados.

É interessante comentar que neste ítem da energia e da fertilidade, existem diferenças bastante marcantes com o ciclo do abacaxi. Neste último sobressaem o uso do trator

(25) Para uma descrição detalhada do processo de fabricação realizado numa casa de farinha, ver HEREDIA, (1979, págs. 63 a 65).

na preparação do terreno e, sobretudo, a importância do fertilizante para a renovação da fertilidade.

2.2.3 - O sítio

Este ciclo está presente em duas UD's. Numa delas (Severino), cobre uma parte significativa da terra cultivada (41%). Já na outra (Fernando), a sua importância é marginal (3% da superfície cultivada).

Temos então que uma parte significativa da terra da UD - Severino tinha uma variedade de árvores frutais plantadas: alguns pés de laranja e banana, mas sobretudo cajueiros, jaqueiras, mangueiras e pés de urucúm. Muitas destas árvores serviam de suporte para pés de pimenta-do-reino.

O simples tamanho das árvores indica que o ciclo é antigo: tem, certamente, mais de dez anos.

Na época da pesquisa, o "sítio" gerava dois produtos para a venda: urucúm e pimenta-do-reino. Cajú, manga, jaca, laranja e banana serviam para o consumo familiar, assim como para a fome dos passantes, que não se acanhavam de levar estes frutos.

A própria característica da cultura perene faz com que a nossa descrição se prenda, simplesmente, aos trabalhos anuais que se desenvolvem no sítio.

É importante registrar aqui que, na visão de Severino, o sítio não tem maior interesse econômico. Para demonstrar isto, ele argumentou que, enquanto colheu Cr\$ 400.000

de pimenta-do-reino em 1984, uma ha. de abacaxi estava valendo Cr\$ 3.000.000 (em junho de 1985) (26).

Na UD - Fernando o sítio inclui 1/4 ha. de sabiá, que não implica em trabalho nenhum. Também incluímos o sítio perto da casa, que de fato é um grande quintal. Nele existem árvores frutais, horta, uns leirões de macaxeira, etc. De fato não constitui, propriamente, um ciclo produtivo.

Nas páginas seguintes nos referiremos ao sítio da UD-Severino.

2.2.3.1 - Os cuidados anuais

O sítio exige bem pouco trabalho. Durante a seca, costuma-se dar uma limpa. Eventualmente, cortam-se alguns galhos, etc.

Já entrada a chuva, foi feita, neste ano de 1985, uma limpa e uma planta de pimenta-do-reino.

Normalmente, deveria existir a prática da substituição dos pés mais antigos. Isto ocorre na UD - Severino, em escala muita reduzida: fora os pés de pimenta-do-reino mencionados no parágrafo anterior, foram plantados, em 1984,

(26) Outros elementos porém, deveriam ser considerados, numa análise econômica mais completa: por exemplo, comparar-se produto líquido (e não bruto), considerar-se o fato do abacaxi produzir em ciclos longos, considerar-se as possibilidades de crédito abertas por esta cultura, etc.

apenas uma dúzia de pés de urucúm. Em 1985 não houve nova plantação.

2.2.3.2 - A colheita

O urucúm tem duas colheitas anuais: a colheita principal, em plena época chuvosa (junho a setembro) e uma colheita secundária, em dezembro - fevereiro.

O urucúm da UD - Severino foi colhido, este ano, entre começo de julho e começo de setembro.

Depois de colhido ele é espalhado no terreiro, para secar. Uma vez seco, é batido.

A safra principal de 1985 foi de 146 kgs. É difícil, porém, relacionar a produção de urucúm à superfície de sítio, sendo que existem pés isolados de urucúm espalhados por toda a propriedade.

De pimenta-do-reino há, somente, uma colheita anual. Uma vez colhida, a pimenta é espalhada no terreiro, para secar. Em 1984, o sítio produziu 42 kgs de pimenta-do-reino, o que significou uma renda importante. Já em 1985, esta produção decaiu para 11 kgs. Segundo Severino, a causa desta queda na produtividade foi a "falta de trato".

2.2.3.3 - Energia e reconstituição da fertilidade

A fonte de energia utilizada na condução do processo produtivo é o trabalho humano.

Não se usam insumos industriais de qualquer espécie. A reconstituição da fertilidade não recebe, portanto, nenhum aporte externo: as árvores, com as suas raízes profundas, garantem a circulação dos nutrientes.

2.2.4 - O ciclo da pecuária bovina

Já vimos, anteriormente, que em somente uma das UD's estudadas existe este ciclo. Se considerarmos a superfície utilizada (60%), a pecuária aparece como a atividade principal da UD - Fernando. Mais adiante, porém, teremos a oportunidade de relativizar este dado, ao considerarmos outras variáveis.

Mas, sem dúvida, a pecuária é, nesta UD, uma atividade importante. E tudo indica que tende a crescer de importância. A UD - Bernardo possuía, no início do ano, uma vaca e um bezerro. Mas a UD não dedicava terra, sob controle próprio, a esta atividade.

2.2.4.1 - A terra dedicada à pecuária

Poderíamos descrever a atividade pecuária da UD - Fernando como um "agroecossistema animal com pastagem cultivada" (VIVALLO PINARE & WILLIAMS FUENTES, 1984, p. 112). Com efeito, a criação nesta UD é baseada na utilização de pastagens cultivadas (principalmente com capim braquiara).

Ao começar o ano de 1985 existiam, aproximadamente, 11 ha. de capim plantado. Durante 1985, foram plantados mais 5,5 ha. Numa das parcelas onde foi implantado o capim, houve a eliminação de um restolho de abacaxi. Fernando aproveitou a implantação do capim para plantar feijão "mulinho". A lógica deste consórcio, um pouco estranho, é que o tempo necessário para que o capim cubra a terra permite o desenvolvimento do feijão (em torno de cem dias). No caso estudado, o feijão adoeceu e não houve safra (27).

Todas as parcelas de capim estavam devidamente cercadas. Houve, em 1985, um trabalho de manutenção e renovação de cercas.

Já dissemos que Bernardo não dedica terra à atividade pecuária. A vaca e o bezerro dele pastavam no "cercado" (28) de Fernando, com quem Bernardo mantém ótimas relações.

(27) Numa conversa com o agricultor na hora de plantar (ao final de maio), ele considerou o feijão como uma aposta: se saísse sadio e bom, seria tratado, se não "passaria a enxada". Foi isto que aconteceu.

(28) Pastagem cercada.

Isto poderia ser considerado como o embrião de um ciclo pecuário para Bernardo. Mas, lembrando que ele não tem terra própria, fica na dependência da "amizade" de Fernando, ou de alugar pasto: o que, para um rebanho tão pequeno, não é muito fácil.

2.2.4.2 - O rebanho e seu manejo

Sabemos somente que, no começo de 1985, o rebanho de Fernando era de dezesseis cabeças.

Durante o ano houve uma morte (uma vaca) e nove animais vendidos (seis vacas, um novilho e dois bezerros).

Houve três nascimentos e se compraram dois lotes de animais: sete em outubro e quatro vaquinhas em dezembro.

Temos então que, no final do ano, o rebanho contava com vinte cabeças.

Não possuímos dados concretos sobre a composição do rebanho, por idade e por sexo. Sabemos, porém, que existe um touro. Fernando não se preocupa muito com a qualidade da raça do seu rebanho. Tem alguns animais cruzados com Nelore.

TABELA Nº 10 - CALENDÁRIO DE COMPRA E VENDA DE ANIMAIS (29)

PARA A UD - FERNANDO.

	A	M	J	J	A	S	O	N	D
VENDA	01 vaca	1 vaca 1 novi- lho (1 mor- te)	-	02 vacas	02 vacas	02 bezerros	-	-	-
COMPRA	-	-	-	-	-	-	07 bezerros	-	4 "vaqui- nhas"

A observação da Tabela nº 10 nos indica que há, durante o ano, uma "época de venda" e uma "época de compra". Teremos ocasião de ver, mais adiante, que isto está intimamente ligado ao ciclo do abacaxi desta UD.

A alimentação do rebanho é fornecida pelas pastagens cultivadas da propriedade. Nos anos secos, Fernando dá uma complementação de cana, capim e "maniva" (30). Em geral, a cana tem que ser comprada. A "maniva", ou é do próprio roçado ou é doada. Não há cultivo de forrageiras. Mas como o ano de 1985 foi bastante úmido, não houve necessidade de complementar a alimentação do rebanho.

Fernando não utiliza inseminação artificial, nem cas-

(29) Não temos dados sobre o momento em que ocorreram os nascimentos.

(30) Caule da mandioca.

tração. Ele vacina contra a febre aftosa, a raiva e o "quartejado".

Já no caso de Bernardo, no início do ano tinha duas cabeças: uma vaca com o seu bezerro. Foram vendidos no mês de agosto.

No mês de novembro Bernardo comprou um "casal" de bezeros. Temos, então, que terminou o ano de 1985 com o mesmo número de cabeças.

Como já mencionamos anteriormente, Bernardo consegue alimentar os seus animais nos pastos de Fernando.

2.2.4.3 - O trabalho neste ciclo

O gado exige alguns cuidados. Diariamente (ou quase), Fernando dá uma volta de inspeção. O trabalho mais importante é o de manutenção e instalação de cercas.

Quando existe no rebanho uma vaca em lactação, há o trabalho diário de ordenhar.

2.2.4.4 - O produto

Pelo que nos consta, a finalidade da criação na UD - Fernando é a produção de carne, através da venda de animais vivos. Para ter uma idéia do produto, seriam necessários mais dados, como o peso dos animais vendidos e o peso dos

animais comprados, para poder falar em produção "líquida" de carne (31). Infelizmente, não temos estas informações (32). Por isso, consideraremos como produto os animais vendidos.

Há uma produção de leite, estimada por Fernando em uns quatro litros diários durante a época da chuva.

2.2.4.5 - Interrelação com os ciclos agrícolas

Não observamos nenhuma das formas clássicas de interação do ciclo pecuário com os vegetais. O restolho do abacaxi não é utilizado na alimentação animal. Não é costume utilizar tração animal nos roçados. Não foi observada nenhuma prática de aproveitamento do esterco do gado na reconstituição da fertilidade do solo.

Houve um caso em que Fernando arrancou capim para voltar a cultivar abacaxi na parcela. Poderíamos dizer que o ciclo pecuário "devolveu" terra para a agricultura. Mas segundo o depoimento do mesmo, o abacaxi dessa parcela, colhido em 1985, "foi fraco". Esta informação permite duvidar

(31) Esta idéia está ligada ao conceito de desfrute do rebanho. Infelizmente, a nossa pesquisa não colheu os dados necessários para trabalhar com este conceito.

(32) Temos sim dados econômicos que nos permitem aproximarmos do "produto líquido" da atividade. Porém estes dados ao trazerem embutida a inflação, não são o melhor parâmetro.

da pastagem (e do ciclo da pecuária) como agentes da reconstituição.

Tivemos a impressão, no entanto, que o ciclo da pecuária contribuiu muito para o bom andamento do ciclo do abacaxi. Esta contribuição passa pela venda dos animais: uma parte do produto desta venda é investida nas parcelas do abacaxi, na forma de alguns insumos e, sobretudo, salários (33).

2.3 - O TRABALHO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

A implementação das técnicas culturais, descritas de maneira abstrata nos parágrafos precedentes, implica na necessidade de incluir elementos exteriores a estas técnicas. Significa, por exemplo, em considerar o clima (em particular a pluviosidade). Implica também uma organização do trabalho, observando as superfícies utilizadas, as escolhas culturais e as possibilidades de mobilizar a mão-de-obra.

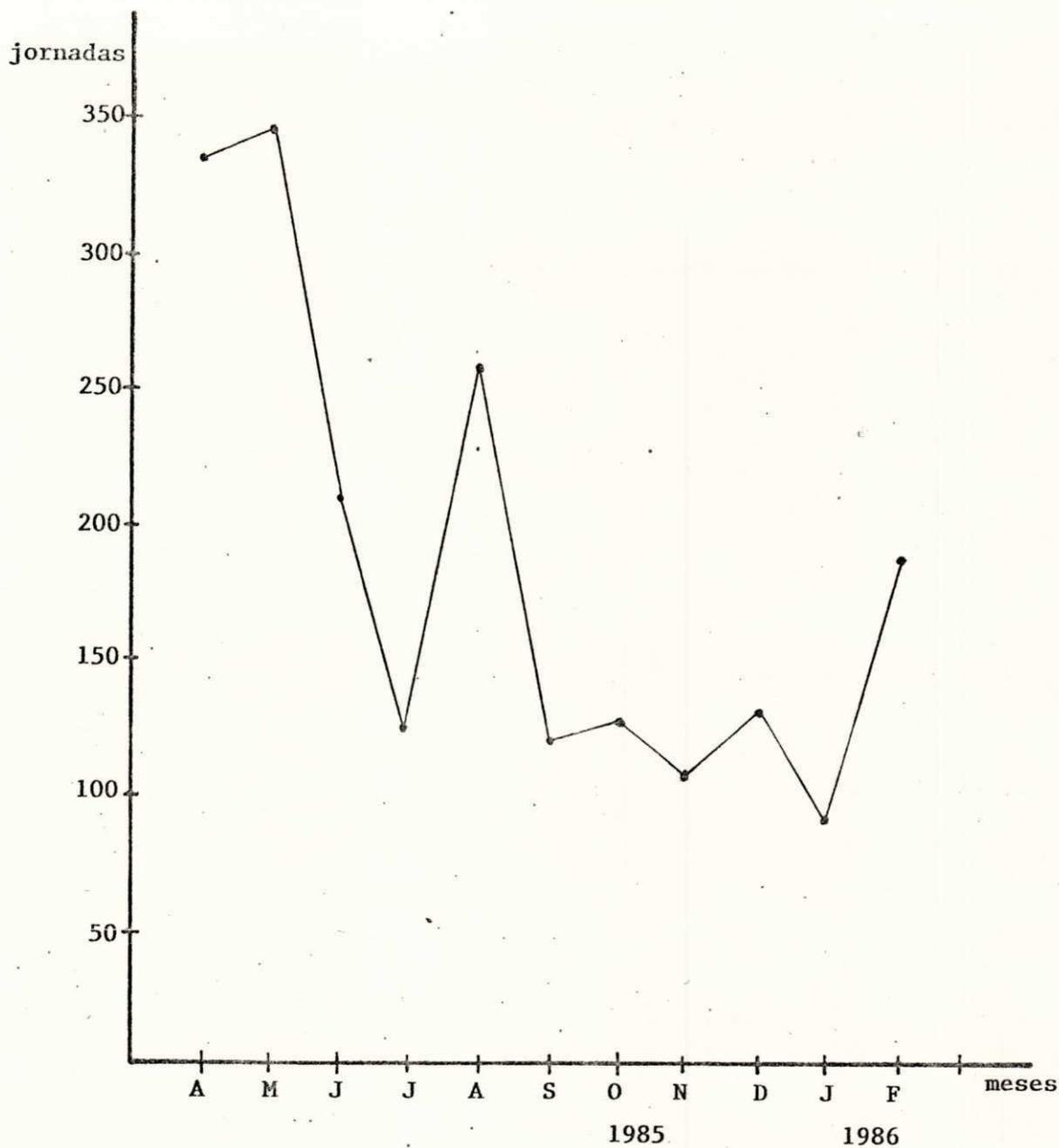
Para começar a dar uma maior concretude às técnicas culturais, apresentaremos, rapidamente, o calendário agrícola, destacando os momentos de maior intensidade de trabalho no roçado. Demonstraremos, também, como este trabalho no roçado se distribui segundo os ciclos produtivos.

(33) Ver Capítulo sobre Roçado e Mercado.

2.3.1 - Os calendários

Apresentamos no gráfico nº 1, que representa o total de jornadas de trabalho realizadas nas quatro UD's no período de abril de 1985 até fevereiro de 1986, uma primeira aproximação do calendário agrícola da região. Abril e maio representam o momento de trabalho mais intenso no roçado: depois de instalado o "inverno", é o momento de plantar o abacaxi. O trabalho se mantém, com altos e baixos, no período de julho a janeiro: são as limpas. Note-se, porém, que ao se confirmar o "verão", o trabalho no roçado se estabiliza nos seus níveis mais baixos (outubro a janeiro). No fim da época seca, começam as tarefas de preparação dos novos roçados: cresce, assim, o trabalho no roçado (fevereiro).

GRÁFICO Nº 1 - Jornadas de Trabalho das 4 U.D., por mês
(de abril '85 até fevereiro '86)



2.3.2 - O trabalho em cada ciclo

A escolha de um tipo de uso da terra implica numa determinada organização do trabalho. A discriminação dos tempos de trabalho por ciclo produtivo é uma maneira de apreender esta questão.

TABELA Nº 11 - TEMPOS DE TRABALHO POR CICLO PRODUTIVO.

(Em números absolutos e percentagem).

Ciclo Produtivo	Ubaldo		Severino		Fernando		Bernardo	
	d/h (34)	%	d/h	%	d/h	%	d/h	%
Ciclo do consórcio do abacaxi	156	89	239	85	665,5	86	447	91
Ciclo do consórcio da mandioca	18,5	11	29	10	-	-	-	-
Ciclo do "sítio"	-	-	13,5	5	11	2	-	-
Ciclo da pecuária bovina	-	-	-	-	87	11	-	-
Outros trabalhos agrícolas (35)	-	-	-	-	7	1	44	9
Total	174,5	100	281,5	100	770,5	100	491	100

(34) Dias/homem, ou seja, jornadas de trabalho.

(35) Inclui os trabalhos que não podem ser atribuídos a um ciclo produtivo específico: cortar lenha, fazer carvão, matar formiga (quando não está especificada a cultura), etc.

É fácil perceber, a partir desta tabela, que o ciclo do abacaxi é prioritário no que diz respeito ao trabalho: quase 88% do total de jornadas de trabalho realizadas nos quatro roçados são dedicadas ao abacaxi (desde 85% para a UD - Severino, até 91% para a UD - Bernardo).

Estes dados relativizam as impressões obtidas ao se estudar o uso da terra: somente no caso da UD - Bernardo é que a percentagem de terra dedicada ao ciclo abacaxi é maior do que a percentagem de mão-de-obra utilizada neste ciclo. Nos outros três casos, a situação é invertida. Destaca-se o caso da UD - Fernando, que, dedicando somente 35% da terra utilizada, investiu 86% das jornadas de trabalho no ciclo do abacaxi. Poderíamos dizer que, apesar de nem sempre ocupar áreas muito importantes, o abacaxi é a cultura prioritária para as quatro UD's estudadas.

QUADRO Nº 01

A PRODUÇÃO DOS ROÇADOS.

	Ciclo do consórcio do abacaxi	Ciclo do consórcio da mandioca	Ciclo do sítio	Ciclo da pecuária
U B A L D O	- Não houve colheita de abacaxi, nem mudas. - 350 kgs de milho alguns kgs de fava	- 1.370 kgs de farinha - "Alguns cozinhados" de feijão verde.		
S E V E R I N O	- 0,8 ha. de abacaxi - Mudanças - Não houve feijão - Algumas espigas de milho (36)	- Macaxeira para a casa - 500 kgs de farinha	- 146 kgs de urucúm - 11 kgs de pimenta-do-reino - Algumas frutas para a casa (laranja, banana, jaca, etc.)	
F E R N A N D O	- 3,9 ha. de abacaxi - Mudanças - Não houve colheita de milho, nem de feijão	- 2.600 kgs de farinha	- Alguns produtos para a casa: macaxeira, mamão, etc.	- 9 animais vivos 1 animal morto (bovinos) - aproximadamente 700 l. de leite
B E R N A R D O (37)	- 2,8 ha. de abacaxi - Mudanças (houve venda de uma parte) - Milho verde (vendido) - 20 kgs de feijão			- 2 animais (bovinos)

(36) Para se ter uma idéia das possibilidades do consorciamento do milho, feijão e fava, com o abacaxi, apresentamos aqui os resultados do roçado de Severino, de 0,8 ha.: 50 kgs de fava, 50 kgs de feijão macassar e 300 kgs de milho (produto colhido em 1984).

(37) As relações de Bernardo com Fernando permitiram ao primeiro "produzir" carvão e urucúm, assim como manter dois animais/bovinos, sem ter, propriamente, um ciclo do sítio nem pecuário.

Concluindo:

Ao observar o quadro anterior, percebe-se com facilidade que o processo produtivo, combinando recursos, instrumentos de trabalho e trabalho, e seguindo técnicas específicas, teve resultados bem diferentes para cada UD. Esta constatação remete às várias diferenças que existiam entre elas.

Em primeiro lugar, havia uma diferença importante na quantidade de terra disponível para o roçado: enquanto Fernando dispunha de 27,6 ha., Ubaldo teve acesso a, apenas, 1,6 ha.

Mas a comparação do uso feito da terra por Severino e Bernardo, que tiveram acesso a quantidades não muito diferentes, nos chama a atenção para a importância do tipo de uso que se faz da terra: enquanto que Bernardo dedicou 100% da sua superfície ao consórcio do abacaxi, Severino dedicou, apenas, 48%. Esta diferença no uso aparece, também, no produto, que, por sua vez, terá importância na renda da UD.

Vimos também que não se deveria observar, somente, a importância relativa da superfície dedicada a tal ou qual ciclo, para identificar as prioridades de cada UD. Desta maneira, pudemos observar, por exemplo, através do estudo do trabalho dedicado a cada ciclo, que Fernando dedica, apenas, 35% da sua terra ao consórcio do abacaxi, mas investe 86% da mão-de-obra nesta cultura. A partir destas observações, chegamos à conclusão de que o consórcio do abacaxi era prioritário nas quatro UD's.

O estudo dos itinerários técnicos também revela dados interessantes. Em primeiro lugar, há diferenças importantes na maneira como os agricultores pesquisados conduziram os diferentes ciclos. A principal delas diz respeito à reconstituição da fertilidade dos solos: no ciclo do abacaxi, ela era confiada à adubação química, enquanto nos outros ciclos era confiada aos processos biológicos naturais.

Também constatamos pequenas diferenças na maneira de conduzir o próprio ciclo do consórcio do abacaxi: duas UDs, utilizaram em pequena escala, o trator e os herbicidas. Outras duas não utilizaram estes instrumentos. O uso de trator e herbicidas é mais um passo no sentido da "industrialização" da reprodução do roçado.

O itinerário técnico utilizado no consórcio do abacaxi, pelas características acima apontadas, marca uma ruptura com os itinerários técnicos mais "tradicionais", ainda presentes nas UDs estudadas - no ciclo do consórcio da mandioca, por exemplo. Por outro lado, a intensidade do uso do solo na região, que faz com que seja difícil deixar terra em pousio por um tempo significativo, faz com que se torne necessário encontrar alternativas ao sistema de roça "tradicional".

As observações feitas no que diz respeito à maneira de cultivar as parcelas do consórcio do abacaxi, confirmam a impressão inicial de que, neste caso, a gestão da parcela atribuí, claramente, um papel prioritário ao abacaxi, deixando para o milho e o feijão (que são as outras culturas do consórcio) um papel secundário. Vamos citar três exemplos. O primeiro é quando o "dono" do roçado não é "dono"

do milho e do feijão. Neste caso, o agricultor troca a possibilidade de colher milho e feijão por duas ou três limpas no abacaxi. O segundo diz respeito ao controle de pragas e doenças. Pudemos observar, na nossa pesquisa, ataques importantes nas culturas de milho e feijão no consórcio. Mas isto não pareceu preocupar os agricultores, nem mereceu nenhum esforço no sentido de combater os ataques. O terceiro exemplo é o caso de Bernardo, que, ao passar herbicida na sua parcela, sacrificou o milho para dar melhores condições de desenvolvimento ao abacaxi.

Finalmente, queríamos lembrar que algumas informações técnicas apontadas neste Capítulo, têm a sua importância sócio-econômica. Isto reforça a idéia de que ambas abordagens da produção estão intimamente ligadas. Estes dados técnicos são importantes para poder desenvolver outros pontos deste trabalho. Como exemplo, citamos o caso do adensamento do abacaxi, que será discutido no Capítulo sobre comercialização. As diferenças nos itinerários técnicos, particularmente o uso de trator e herbicidas, nos informam sobre o processo que denominamos a "monetarização do roçado". A questão dos fertilizantes diz respeito às determinações exteriores ou, melhor, à subordinação dos pequenos agricultores ao capital. A indução floral é uma técnica indispensável, dado o sistema de comercialização, e também facilita a gestão da parcela. Isto só para citar alguns exemplos de como estão intimamente ligadas as questões técnicas e as sócio-econômicas.

Estudar a produção, assim como estudar as diferenças que aparecem entre as quatro UD's no processo produtivo, pa-

rece-nos da maior importância: disto deriva, entre outras coisas, o consumo da casa e o nível de vida da família (apesar da limitação dos nossos dados) e, eventualmente a possibilidade de uma reprodução ampliada ou, quem sabe, de uma acumulação.

CAPÍTULO - 3

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO ROÇADO

Segundo MARX, do ponto de vista do resultado do processo produtivo, "meio e objeto de trabalho se apresentam como meios de produção, e o trabalho como trabalho produtivo" (MARX, 1977, Livre I, p. 138). Assim, analisaremos neste Capítulo o acesso das quatro UDs aos meios de produção e ao trabalho. Veremos que existe, no caso estudado, uma relação entre este acesso e a apropriação do produto do processo produtivo.

3.1 - O ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO

No trabalho sobre os colonos produtores de algodão da província de Santa Fé (Argentina), ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 32 - 50 e 66 - 70) destacam como primordiais o acesso à terra e às máquinas agrícolas. É curioso constatar neste trabalho a total ausência de referências a qualquer insumo (sementes, inseticidas, etc). Pensamos que uma razão possível para esta ausência seja uma menor importância relativa,

diante dos dois meios de produção antes mencionados.

No noso caso, as máquinas agrícolas têm, relativamente, pouca importância. Vimos, durante a análise dos ciclos produtivos, que o trator intervém, apenas, num momento do ciclo (o preparo da terra) e isto de forma marginal, se considerarmos as superfícies trabalhadas. Consideraremos, portanto, como pertinente, o acesso a dois meios de produção: a terra e os insumos e instrumentos de trabalho.

3.1.1 - A terra

Existem, na região estudada, várias maneiras de ter acesso à terra. É frequente um agricultor combinar no seu roçado mais de um mecanismo de obter este acesso.

TABELA Nº 12 - FORMAS DE ACESSO À TERRA PARA AS QUATRO UDs ESTUDADAS, NO ANO AGRÍCOLA DE 1985. (Em ha.)

	Superfície total utilizada em 1985	Terra própria	Terra arrendada	Terra obtida em parceria	Terra cedida
Ubaldo	1,60	-	1,35	0,25	-
Severino	4,15	4,15	-	-	-
Fernando	27,60	25,7	1,9	-	-
Bernardo	6,70	-	-	5,7	1,0

Podemos constatar, nesta tabela, que em duas UDs não se possui terra própria (Ubaldo e Bernardo). Eles se vêm obrigados a procurar o acesso à terra de terceiros. Existem, em princípio, três maneiras de obter este acesso:

- o arrendamento, onde se obtém o direito de usar a terra por meio dum pagamento monetário;
- a parceria, onde este direito se obtém contra a cessão dum parte do resultado, em produto;
- a cessão, onde o uso da terra não implica nem em pagamento monetário, nem em cessão dum parte do produto.

Se compararmos a Tabela nº 06, do uso da terra, com esta de acesso à terra, poderemos constatar que Ubaldo e Bernardo são as UDs que, proporcionalmente, dedicam mais terra ao ciclo do abacaxi (56% e 100% da terra utilizada). Voltaremos a discutir este assunto mais adiante.

3.1.1.1 - Propriedade

Temos poucos dados sobre a relação de propriedade. Podemos, porém, afirmar que existe um mercado de terras. Sabemos, também, que isto não é uma situação recente. Temos então que a terra pode "ser considerada mercadoria, sujeita a operações de compra e venda" (ARCHETTI & STÖLEN, 1975, p.

42). Não possuímos, porém, maiores informações sobre este mercado de terras. Sabemos, apenas, que os agricultores estudados consideram o mercado bastante rígido:

"É difícil aparecer uma terra para vender por aqui.
E quando aparece é muito cara." (Fernando)

Mas esta rigidez não impediu Fernando de adquirir, em 1984, duas parcelas, que representavam em torno de 6,5 ha. Sabemos, ainda, que este mesmo agricultor, cujo avô era proprietário, começou quase do nada ("apenas um chão de casa").

Uma das parcelas compradas em 1984 pertencia a Bernardo. Segundo Fernando, o Bernardo teve que vender porque estava necessitado. Já na versão deste último, ele vendeu esse pedaço de terra porque não tinha escritura. Este detalhe era muito importante para ele, já que o documento facilita a relação com o banco. Sempre segundo Bernardo, este problema não se colocava para Fernando, proprietário das parcelas vizinhas. Como a escritura destas é pouco precisa, ela "cobre" também esta parcela. É bem possível que as duas versões sejam verdadeiras. É bom reter que, na região, é necessário o "documento" da terra, já que a propriedade "comprovada" é uma das chaves que abre caminho ao crédito.

A impressão que fica é de um mercado não tão rígido, mas também não "livre". As relações pessoais aparecem frequentemente, nas operações de compra e venda.

Já no caso de Severino, as 4,15 ha. que ele trabalha são do pai. Ele assumiu a gestão desta terra em 1984 (1).

Temos assim que herança e mercado são mecanismos que permitem o acesso à terra. Porém os nossos dados não permitem reconstruir, detalhadamente, o acesso à propriedade, nos casos estudados.

3.1.1.2 - Arrendamento

Para o estudo do arrendamento, gostaríamos de comentar o caso de Ubaldo. Nós partimos do conceito explicitado nas páginas anteriores, em que bastaria garantir o pagamento, em dinheiro, para garantir o acesso à terra, num mercado relativamente "livre" e dinâmico. A realidade mostrou que esta relação entre proprietário (denominado frequentemente de "patrão" pelos agricultores) e arrendatário é bem mais complexa.

O terreno onde Ubaldo plantou abacaxi em 1985 (0,9 ha) fazia parte de uma área bem maior, todo cultivado em abacaxi por vários arrendatários. O proprietário, C.D., era um dos grandes fazendeiros da região. Mas a relação entre Ubal-

(1) O pai de Severino não é originário de Araçagi, e sim do Brejo. Parece ser que o caso dele não seria um caso isolado. PEBAYLE & GRABOIS (1983), falam dum povoamento recente da região do Baixo Agreste por parte de pessoas vindas da região relativamente sobrepovoadas do Brejo vizinho.

do e C.D. não é simples e direta. Existia um agricultor, arrendatário neste mesmo terreno, que "arranjou" os outros arrendatários (entre eles, Ubaldo). Este agricultor é considerado como "responsável" (perante o proprietário) do arrendamento destes outros rendeiros (que totalizam no caso uns dez). Parece que ambas partes (fazendeiro e rendeiros) compartilham esta visão. Este agricultor é o canal de comunicação entre proprietário e agricultores sem terra.

A fixação do "foro" (2) também é um processo bastante complexo. No momento de efetuar o arrendamento (novembro-dezembro de 1984) se falava em 60 ou 80.000 Cr\$/ha. Para atrair os arrendatários, C.D. "mandou plantar" sem acertar o "foro". Isto porque tinha um fazendeiro vizinho oferecendo terra de melhor qualidade por Cr\$ 60.000 /ha., mas com pagamento adiantado (no momento do "acerto").

Assim, Ubaldo plantou o seu roçado em fevereiro de 1985, sem pagar a renda, e sem saber quanto ele ia pagar.

De repente, no mês de setembro de 1985, começou a circular o boato de que o "foro" seria de Cr\$ 300.000 /ha., e que seria necessário pagar imediatamente. Os arrendatários, sobretudo os menores (entre os quais se encontrava Ubaldo), entraram em pânico. O que causava mais insegurança era o fato de saberem que alguns arrendatários "tinham condições" de pagar. Isto colocava os mais pobres numa posição

(2) Os agricultores quase sempre se referem à renda monetária paga pelo direito de uso duma terra, como o "foro".

muito delicada.

Os arrendatários se articularam (3) e levaram uma contra-proposta ao C.D.: como lhes era impossível pagar, naquela altura, os Cr\$ 300.000 pedidos, propuseram pagar até Cr\$ 150.000 imediatamente, ou Cr\$ 300.000 na safra do abacaxi. Esta proposta foi feita pelo rendeiro "responsável" e endossada pelos outros. Até o fim da nossa coleta de dados (janeiro de 1986), o Ubaldo não tinha pago o "foro": este ficou de ser pago na safra. Porém nada garante que o valor seja os Cr\$ 300.000 antes mencionados. A forma de relação faz com que a negociação esteja permanentemente aberta. É bem possível que, no momento da safra, e jogando com a possibilidade de novos arrendamentos, o C.D. decida subir o valor do "foro".

Este fato aponta para a necessidade de outras pesquisas. Aparentemente, não são os pequenos agricultores que, apegados às relações "comunitárias", recusam ou dificultam a institucionalização de relações tipicamente mercantis. Pareceria que quem tem maior interesse em não ter um mercado "livre" de terra para arrendamento é o fazendeiro, que alguns teimam em confundir com a categoria de "empresário rural".

Para a parcela plantada com mandioca em 1984, o arranjo foi diferente, apesar de Ubaldo se referir a re-

(3) Nesta articulação, houve participação de outros agricultores, representando, timidamente, o Sindicato.

lação com o proprietário como "pagamento de foro".

A parcela foi obtida com outro proprietário, C.G., e "arrendada" para plantar mandioca. O "arrendatário" fica obrigado a fazer a farinha na casa-de-farinha da fazenda, deixando 30% da farinha com o fazendeiro. Nós achamos que esta relação é mais próxima duma parceria (e assim a consideramos na Tabela nº 12), já que o agricultor paga pelo uso da terra e das instalações da casa-de-farinha com uma parte do produto. Porém Ubaldo considera que ele está "pagando foro ao proprietário", e não faz distinção alguma com o caso anterior.

Já o Fernando obteve 1,3 ha. para o abacaxi, com outro fazendeiro da região, P.L. . Neste caso o "foro" é fixado com antecedência, devendo ser pago no momento da safra. Segundo Fernando, P.L. lhe oferece toda sorte de facilidades, sendo a principal esta de pagar o "foro" na safra. Porém, é importante mencionar que P.L. é comprador de abacaxi e que Fernando vende todo o seu abacaxi para ele. À diferença do primeiro caso de arrendamento, citado, neste caso existe uma relação direta entre proprietário e agricultor-rendeiro. E diremos ainda que é uma relação antiga, de "confiança" (4).

Vale registrar aqui um fato curioso, que sugere uma hierarquia entre as diversas formas de acesso à terra. No

(4) Isto fica claro no discurso de Fernando, que sempre destacou o quanto P.L. o "ajudou". Esta visão de P.L. como "homem bom" é fortemente relativizada por outros agricultores.

ato de arrendar esta última parcela, P.L. falou que gostaria de cultivar uma parcela "de meia" com Fernando. Apesar de P.L. pedir que o Fernando o "ajudasse", ele se recusou a ser meeiro. Ele se ofereceu para apresentar ao P.L. outro meeiro, "compadre" dele. Fernando afirmou que estava disposto a pagar "foro", mas não ficava de meeiro porque "pagar a meia é muito pesado". Ficamos com a nítida impressão de que a recusa de Fernando está relacionada com o "status" de meeiro.

Finalmente, em 1984, Fernando obteve uma parcela de 0,6 ha. em arrendamento, para plantar mandioca. O proprietário, um pequeno produtor, recebeu o valor do arrendamento naquele ano.

À luz dos fatos acima referidos, nos pareceu ser diferentes, quanto ao arrendamento, as relações estabelecidas entre pequenos agricultores e as que se estabelecem entre estes e os fazendeiros. No primeiro caso, a relação aparece como mais "fechada": o preço é combinado no ato do arrendamento, e pago no mesmo momento ou pouco depois. Frequentemente, quem arrenda está "precisando" do dinheiro. Já a relação pequeno agricultor/fazendeiro é mais "aberta", o que significa que a negociação é permanente. Também entram nesta relação outros fatores, como a possibilidade do fazendeiro comprar a safra, o poder sempre presente do fazendeiro de não renovar o arrendamento, etc.

De qualquer forma, merece ser destacada, aqui, a importância das relações pessoais, os "contatos", nesta transação de arrendamento.

3.1.1.3 - Parceria

Uma outra maneira de obter o acesso à terra é através da parceria. Para estudá-la, vamos nos apoiar no caso de Bernardo, que obteve em 1985 mais de 80% da terra utilizada através deste mecanismo. Na região, a relação de parceria mais frequente é a "meia".

Quem obtém terra através da parceria "recebe a meia". Este parceiro se relaciona com quem "dá a meia". Veremos, em seguida, que quem "dá a meia" não se confunde, necessariamente, com a figura do proprietário da terra.

Existe uma definição bastante explícita do que significa "dar a meia". A nossa pesquisa verificou que esta definição é aceita de forma generalizada.

Quem "dá a meia" deve "arranjar a terra" e entregá-la ao meeiro pronta para ser plantada. A operação do preparo do solo (5) corre por conta de quem "dá a meia". É importante ressaltar que o uso da expressão "arranjar a terra" não tem nada de casual. Quem "dá a meia" pode ceder terra própria, assim como pode obter terra com outro proprietário por meio do arrendamento, ou mesmo da cessão. Isto, para o meeiro, é indiferente, pois o que importa é receber a terra pronta para plantar.

É responsabilidade de quem "dá a meia" fornecer as

(5) Ver parágrafo correspondente, no Capítulo - 1 deste trabalho.

mudas prontas para plantar. O custo da colheita de mudas, o seu transporte para o roçado, o fertilizante e o indutor floral (o "carbureto"), também correm por conta do "doador".

O meeiro, ao assumir o roçado, deve plantá-lo e cuidar dele até a venda, na véspera da colheita.

Há também uma regra tácita da "meação" na região, estipulando que quem "dá a meia" vende o abacaxi, depois de "combinar" com o meeiro.

Pode parecer que o meeiro esteja fazendo um grande negócio. Porém devemos lembrar que o abacaxi é uma cultura de ciclo longo, que leva, em média, treze limpas.

Vejamos agora como é que esta definição se aplicou na realidade por nós estudada.

Bernardo "recebeu a meia" de Fernando em duas parcelas. Na primeira, plantada em 1984 e colhida em 1985, Fernando "arranjou" a terra com o fazendeiro P.L.. Segundo Bernardo, ele não pagou nada. Embora esta informação nos pareça pouco provável (e não a confirmamos com Fernando e P.L.), achamos que ela retrata bem uma idéia que para Bernardo é clara: Fernando "arranjou" a terra através das relações específicas que mantém com P.L.. Está implícita nisto a idéia de que seria muito difícil para ele, Bernardo, "arranjar" terra com P.L.

Já para a segunda parcela, plantada em 1985, Fernando obteve a terra por arrendamento. Em meados de 1984 (na época de São João), o proprietário, já não fazendeiro, mas agricultor, viu-se numa "necessidade". Fernando adiantou, então, o valor do "foro". Neste caso, foi a disponibilidade

financeira de Fernando na hora certa que permitiu "arranjar" a terra (6).

Vimos anteriormente que quem "dá a meia" tem uma série de responsabilidades, antes de entregar o roçado. Na realidade, constatamos que os arranjos são variados. Para começar, o meeiro tira crédito do banco para os roçados de "meia", como se fossem dele. Neste crédito vêm embutidos os insumos necessários. Sabemos que quem "dá a meia" fica de reembolsar ao meeiro, na hora do acerto de contas com o banco, o montante do custo dos insumos mais os juros correspondentes. Constatamos que, mesmo quando o meeiro tira crédito, o papel de quem "dá a meia" é mantido. A diferença, neste caso, é que ele não precisa adiantar o dinheiro para fornecer os insumos. Ele pagará, somente, perto da safra, provavelmente com o produto da venda da sua "meia".

Já a questão da preparação da terra parece menos clara. Constatamos que Bernardo preparou a terra na parcela que "recebeu de meia" de Fernando, em 1985. Não sabemos se Fernando reembolsou este custo. Bernardo nunca se referiu a este fato como problema.

Isto pode significar duas coisas: ou este reembolso se faz, sempre sem problemas, ou é uma concessão do meeiro,

(6) No momento da nossa pesquisa, Fernando tinha "dado a meia" em mais três roçados. Nenhum destes foi instalado em terra de propriedade dele.

que considera que não vale a pena por em risco a relação por este tipo de contencioso.

Bernardo cultivou mais duas parcelas em 1985. Uma delas foi cedida por Fernando. Acontece que esta parcela fazia parte dum pedaço de terra um pouco maior, vendido por Bernardo a Fernando em 1984 (7).

A outra parcela também foi obtida em parceria. Porém o acordo entre Bernardo e J.B.B. (pequeno proprietário) (8) foi muito diferente da relação de "meação" acima descrita.

Neste caso, a terra (aproximadamente 1 ha.) pertence a J.B.B.. Bernardo preparou o terreno, colocou as mudas no roçado e o plantou no mês de maio. Ele "entregou" o roçado para J.B.B. tratar, no mês de setembro. Este último teve que cuidar de dez ou onze limpas, das adubações e da indução floral (a "queima"). A compra dos insumos ficou por conta de Bernardo. O acerto foi de que dois terços do produto final seriam dele, enquanto que J.B.B. ficaria com um terço. Bernardo falou que tinha "dado a terça", tendo "arranjado" a terra com quem "recebeu a terça".

É interessante comparar este caso com a "meia" descrita anteriormente. Tudo acontece como se Bernardo "desse a meia", sendo que ao plantar e cuidar das primeiras limpas, é justo que ele receba mais do que estabelece a "mea-

(7) Esta operação de compra-venda foi comentada anteriormente, neste mesmo Capítulo.

(8) J.B.B. era proprietário de umas 8 ha.

ção": fica então com dois terços do produto. Porém, não devemos esquecer que J.B.B. é dono da parcela. Na relação estabelecida, este fato parece ter sido "esquecido": J.B.B. abdicou da renda em troca da "terça".

Não tendo entrevistado J.B.B., não conhecemos as razões que o levaram a fazer um "acerto" deste tipo. Sabemos que ele não cultivava abacaxi, anteriormente. Podemos emitir a hipótese de que foi a maneira que ele encontrou de começar a cultivar abacaxi, sendo que só dispunha de um pedaço de terra e o seu trabalho. A "terça" lhe permitiu o acesso a mudas, insumos, talvez algum dinheiro para as limpas e uma espécie de acompanhamento técnico, já que Bernardo, reconhecidamente, "sabe de abacaxi".

Mencionemos, enfim, que para o ano agrícola de 1986, Bernardo obteve duas parcelas arrendadas, para as quais pagou adiantado. Nos pareceu que Bernardo tinha pressa para deixar de ser, quase que exclusivamente, meeiro. Ele compartilha a visão de que "pagar a meia é pesado". Isto reforça a nossa impressão de hierarquização entre as diferentes formas de acesso à terra. Inclusive, poder-se-ia emitir a hipótese de que parceria e arrendamento seriam como degraus sucessivos para atingir a propriedade.

A nossa pesquisa reforça a impressão de que o "mercado" do acesso à terra é bastante especial. Em particular, as relações de arrendamento e parceria pouco se parecem com relações "livres" entre compradores e vendedores. Na nossa amostra diminuta, surgem vários casos de relações pessoais

privilegiadas que parecem ser necessárias para garantir o acesso à terra: basta mencionar o agricultor "responsável" pelos arrendatários, as relações entre Fernando e o fazendeiro P.L., ou mesmo entre Fernando e Bernardo, duas UDs por nós estudadas.

Isto, porém, não impede, integralmente, a ação das leis do mercado: sem dúvida, o sucesso que o abacaxi estava tendo, puxava o valor do arrendamento dum ha.

Restam-nos muitas dúvidas sobre a questão do mercado de terra na região. A pesquisa "Perfil do Associado do STR de Araçagi" destaca a importância da relação de arrendamento no município. Mas os mesmos dados tornam muito difícil ligar este fato com a produção de abacaxi. Ao contrário, eles mostram que na terra arrendada se planta, sobretudo, outras culturas, com o consórcio da mandioca aparecendo em primeiro lugar, seguido do algodão, do inhame e do abacaxi.

De qualquer forma, a importância desta relação de arrendamento poderia sugerir a hipótese de uma certa "abertura" do estoque de terra em mãos dos fazendeiros, para uma determinada camada de pequenos agricultores. De fato, em Araçagi, apesar de existir o problema do avanço das "terras de gado", ele não parece tão grave, em comparação com outras áreas da região, e não é colocado com frequência no discurso do agricultor. (9)

(9) Para uma discussão da disputa entre "terra de trabalho" e "terra de gado" no município de Bonito (PE), ver GARCIA Jr.(1983, a), sobretudo o capítulo 5. Beatriz HEREDIA (1979) analisa o processo de "fechamento" das fazendas na Mata Norte de Pernambuco (sobretudo o capítulo VI).

3.1.2 - Os insumos e os instrumentos de trabalho

Existem, para as UDs, duas maneiras de obter os insumos necessários para renovar, a cada ano agrícola, os ciclos de produção.

A primeira é a produção destes insumos através dum "valorização mais intensiva dos recursos internos da unidade de produção, sob a forma dum 'auto-consumo intermediário'" (TEPICHT, 1973, p. 28).

A outra maneira de obter os insumos é através do mercado (10).

Nos casos estudados, existe uma forte interação com o mercado, para a obtenção dos insumos e instrumentos de trabalho, pelo menos no que diz respeito ao ciclo do abacaxi. Esta interação é muito menor nos outros ciclos produtivos.

Para os ciclos do consórcio da mandioca e do sítio, observamos uma situação muito parecida àquela descrita por Afrânio GARCIA:

"Pode-se observar que a regra fundamental é a utilização intensiva dos meios materiais já

(10) Gostaríamos de comentar aqui que, mesmo existindo uma certa correlação entre obtenção dos insumos no mercado e insumos de origem industrial, estas duas idéias não se confundem: em muitas localidades dos Agrestes nordestinos, os pequenos produtores procuram o esterco necessário para renovar a fertilidade dos seus roçados, comprando-o das fazendas do Sertão.

disponíveis, limitando-se as despesas em dinheiro. Há contudo, despesas forçosas em dinheiro, como as partes metálicas das ferramentas." (GARCIA, Jr., 1983 a, p. 118).

Já vimos, anteriormente, que as condições de reprodução destes ciclos encontram-se no próprio roçado (exceção feitas das partes metálicas dos instrumentos: enxada, foice, machado, etc.). Sementes, "maniva", a não ser em ocasiões muito particulares, são produtos do roçado. A reprodução da fertilidade corre por conta dos processos naturais de reciclagem de nutrientes.

Já o caso do abacaxi, é diferente. Nas quatro UDs estudadas, as mudas foram produto do próprio roçado, pelo menos no ano agrícola de 1985. Porém, no ano de 1984, Ubaldo não pôde plantar abacaxi, ao não conseguir mudas. É possível obter mudas por meio da compra (Bernardo vendeu mudas em 1985), mas este item ainda é objeto de doações entre "compadres", parentes, ou mesmo relações privilegiadas. Como exemplo, podemos citar o caso de Severino que para plantar o seu primeiro roçado de abacaxi, em 1984, recebeu mudas de um fazendeiro para quem ele trabalhava naquela época.

Mas, para obter um bom rendimento no abacaxi, o fertilizante industrial parece ser indispensável. Mesmo que não se utilizem as doses recomendadas, os quatro agricultores pesquisados aplicam o fertilizante. E este insumo precisa ser comprado. Ressaltamos que não existem outras práticas específicas para aumentar a fertilidade do roçado. Em particular, não se usa "estrupe" no roçado, apesar do fato

de uma das UDs (Fernando) ter um rebanho relativamente importante. Ao contrário dos agricultores do Agreste de Bonito (PE), neste caso parece que não existe a "tendência de fazer o maior uso possível do trabalho familiar na obtenção dos instrumentos e meios de trabalho". (GARCIA Jr., 1983 a, p. 120).

Outro insumo utilizado, o herbicida, também é comprado. O seu uso, porém, não é tão generalizado. Da mesma forma, o uso do trator se faz por meio do aluguel (11). As enxadas, foices, etc., são também produto do mercado. Vale mencionar que a UD é responsável, somente, pelos instrumentos da mão-de-obra familiar; o diarista deve possuir os seus instrumentos de trabalho.

Verificamos que a "intensidade [de contato] externa I", definida por TEPICHT (1973, p. 28) como a compra de meios de produção, é bastante desenvolvida no ciclo do abacaxi, comparando-se com os outros ciclos produtivos.

Porém, se compararmos esta "intensidade externa I" com aquela das grandes fazendas produtoras do abacaxi da variedade "Smooth Cayenne", veremos que ela é bastante menor.

O "sistema de produção" para a implantação e a manu-

(11) Cabe mencionar que o mercado de aluguel de trator não pode ser considerado um mercado "perfeito": embora seja necessário pagar a hora, para obter este serviço, é preciso também ter os "contatos" necessários.

tenção desta variedade, além do "carbureto", o fertilizante (em dosagem duas vezes maior), e o herbicida, previa inseticida de solo, inseticida para planta e para fruto. O valor total dos insumos, por ha. e a preços de 1978, era duas vezes maior neste último sistema. (12)

Já o ciclo pecuário, pela função específica de complemento do ciclo do abacaxi que parece ter na única UD que possuía este ciclo (13), está bastante ligado ao mercado. Isto porque consideramos a compra de animais durante o ano como uma "compra de insumos", e não como investimento. Fora este gasto, o ciclo pecuário "compra" arame e estacas para as cercas. Em anos muito secos, pode precisar adquirir alimentação complementar, mas isto tem caráter emergencial, e não regular.

Para nós, não basta dizer que uma parte significativa dos meios de trabalho (insumos) são obtidos, necessariamente, no mercado. Ou, em outras palavras, que a "intensidade externa I" do ciclo do abacaxi é, relativamente, bastante importante. Para ter acesso aos insumos fazem-se necessários recursos monetários. Cabe então discutir como nas UDs estudadas se procuram os meios de ter acesso aos insumos.

Constatamos que o crédito bancário é importante neste ponto. As quatro UDs estudadas trabalharam com

(12) Os dados sobre o "sistema de produção" para a variedade Smooth Cayenne, assim como os preços dos insumos de 1978, foram extraídos de BRITO (1980).

(13) Discutiremos esta função do ciclo pecuário no Capítulo 6 .

crédito de custeio (14). Mas deve ser dito que este crédito já traz "embutido" (15) uma quantidade fixa (e, segundo os agricultores, exagerada) de fertilizante por ha. Porém, como veremos no parágrafo sobre a mão-de-obra, como o crédito permite contratar diaristas, a imposição de uma quantia de fertilizante é vista como um "preço" a pagar. Não é rara a prática de vender o fertilizante excedente, apesar da proibição pelo banco. Já a compra do "carbureto" e do herbicida é feita pelo agricultor, na medida das suas necessidades. Também para esta compra é necessário ter dinheiro disponível. E, frequentemente, é o crédito que o fornece.

A outra possibilidade para a UD conseguir os recursos necessários é contar com recursos próprios. Vamos ilustrar esta possibilidade por meio de dois exemplos:

- Em 1984, Severino conseguiu plantar 0,8 ha. de abacaxi, sem recorrer ao crédito. Utilizou terra própria, obteve as mudas de presente (caso comentado anteriormente) e obteve 350 kgs de fertilizante (lembrar que, segundo a do-

(14) Nome pelo qual se conhece o crédito para as despesas necessárias à implantação e condução de uma cultura. Em princípio ele é outorgado, em várias parcelas, durante o ciclo da cultura, e deve ser reembolsado no momento da colheita.

(15) Expressão utilizada para descrever o fato de que o dinheiro do fertilizante não passa pelo agricultor: o banco paga ao vendedor de fertilizante, que entrega a mercadoria para o agricultor. Isto garante que as 1,1 ton./ha. de fertilizantes sejam "vendidas", evitando assim que os agricultores comprem somente as quantidades de que realmente precisam.

sagem "oficial", ele deveria ter aplicado 880 kgs nas 0,8 ha.) de duas maneiras: comprou três sacos (150 kgs) e tomou emprestados os outros quatro (200 kgs). Este "empréstimo" foi devolvido a partir dos vinte e dois sacos recebidos através do crédito feito em 1985.

- No caso de Fernando, a obtenção dos recursos monetários veio de duas fontes: o crédito e a venda de animais.

Mas, sem dúvida, o crédito é fundamental para o acesso aos insumos. Tendo constatado isto, cabe indagar sobre quem tem e como se tem acesso ao crédito.

A propriedade da terra, devidamente comprovada com escritura, é fundamental. Se o roçado for plantado em terra de terceiros, o banco exige escritura e uma carta do proprietário, confirmando que cede a terra.

Quem não é proprietário precisa de um avalista "de posses". Às vezes se exige avalista para o proprietário de pouca terra (como foi o caso com Severino para obter o crédito de 1985).

Deduzimos que o acesso ao crédito está determinado pela propriedade e/ou as relações. Sabemos, por exemplo, que foi Fernando quem apresentou Bernardo ao gerente do banco. Também existem práticas que "facilitam" a relação do agricultor com o banco. Por exemplo, o fato de depositar dinheiro numa conta a juros é uma maneira que os agricultores encontraram para "lubrificar" esta relação. Foi o que

Ubaldo fez em 1984, com uma parte do dinheiro duma venda de abacaxi. Também Severino agiu assim, no final de 1985, para garantir o seu crédito para 1986.

3.2 - O TRABALHO COMO RELAÇÃO SOCIAL: O ACESSO AO TRABALHO PRODUTIVO

O objetivo deste ítem é estudar o problema do acesso das UDs ao trabalho produtivo que, combinado aos meios de produção, viabiliza a produção.

O trabalho de campo mostrou-nos várias maneiras em que as UDs estudadas obtinham a mão-de-obra necessária às suas atividades.

Num primeiro momento pudemos distinguir:

- a) mão-de-obra familiar (16)
- b) mão-de-obra não familiar.

(16) Mantemos o uso do termo "mão-de-obra familiar" para não complicar inutilmente o texto. De fato, concordamos com ARCHETTI & STOLEN (1975, p. 50 a 57) quando afirmam que, nos casos concretos, o conceito de "grupo doméstico" é mais apropriado do que o de família. Assim, deveríamos falar de "mão-de-obra do grupo doméstico", em vez de "mão-de-obra familiar".

Por sua vez, consideramos útil fazer uma diferença no seio desta última categoria. Temos assim que esta se divide em:

- b1) - mão-de-obra externa à Unidade Doméstica, não remunerada
- b2) - mão-de-obra assalariada.

Cabe um pequeno esclarecimento sobre a forma concreta desta "mão-de-obra externa à UD, não remunerada". Ela assume várias formas reais: consideramos como fazendo parte desta categoria, o trabalho de vizinhos e/ou parentes, que trabalharam no roçado sem receber uma remuneração monetária. Frequentemente, esta forma de trabalho implica numa reciprocidade, indo um membro da UD beneficiada para trabalhar no roçado do "compadre" ou do vizinho.

Também pertence a esta categoria o arranjo bastante "sui generis" encontrado em duas UDs pesquisadas (Fernando e Bernardo). Nestas, os agricultores permitiram a alguns trabalhadores semear, entre as fileiras do abacaxi recém plantado, milho e feijão. O produto destas lavouras é considerado "dos trabalhadores". Em contrapartida, os trabalhadores se comprometem a "cuidar do roçado", cuidando ao mesmo tempo do milho e feijão e do abacaxi. Podemos considerar então que os donos destes roçados obtiveram duas limpas do abacaxi sem investir mão-de-obra familiar e sem pagar nenhum salário. Infelizmente, a nossa pesquisa somente

registrou a existência desta prática. Não temos dados quantitativos.

No nosso caso, quais foram as formas que as UD's estudadas utilizaram para ter acesso à mão-de-obra?

TABELA Nº 13 - TIPOS DE MÃO-DE-OBRA UTILIZADOS NAS QUATRO UD's, EM DIAS/HOMEM (17) (Dados de 9 meses)

Tipo de mão-de-obra	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo	TOTAL
Trabalho familiar	143	139,5	404	121,5	808
Trabalho externo não remunerado	-	9	4	15	28
Trabalho assalariado	26,5	129	347	357,5	860
TOTAL	169,5	277,5	755	494	1.696

E, o que talvez seja mais importante, qual foi a importância relativa de cada um destes tipos de mão-de-obra para cada UD?

(17) Ou jornadas de trabalho.

TABELA Nº 14 - IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS TIPOS DE MÃO-DE-OBRA, POR UD. EM PERCENTAGEM.
(Dados de 9 meses)

Tipo de mão-de-obra	Ubaldo ⁽¹⁸⁾	Severino	Fernando	Bernardo
Trabalho familiar	84	50	53	25
Trabalho externo não remunerado	-	3	1	3
Trabalho assalariado	16	47	46	72
TOTAL	100	100	100	100

Como já vimos anteriormente, a maior parte da mão-de-obra é utilizada, pelas quatro UDs, no ciclo do abacaxi. (As proporções variam de 85% a 91%. Cf. Tabela nº 11, pág. 98). Nestas circunstâncias, poder-se-ia dizer que a discussão é, basicamente, sobre os tipos de mão-de-obra no ciclo do abacaxi.

(18) No caso da UD - Ubaldo, que possuía somente uma parcela de abacaxi, é possível que o fato de não se ter coberto, nos nove meses de pesquisa, o período de preparação e plantio do terreno, tenha introduzido um certo viés nas proporções da mão-de-obra utilizada. Utilizando dados corrigidos, a partir de entrevistas com Ubaldo, que permitem integrar as fases de preparação e plantio, chegamos aos seguintes dados: Trabalho familiar - 71% - Trabalho assalariado - 29%. Entendemos, porém, que isto não altera, qualitativamente, os dados apresentados.

A observação destas Tabelas, em particular a Tabela nº 14, que trata da importância relativa dos tipos de mão-de-obra, nos revela uma surpresa. Constatamos que não é quem tem o maior roçado, nem quem planta mais abacaxi, quem contrata mais mão-de-obra assalariada - nem em termos absolutos, nem em termos relativos.

Com efeito, é a UD - Fernando que tem o maior roçado (27,6 ha. utilizados em 1985), e é esta mesma UD que planta mais abacaxi (9,7 ha.). Porém, é a UD - Bernardo (cujo roçado de 6,7 ha. é todo de abacaxi) que contratou mais mão-de-obra assalariada, tanto em termos absolutos quanto relativos. É bom lembrar que Bernardo não tem "nem um palmo de chão" em propriedade.

Estes dados contrariam o senso comum, que talvez, apressadamente, faz assim o raciocínio: maior superfície - maior proximidade ao capitalismo - maior utilização da relação do assalariamento.

A seguir, tentaremos dar alguns elementos explicativos para este aparente paradoxo.

O dado anterior nos obriga a estudar a Unidade Doméstica, para discutir a questão da mão-de-obra familiar.

TABELA Nº 15 - ESTRUTURA FAMILIAR, POR UD.

	ATIVOS (19)			NÃO ATIVOS			TOTAL MEMBROS DA UD
	Homens	Mulheres	Total de ativos	Adultos	Crianças	Total de não ati- vos	
Ubaldo	1	1	2	-	5	5	7
Severino	1	1	2	2	1	3	5
Fernando	4	4	8	-	-	0	8
Bernardo	1	1	2	-	3	3	5

Desta Tabela deduzimos a quantidade de mão-de-obra familiar que, em princípio, estaria disponível para trabalhar no roçado.

Mas os dados de campo corrigem esta primeira impressão. De fato, o trabalho familiar feminino é muito pequeno:

(19) Comentários metodológicos.

Para distinguir Ativo e Não Ativo, pensamos nos seguintes critérios: a idade de 14-15 anos como limite para distinguir a criança do adulto; para a definição dos não ativos adultos, o critério usado foi a observação. Na realidade, não houve muitas dificuldades: os seis filhos de Fernando tinham entre 16 e 24 anos, e a irmã de Severino, 17 anos. A mais velha das crianças tinha 8 anos. No caso de Severino apresentou-se-nos uma dificuldade. A situação exposta nesta tabela é aquela do início da pesquisa. No decorrer dela, Severino casou e constituiu uma nova casa, construída na mesma terra. Ficaram então duas casas. Porém, no que diz respeito à mão-de-obra, isto não significou modificação alguma, como veremos mais adiante.

4,5 jornadas, num total de 404, para Fernando; 1,5 jornadas para um total de 139,5 dias de trabalho familiar para Severino; 1 jornada em 143, para Ubaldo e 0 para Bernardo.

O momento no desenvolvimento do ciclo familiar (20) pode ajudar a explicar esta situação. As famílias de Ubaldo e Bernardo estão no início da fase de expansão: Ubaldo tem cinco filhos pequenos, Bernardo tem três. Nestes casos, poder-se-ia dizer que as esposas, potencialmente disponíveis para o trabalho no roçado, de fato dedicavam todo o seu tempo às tarefas de cuidar da casa e dos filhos. No caso de Severino, a mulher ativa (a irmã de Severino), é quem de fato cuida da casa (com os pais, bastante velhos, e uma criança). Trata-se de um caso semelhante ao anterior, no que diz respeito à mão-de-obra, mesmo se esta unidade doméstica não se encontra em fase de expansão.

O caso de Fernando é diferente. Ele tem três filhas de 20, 17 e 16 anos. Como para as outras UDs, podemos dizer que a mão-de-obra feminina não trabalha no roçado. Mas, ao contrário delas, não se pode dizer que todos os ativos femininos estejam ocupados com tarefas da casa. Ao observar a utilização do tempo das moças da casa, constatamos que duas delas estudavam, enquanto a terceira ensinava numa escola primária do lugar.

Mais adiante discutiremos este fato, que, aparente-

(20) Este conceito, tomado de Meyer FORTES (1958), é utilizado por ARCHETTI & STOLEN (1975), GARCIA Jr. (1983 a) e HEREDIA (1979), entre outros autores.

mente marginal, pode ter a sua importância teórica para o caso estudado.

Vamos reter aqui, simplesmente, que, de fato, o roçado conta com os ativos masculinos.

Voltemos agora ao nosso paradoxo: porque é que não existe uma correspondência entre tamanho do roçado e quantidade utilizada de mão-de-obra assalariada?

A resposta parece estar na mão-de-obra familiar (no nosso caso, masculina) de que dispõe a UD. Ou, dito de outra maneira, o momento no desenvolvimento do ciclo doméstico é importante para explicar o paradoxo.

Temos então que existe uma relação entre a proporção de mão-de-obra familiar/mão-de-obra assalariada, a mão-de-obra disponível e o tamanho do roçado. Esta relação pode se expressar da seguinte maneira: quanto maior for o nº de ha. cultivados (o nosso caso, de abacaxi) por ativo masculino, menor será a importância da mão-de-obra familiar.

TABELA Nº 16 - RELAÇÃO ENTRE TAMANHO DO ROÇADO, MÃO-DE-OBRA FAMILIAR DISPONÍVEL E IMPORTÂNCIA RELATIVA DESTA.

	Ativos Masculinos [1]	Superfície Cultivada com abacaxi [2]	Superfície Cultivada p/ ativo [2/1]	% de mão-de-obra familiar no total
Ubaldo	1	0,9 ha	0,9	84%
Severino	1	2,0 ha	2,0	50%
Fernando	3,4 ⁽²¹⁾	9,7 ha	2,8	53%
Bernardo	1	6,7 ha	6,7	25%

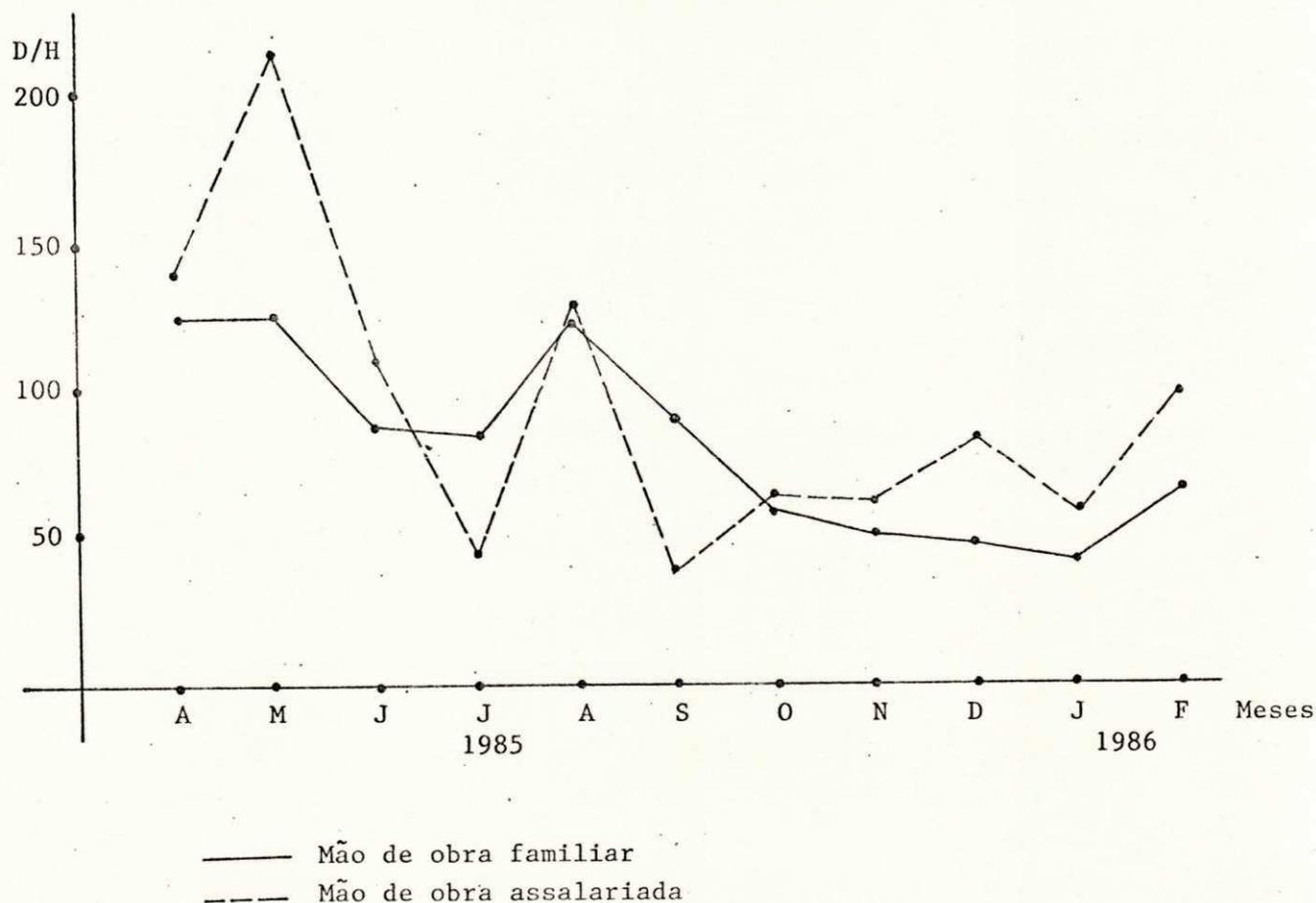
Também tentamos observar a relação entre mão-de-obra assalariada e mão-de-obra familiar no tempo, já que uma das afirmações mais comuns sobre a utilização do assalariamento

(21) Na UD - Fernando consideramos somente 3,4 ativos masculinos porque um dos filhos de Fernando viajou para São Paulo no mês de julho. Somente computamos 0,4 ativo, neste caso.

por pequenos produtores é que o assalariado trabalha nos momentos de maior intensidade de trabalho, permitindo ao agricultor cultivar uma área que, sem esta "ajuda" nos momentos de pico de trabalho, não seria possível trabalhar.

GRÁFICO Nº 2 - EVOLUÇÃO MENSAL DO USO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E DA MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA, PARA AS QUATRO UDs.

(Em dias/homem por mês, com dados de 11 meses)



A observação deste gráfico nos deixa a impressão que a hipótese acima enunciada não é absurda. Vemos que nos meses de abril, maio e junho, o tempo do plantio, o nº de dias/homem de trabalho assalariado, ultrapassa o de jornadas de trabalho familiar. Esta situação se inverte no período de julho a setembro, na época das limpas. A mão-de-obra assalariada passa a ser mais importante, novamente, a partir de outubro, época em que se começa a preparar os novos roçados.

A observação do gráfico, porém, nos deixa algumas interrogações. Constatamos que, quando em outubro a mão-de-obra assalariada torna a cobrar importância, a quantidade de mão-de-obra familiar que está sendo utilizada está bem por baixo dos 90 a 125 dias fornecidos pelas quatro UD's no período abril-agosto. Nestas condições, seria difícil afirmar que os agricultores pesquisados só contratam assalariados depois de esgotar a capacidade de trabalho da UD, idéia esta que está contida na hipótese acima colocada.

A observação dos Gráficos de Evolução de Uso de Mão-de-Obra para cada UD, não muda, substancialmente, o quadro. Ao contrário, confirma a idéia de que as UD's não esgotam o uso da mão-de-obra familiar. (Cf. Gráficos, apresentados nos Anexo nº 01).

No que diz respeito à mão-de-obra externa à UD, não remunerada, podemos somente constatar a sua relativa insignificância. Já dissemos, anteriormente, que as UD's Fernando e Bernardo utilizaram este tipo de mão-de-obra para fazer as primeiras limpas em algumas parcelas, através do mecanismo de "deixar plantar" milho e feijão. Porém isto nada

tem a ver com a troca de dia, mecanismo tradicional através do qual o agricultor conseguia força de trabalho de outras UD's, oferecendo em troca a sua (ou a da sua UD) quando o vizinho, parente ou "compadre" a necessitasse.

Da mesma maneira, as UD's Fernando e Ubaldo obtiveram o concurso de mão-de-obra "de fora" sem ter que desembolsar dinheiro, para fazer a farinha. Só que nestes casos eles pagaram o trabalho em produto, já que "deram a farinha de meia". Também este mecanismo em nada se parece à troca de dia ou ajuda antes citados.

O caso da farinha "de meia" merece a nossa atenção. No caso de Ubaldo, é verdade que ele tem pouca mão-de-obra disponível em casa. Em outros "sítios" não muito distantes, o mecanismo utilizado nestes casos é a mobilização de parentes, vizinhos e amigos para "ajudar". Ao perguntarmos a Ubaldo sobre esta possibilidade, ele respondeu que isto era impossível. Ele "deu a mandioca de meia" porque a outra alternativa era contratar pessoas "na diária", e o custo disto seria, talvez, maior.

Ao manifestar a nossa estranheza e perguntar porque não se usava mais a "troca de dia", Ubaldo respondeu que "agora tem o dinheiro do banco": muitos agricultores da região têm dinheiro disponível e todos sabem que existe esta disponibilidade.

Já no caso de Fernando é difícil explicar o caso da "roça de meia". Apesar da afirmativa dele sobre a falta de mão-de-obra familiar para esta atividade, é difícil acreditar nisto com oito adultos em casa... É provável, embora não tenhamos dados concretos para apoiar esta hipótese, que

o cálculo de Fernando seja duplo. Por um lado, os homens estão "melhor empregados" trabalhando no abacaxi. Por outro, o trabalho de fazer farinha é visto como bastante penoso, sobretudo a parte de "raspar" (descascar) a mandioca, que é tradicionalmente reservado às mulheres. Tudo acontece como se as filhas de Fernando, estudantes ou professora, não devessem fazer este trabalho.

Falta agora completar a informação sobre o trabalho assalariado. Existem duas formas de contratar trabalhadores: por diária ou por tarefa (22). Ao consultarmos os agricultores sobre os critérios para utilizar uma ou outra forma, a resposta foi simples: o trabalho da empreitada é trabalho mal feito. O agricultor só recorre a ele porque "não tem outro jeito". Por exemplo, quando está plantando uma parcela e outra está invadida pelo "mato", o jeito é "empeleitar".

A outra face da moeda é que "trabalho de diarista só presta quando tem alguém trabalhando junto". Este alguém se entende como o próprio agricultor ou membro da família.

Assim, quem tem mais de uma parcela de abacaxi, mais cedo ou mais tarde se vê obrigado a utilizar a empreitada.

Estas explicações são plenamente confirmadas pelos dados de campo. Ubaldo e Severino, que têm roçados menores, não utilizam a empreitada. Já Fernando e Bernardo a utili-

(22) A contratação por tarefa leva, na região, o nome de "empeleitada", ou seja, empreitada.

zam bastante: em ambos os casos, em torno de 30% dos d/h contratados, o são por empreitada.

Constatamos que a visão dos agricultores pesquisados sobre o trabalho dos assalariados é claramente negativa. Mas, é necessário apontar numa contradição entre este discurso e a realidade. Se a mão-de-obra assalariada é "ruim", por que é que não se esgota a capacidade de trabalho da mão-de-obra familiar?

Constatada a importância do trabalho remunerado no caso estudado, cabe a pergunta: quem são esses assalariados?

Não temos dados sistemáticos sobre a questão. Colhemos, sim, alguns dados sobre estes trabalhadores, junto aos agricultores pesquisados.

Severino, por exemplo, trabalha quase constantemente com um jovem, remunerado por dia trabalhado. Este rapaz mora com o cunhado que, por sua vez, mora na terra de um parente. Ele não tem roçado, por não ter onde "botar". É solteiro. Sempre segundo Severino, os outros diaristas que trabalham com ele são, "quase" todos, pequenos agricultores: têm roçado, e alguns deles roçado de abacaxi. No caso do jovem trabalhador acima referido, ele almoça na casa de Severino. Já os outros diaristas, "não são boiados". (23)

Para Fernando e Bernardo a situação é diferente. A primeira questão é a importância da empreitada. Existem

(23) Expressão que significa que não recebem almoço do agricultor que os contrata.

trabalhadores "especialistas" de empreitada: eles só trabalham desta maneira. A gestão das empreitadas é delicada: normalmente se pagam por adiantado. Fernando queixou-se, repetidamente, da "esperteza" dos empreiteiros.

Bernardo nos relatou um caso interessante. Ele "empeleitou" o plantio de 1 ha. de abacaxi, no mesmo ano de 1985. Depois ele trabalhou como contratado do "empeleiteiro", diminuindo o valor do contrato original (de Cr\$ 250.000) no montante equivalente a quatro dias de trabalho (Cr\$ 40.000). Assim, "o serviço ficou mais em conta" e, sobretudo, Bernardo pode controlar a qualidade do trabalho.

Fernando e Bernardo, da mesma maneira que Severino, têm relações diretas com os trabalhadores contratados. Eles privilegiam a contratação de "conhecidos", muitas vezes também "parentes". Estamos longe do caminhão que passa de madrugada na "ponta de rua", recolhendo trabalhadores quase que ao acaso, como acontece no trabalho da cana ou mesmo com os grandes produtores de abacaxi de Marí e Sapé. (BRITO, 1980 e GRABOIS & AGUIAR, 1982).

Observe-se que as relações que assim se repetem com uma certa frequência, têm "sentido único". Ou seja, nesta relação, Bernardo, Fernando e Severino são sempre empregadores. (Já Ubaldo chegou a trabalhar dois dias como assalariado no ano de 1985).

A pesquisa "Perfil dos Associados dos STR", anteriormente citada, nos fornece alguns dados sobre os assalariados agrícolas do município de Araçagi. Dos duzentos sócios entrevistados, cento e sessenta e dois trabalhavam, de alguma forma, na agricultura. Destes, trinta e seis declara-

ram que trabalhavam "no alugado".

Destes trinta e seis casos, trinta e três tinham também um roçado. Havia, na amostra, somente três sócios que tinham no assalariamento agrícola a única fonte de sobrevivência.

Dos trinta e seis que declararam trabalham como assalariados, dezessete trabalhavam no abacaxi. Todos estes declararam ter também um roçado, e seis tinham um roçado de abacaxi. Destes dezessete casos, onze declararam que viviam "mais do roçado", cinco viviam "mais do salário" e um "tanto de um como do outro". A situação encontrada em Poço Comprido guarda alguma semelhança com aquela retratada por Zé Vicente TAVARES, entre os "Colonos do Vinho":

"Por outro lado, quem são os "jornaleros"? São camponeses, desenvolvendo uma atividade acessória para completar o rendimento familiar, que se deslocam para São Pedro seja porque os outros membros da família se encarregam dos afazeres agrícolas, seja porque estes não são tão intensos no momento".

(TAVARES dos SANTOS J.V., 1984, p. 41-42).

Marielle MARTÍNEZ, num estudo realizado numa comunidade camponesa no estado de Oaxaca, México, encontrou uma parte significativa dos agricultores alternando entre o papel de empregador e o de empregado (MARTÍNEZ, M.P.L., 1976). Este, porém, não parece ser o caso em Araçagi. Dos dezesse-

te agricultores que também se assalariam no abacaxi, somente um declarou ter "precisado de ajuda de trabalhadores assalariados". Nenhum dos seis agricultores/assalariados que plantaram abacaxi, utilizaram mão-de-obra assalariada.

Esta situação, caracterizada a partir dos dados da referida pesquisa, aponta para uma situação em que os assalariados do abacaxi são, também, pequenos agricultores. Porém, não confirma a idéia de que os agricultores que se assalariam no abacaxi, em outros momentos assalariam, sendo assim, ao mesmo tempo, assalariados e "patrões". Só resta perguntar se o universo dos sócios do STR é realmente representativo do universo dos trabalhadores rurais do município. Por enquanto ele é a melhor aproximação disponível.

Nos casos estudados, as histórias de vida recolhidas de Bernardo e Severino falam de momentos onde trabalhavam "no alugado". No caso de Severino o produto duma empreitada feita com um fazendeiro foi o que permitiu que ele plantasse a sua primeira parcela de abacaxi. Mas hoje estes dois agricultores não mais trabalham "na diária".

Estes dados deixam no ar uma pergunta interessante: é então possível um caminho inverso ao da proletarização, que permite ao assalariado se tornar pequeno produtor? Outro campo interessante para pesquisas futuras.

Resta o caso de Ubaldo que, este sim, está no caso de "patrão" e diarista. Porém o balanço dos dados dos nove meses de pesquisa mostra que, dos dois papéis, ele é mais "patrão" (e os dados de doze meses devem acentuar este quadro).

O quadro apresentado nas quatro UDs estudadas, aponta para a importância da mão-de-obra assalariada. Contratar trabalhador, no entanto, significa disponibilidade de dinheiro, já que ele não pode esperar a safra para receber.

ARCHETTI & STÖLEN (1975, p. 103 e ss.) relatam que, no caso dos colonos do algodão em Santa Fé, a necessidade de pagar salários se coloca exclusivamente durante a safra. A forma particular desta safra e do contrato faz com que o colono só precise procurar, antes da safra, o local onde os trabalhadores possam dormir e os meios de alimentá-los durante a safra. Isto ele obtém com um crédito em mercadorias, dos comerciantes locais ou da cooperativa. O acerto de contas se faz no fim da colheita e o colono paga ao receber o valor do algodão. Também existem casos em que se financia o algodão com o produto de outras culturas, colhidas mais cedo no ano (como, por exemplo, o girassol).

No nosso caso, a necessidade de pagar salários se coloca desde a primeira operação de cultivo (a preparação do solo). Só existem duas possibilidades: investimento de recursos "próprios", obtidos em ciclos anteriores (ou através de outras atividades, como no caso de Severino, acima relatado), ou o crédito.

Teremos ocasião de ver mais adiante, que o ciclo pecuário pode cumprir esta função de fornecer dinheiro para levar o roçado, pelo menos no caso de duas UDs. Mas é sobretudo o crédito agrícola que permite pagar salários. Como já foi dito na seção sobre os meios de produção, as quatro UDs trabalham com crédito bancário. Na opinião dos agricul-

tores, este crédito "facilita muito".

Na nossa opinião, a palavra mais adequada seria viabiliza, nas condições em que operava o crédito em 1985 (juros de 35% ao ano, sem correção monetária).

Como veremos mais adiante, o crédito não só compra força de trabalho no mercado: em alguns casos ele permite a "feira" do agricultor.

3.3. - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PRODUTO

Vimos, no Capítulo sobre a produção no roçado, que o resultado da combinação de meios de produção e trabalho produtivo, seguindo um conjunto de regras técnicas - combinação que se materializa nos diferentes ciclos de produção - tem como resultado um produto.

Neste Capítulo, vimos que o acesso diferenciado a meios de produção e ao trabalho cria diferenças importantes entre as UDs estudadas. É nosso propósito, agora, partindo dos dados colhidos em campo, demonstrar que existe uma relação entre o acesso aos "elementos simples nos quais se decompõe o processo de trabalho" (MARX, K. Livre I, 1977, p. 137) e a apropriação do resultado do processo produtivo.

Antes de realizar-se, ou não, o valor deste produto no mercado, as relações sociais que determinam o acesso aos meios de produção, determinam a apropriação. Ou, dito de outra forma, não é necessário que o agricultor venda o seu produto no mercado para que esta relação entre acesso aos

meios e apropriação dos produtos exerça a sua função "distribuidora".

Nesta perspectiva, o acesso a um meio de produção - a terra - merece um destaque especial. A terra é o ponto de partida dos processos agrícolas e pecuários. O acesso à terra conduz o processo, possibilitando, em muitos casos, o acesso aos outros meios de produção (24).

Vimos, no parágrafo correspondente, que existem várias maneiras de ter acesso à terra. No caso da propriedade, a apropriação do produto é clara, fácil de perceber. Tomemos como exemplo o caso de Severino. O produto do ciclo do abacaxi, incluindo o milho e o feijão, lhe pertence. O mesmo acontece com o produto do sítio (deduzido o produto "colhido" pelos passantes). Nestes casos o agricultor, "dono" do produto, decide o destino da produção. Decide, por exemplo, o que vai guardar para consumo próprio e o que vai vender; decide quando vender. É claro que o espaço desta autonomia não é absoluto. Em particular, o mercado e o tipo de produto (que é função da escolha das culturas), colocam limites para esta propriedade. Mas isto não anula a sensação de ser "dono" do produto.

Analisemos, agora, o caso da parceria. Para o agricultor que "recebe", este mecanismo pode ser interpretado como uma forma de ter acesso à terra e a insumos (mudas,

(24) Afrânio GARCIA descreve muito bem a percepção que os pequenos produtores têm deste fato, em particular quando analisa o processo da substituição da "terra de trabalho" pela "terra de gado". (GARCIA Jr., 1983 a, cap. 5).

fertilizantes e indutor floral). E, ainda, significa acesso à terra preparada. O custo do acesso a esses meios de produção é a metade da colheita. Temos assim, por exemplo, que Bernardo tinha uma parcela de 2,8 ha. de abacaxi que foi colhida em 1985. Porém, na hora de colher (e vender), ele era "dono" do produto de somente 1,4 ha. O fato deste processo ser mediado pela venda do produto, onde Bernardo recebeu a metade do valor do roçado, em nada altera o processo.

O caso do arrendamento da terra pode ser interpretado da seguinte maneira: ao colher o produto, uma parte deste destina-se ao pagamento da renda, através da venda. É verdade que, neste caso, a relação não é tão direta quanto a do caso anterior, já que o agricultor pode decidir ficar com o produto e pagar a renda com dinheiro obtido de outra fonte.

Mas se os processos produtivos se reproduzem, a renda deve ser deduzida do produto global do roçado. (25).

Vejamos agora, o exemplo da mandioca, que consideramos ilustrativo para os propósitos desta seção.

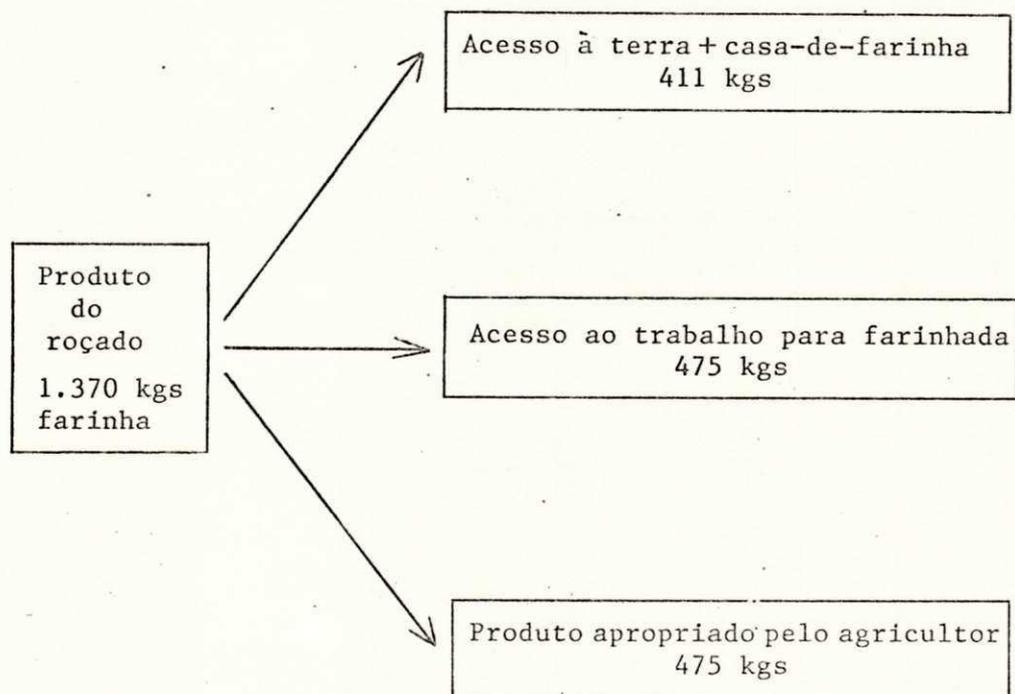
Severino arrancou em 1985 uma parcela de mandioca, plantada no ano anterior. Dono da parcela na qual plantou, também era dono da raiz arrancada. Mas para poder consumi-la, era necessário transformar a mandioca em farinha.

(25) Consideramos os casos em que a renda é paga por outras fontes (salários recebidos, etc.) mais como um "arranjo contábil", necessário para ajustar os prazos das necessidades e dos pagamentos.

Ele não possuía uma casa-de-farinha, o equipamento necessário para esta transformação. Assim, Severino teve que deixar com o dono da casa-de-farinha 20% da sua produção. Tendo produzido uns 500 kgs de farinha, ele ficou com 400 kgs. Cedeu 100 kgs ao proprietário da casa-de-farinha, como pagamento pelo uso desta.

No caso de Ubaldo, ele plantou mandioca no que considerou como terra arrendada. De fato, o arranjo com o fazendeiro, ao mesmo tempo proprietário da terra e da casa-de-farinha, foi deixar 30% da produção pelo uso destes meios de produção. Mas, para fazer farinha, é necessário ter muita mão-de-obra disponível num período curto de tempo. Já vimos, anteriormente, que Ubaldo decidiu "dar a roça de meia". Assim, neste caso, o acesso à terra, à casa-de-farinha e ao trabalho, cada um, consumiu uma parte do produto deste roçado. Em números, o resultado foi o seguinte: a mandioca arrancada produziu um total de 1.370 kgs de farinha. Deste produto, 411 kgs (30% do total) ficaram com o fazendeiro. Ficaram 959 kgs para dividir pela metade: 475 kgs para o trabalhador que "recebeu a roça de meia" e 475 kgs para o próprio Ubaldo.

ESQUEMA Nº 03 - APROPRIAÇÃO DO PRODUTO DA "ROÇA" DA UD - UBALDO



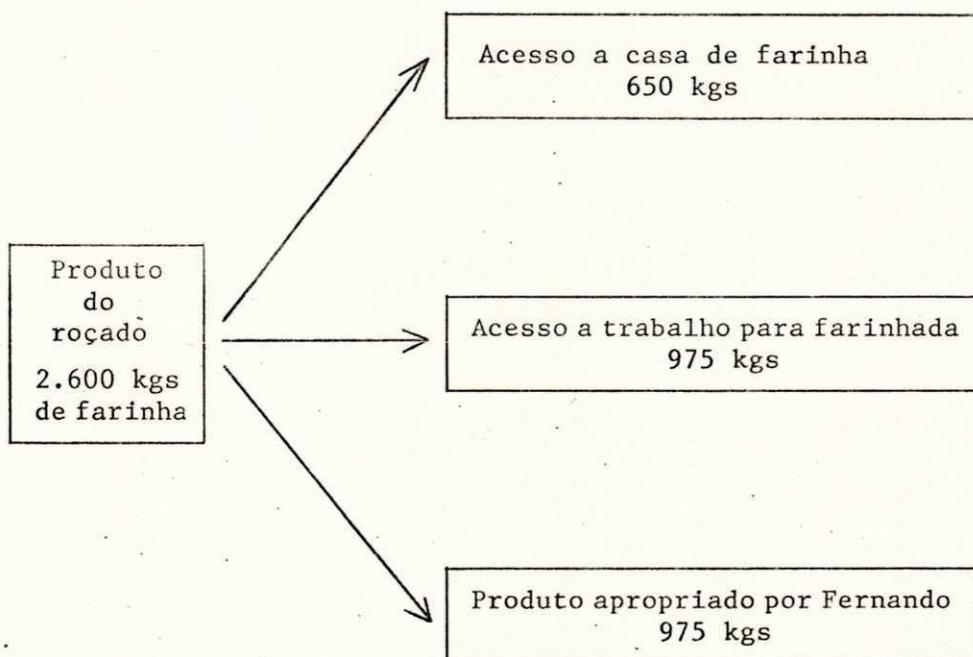
Já no caso de Fernando, a mandioca plantada numa parcela arrendada a um pequeno agricultor, foi "dada de meia".

Como nos dois casos antes citados, ele teve que pagar a "conga" (26) pelo uso da casa-de-farinha.

(26) Nome dado à percentagem de farinha deixada ao dono da casa-de-farinha, pelo uso desta.

Temos que o produto da farinhada foi de 2.600 kgs de farinha. O dono da casa de farinha levou 25%: 650 kgs. Ficaram, portanto, 1.950 kgs para serem divididos entre Fernando e o meeiro da farinha. Ficaram 975 kgs de farinha para cada um.

ESQUEMA Nº 04 - APROPRIAÇÃO DO PRODUTO DA "ROÇA" DA UD - FERNANDO



Devemos considerar, ainda, que uma parte (?) deste produto serviu para repor o montante pago pelo arrendamento da terra.

A não ser no caso da parceria, o acesso aos insumos não determina, diretamente, a apropriação do produto. Sabemos que o crédito permite comprar os insumos, mas têm um custo: os juros. Assim, (da mesma forma que para a renda) quando se vende o produto do roçado, uma parte se destina a pagar o "custo" do crédito, que de certa forma é a maneira de ter acesso aos insumos.

É importante ressaltar aqui que, além de definir a apropriação do produto, os mecanismos de acesso aos meios de produção definem, também, às relações sociais. ARCHETTI & STÖLEN comentam:

"Las relaciones sociales de producción existentes entre los colonos y los trabajadores rurales [os diaristas] se definen a partir de la relación que, unos y otros, tienen con la tierra y la maquinaria agrícola. La propiedad de los colonos sobre estas se expresa para los cosecheros en la forma de trabajo asalariado y la apropiación de plus valia". (ARCHETTI & STÖLEN, 1975, p. 26).

De forma semelhante podemos dizer que, no nosso caso, a relação diferente que agricultores e assalariados têm com a terra e os meios monetários, definem, em grande parte, a relação entre uns e outros. É porque o agricultor tem acesso à terra e consegue dinheiro para obter os insumos e pagar força de trabalho, que ele é, no final do processo produtivo, dono de pelo menos uma parte do produto. Ao assalariado resta, somente, a diária ou o valor da sua empreitada.

formação sistemática.

Consideramos ser prova disso (e não de má vontade) o fato que os cursos de formação iniciados em vista de uma campanha eleitoral sindical tenham-se interrompido após os primeiros momentos, por decisão do mesmo grupo que havia solicitado a formação.

Por outro lado, a avaliação dos educadores acerca da inviabilidade do trabalho de formação antes das eleições sindicais, não é unívoca: alguns manifestam sua decepção a respeito da "*vontade de mudar*" das lideranças, que acabariam entrando nos mesmos esquemas do sindicalismo tradicional; outros porém, reconhecem as limitações impostas pela campanha, momento que não é adequado, propondo-se voltar a discutir propostas formativas após a conquista da estrutura sindical local.

Certamente trata-se de uma questão problemática e de difícil encaminhamento - considerando, também, que existem entre os educadores diferentes concepções da formação - uns enfatizando o momento da formação teórica e outros a importância de uma metodologia educativa a ser desenvolvida na própria ação e mobilização.

externa I" não é tão acentuada quanto nas grandes fazendas produtoras de abacaxi.

No que diz respeito aos outros ciclos, observa-se que o ciclo pecuário mantém uma ligação muito grande com o mercado, enquanto para os outros ciclos a ligação é muito menor.

Para o trabalho, constatamos que há diferenças na maneira em que as UDs procuram a mão-de-obra necessária. Observamos que estas diferenças não dependem, somente, do tamanho do roçado, materializando uma relação direta: a maior roçado, maior quantidade de mão de obra assalariada. Em se tratando de unidades de produção familiares, a relação que se estabelece é entre tamanho do roçado, mão-de-obra familiar disponível (o que depende, entre outras coisas, do momento do ciclo doméstico) e mão-de-obra assalariada. Vimos que, quanto maior o roçado por ativo masculino da casa, maior será o peso da mão-de-obra assalariada no conjunto.

Constatou-se que, em certos momentos do ano, as UDs estudadas não esgotam o uso da mão-de-obra familiar no roçado. Neste caso, não parece realizar-se o que Leopoldo BARTOLOMÉ (1975, p. 258) chama de "concepção camponesa da tarefa agrícola, como uma responsabilidade primordial do grupo doméstico". Frequentemente, os autores que trabalharam com pequenos produtores de imigração (Deis SIQUEIRA, (1984), Leopoldo BARTOLOMÉ (1975), José Vicente TAVARES dos SANTOS (1984)) falam da grande importância atribuída ao trabalho, como valor. Nós gostaríamos de opor a esta imagem da "ideologia do trabalho", uma que diz respeito à idéia de autonomia: na região, o que identificaria um pequeno agricultor

não seria tanto a idéia do trabalho, mas a de "não ser sujeito" (27). Neste contexto, cobraria um certo sentido a constatação de que, em nenhum dos quatro casos estudados, chega-se perto da plena utilização do potencial da mão-de-obra familiar. Devemos deduzir que, enquanto não se trabalha no roçado, estão sendo realizadas outras atividades. A nossa hipótese é que estas outras atividades são muito importantes para a construção desta imagem de "não sujeito". Abre-se, aqui, outro campo para novas pesquisas.

Vimos que a mão-de-obra externa não remunerada, embora proporcionalmente pequena, está presente até no ciclo do abacaxi. Este tipo de mão-de-obra é uma das tantas maneiras em que se materializa as relações pessoais no local pesquisado.

Entendemos que os dados apresentados neste Capítulo apontam para uma conclusão importante: não basta ter terra e querer plantar para ser "abacaxizeiro". O acesso aos meios de produção e à mão-de-obra são fundamentais. Para isso, é importante possuir reservas ou ter acesso a recursos monetário através do crédito. Neste processo, observamos que as relações pessoais são muito importantes: podem facilitar o acesso à terra, a certos meios de produção (por

(27) Afrânio GARCIA Jr. (1986) trabalha de maneira muito interessante a oposição que os agricultores da região fazem das categorias "sujeito" e "liberto". Esta oposição diz respeito a, em primeiro lugar, moradores e não moradores, onde os moradores são "sujeitos" ao dono da terra. Mas o uso desta oposição se estende, fazendo com que os agricultores que têm que trabalhar para outros sejam "sujeitos", enquanto aqueles que trabalham para si, "não são sujeitos". Doris MEYER (1980, p. 51) também destaca a oposição entre trabalhar "alugado aos outros" e trabalhar para si.

exemplo, mudas gratuitas) e a mão-de-obra gratuita. São também importantes para ter acesso ao crédito. Poderíamos resumir, dizendo que é importante ter um bom "padrinho" para poder entrar no grupo dos pequenos produtores de abacaxi.

No final deste Capítulo, tentamos demonstrar, através de exemplos concretos, que existe uma relação entre o acesso aos meios de produção e o trabalho e a apropriação do resultado do processo produtivo. Assim, por exemplo, mostramos que a forma de acesso à terra ou à casa-de-farinha determinava a distribuição do produto.

Concluimos que a relação diferenciada que mantinham agricultores e assalariados com a terra e os meios monetários, determinava em grande parte, as relações entre uns e outros: o agricultor fica com, pelo menos, uma parte do produto, enquanto ao assalariado cabe, apenas, o valor da sua força de trabalho. As relações pessoais, embora importantes, não impedem o funcionamento destas leis sociais.

CAPÍTULO 4

A CASA, UNIDADE DE CONSUMO

Se no roçado o grupo doméstico se afirma como unidade de produção, é na casa que se materializa enquanto unidade de consumo. (HEREDIA, 1979, p. 78).

"Cabe ao pai de família (pequeno agricultor) atender ao consumo familiar, isto é, é ele quem deve "botar os produtos dentro de casa". Isto implica no cumprimento de um circuito que inclui a sua responsabilidade na esfera da produção, como também na venda dos produtos e, finalmente, na compra dos bens necessários para o consumo familiar. Somente a partir de então os produtos passam a fazer parte do âmbito da casa."

(HEREDIA, B., 1979, p. 83)

É nosso propósito, neste capítulo, estudar de que maneira é atendido o consumo familiar nas quatro UDs pesquisadas. Tanto Beatriz HEREDIA quanto Afrânio GARCIA destacam que, mesmo se é o roçado que, em última instância, possibilita o consumo da casa, isto não significa a inexistência de

uma mediação entre estes dois polos. A mediação é dada pelo mercado. É esta mediação o ponto central deste Capítulo. Veremos em que medida o roçado atende à casa diretamente, e qual é a importância do mercado na relação. Discutiremos, também, o próprio consumo da casa e os fatos que diferenciam as UDs estudadas.

4.1 - O "GASTO" DA CASA

O "gasto" da casa, categoria utilizada largamente pelos agricultores da região, pode ser definido genericamente como "os produtos a serem consumidos pela unidade doméstica". (1)

Este "gasto" tem várias rubricas. Analisaremos, em primeiro lugar, o "gasto" alimentar. Em seguida, apresentaremos os dados colhidos sobre as demais rubricas.

4.1.1 - O "gasto" alimentar

A presença no roçado de culturas alimentares, seja no ciclo do abacaxi, seja no ciclo produtivo que nós denomina-

(1) Afrânio GARCIA Jr. diz textualmente: "Os produtos a serem consumidos pela unidade doméstica neste prazo (a semana) constituem o gasto semanal" (1983 a, p. 140). Mas o uso feito desta categoria pelos agricultores autoriza a alargar o campo de abrangência. B. HEREDIA (1979) também trata desta categoria no capítulo V.

mos de consórcio da mandioca, assim como a presença de animais, no campo, ou no "terreiro", nos indica que, pelo menos uma parte da alimentação da casa é fornecida, diretamente, pelo roçado. Temos, assim, um fluxo direto roçado-casa. Veremos que outra parte do "gasto" alimentar provém da feira, sendo o consumo, neste caso, mediado pelo mercado.

4.1.1.1 - O que vem do roçado

A pesquisa de campo nos forneceu alguns dados sobre o produto que vai do roçado diretamente para a casa.

TABELA Nº 17 - FLUXO DE PRODUTOS DO ROÇADO PARA A CASA

PRODUTOS	UBALDO		SEVERINO		FERNANDO		BERNARDO	
	Existência do fluxo	quantidades						
feijão seco (e fava)	sim	36 kg	sim	25 kg	sim	103 kg	sim	28 kg
farinha	sim	117 kg	sim	109 kg	sim	234 kg	sim	117 kg
macaxeira	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d
batata	sim	s/d	-	-	-	-	sim	s/d
inhame	-	-	-	-	-	-	sim	s/d
jerimum	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d
feijão verde (e fava)	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d
milho verde	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d	sim	s/d
frutas	-	-	sim	s/d	sim	s/d	-	
leite	-	-	-	-	sim	250 l	sim	durante 2 meses
galinha (carne)	sim	s/d	-	-	sim	s/d	sim	s/d
ovos	sim	s/d	-	-	sim	216 unid	-	

s/d - sem dados

Pudemos identificar doze produtos do roçado que são consumidos pela casa. Destes, seis estão presentes em todos os casos: feijão e/ou fava, farinha, macaxeira, jerimum, feijão verde e milho verde.

Infelizmente, os nossos instrumentos de pesquisa não permitiram colher todos os dados pretendidos. O material de campo permite fazer uma estimativa do consumo de alguns produtos. Para muitos destes produtos do roçado, os nossos dados não permitiram nenhuma estimativa.

4.1.1.2 - O que vem da feira

O roçado não supre todas as necessidades da casa, mesmo nesta rubrica do gasto alimentar.

Toda semana um membro da casa, geralmente o agricultor - pai-de-família, se desloca para Araçagi ou, às vezes, até Guarabira, para "fazer a feira". (2)

As compras feitas não se restringem ao gasto alimentar. Mas neste parágrafo apresentaremos, somente, os alimentos que vêm da feira. Mais adiante, consideramos as outras

(2) Estes fatos coincidem com aqueles relatados por Beatriz HEREDIA (1979) para a Mata Norte de Pernambuco e Afrânio GARCIA Jr. (1983 a) para a Mata Sul. A única diferença encontrada foi que no caso da UD - Severino, o chefe da família delegava esta tarefa à irmã. Isto pode estar ligado ao fato de que Severino, mesmo sendo chefe de família, era solteiro, e não o pai de família típico.

compras.

"Fazer a feira" significa procurar no mercado os produtos que faltam à casa. Este é um fluxo monetarizado. Os nossos dados de campo trazem, portanto, o custo das mercadorias compradas. Em muitos casos, temos também as quantidades. Identificamos quarenta e cinco produtos alimentares que são adquiridos na feira. Para facilitar a apresentação, eles serão agrupados em conjuntos. A lista completa está no Anexo nº 02.

TABELA Nº 18 - AS COMPRAS DE ALIMENTOS (Em cruzeiros) (3)

PRODUTOS	UBALDO	SEVERINO	FERNANDO	BERNARDO
carnes (charque, c. fresca, galinha, porco, caprina, miudos, baleia)	503.100	1.160.800	2.979.950	1.327.250
peixes (incl. camarão seco e carangueijo)	94.300	196.500	153.000	135.500
ovos		170.000		133.800
queijo	1.800	39.500		56.400
outras "misturas" (sardinha em lata, mortadela)	7.200	9.000	131.000	29.000
SUB-TOTAL "Mistura" (4)	606.400	1.575.800	3.263.950	1.681.950
leite em pó	306.500	4.400	-	399.600
açúcar (e rapadura)	215.180	177.700	449.675	287.500
café	19.700	56.800	216.800	38.200
farinha de mandioca	-	-	210.000	-
arroz	88.600	160.600	171.600	153.350
macarrão	4.100	52.200	53.500	64.660
farinha de milho e de trigo	37.400	30.800	113.520	145.790
bolacha, biscoito e pão	226.000	381.900	270.000	116.573
feijões (mulatinho, macassar, fava)	189.000	303.500	620.000	382.000
óleo, manteiga e margarina	31.500	216.950	88.800	179.990
temperos (incl. sal e vinagre)	2.600	5.800	24.200	6.675
verduras	19.300	204.000	189.000	121.200
frutas	11.100	23.000	17.800	98.000
fumo/cigarros		27.800	2.400	52.000
outros	19.300	51.000	-	37.300
TOTAL	1.776.680	3.272.250	5.686.245	3.764.788

(3) Entre os meses de abril e dezembro de 1985 houve 107% de inflação, segundo a variação da ORTN., e consideramos que esta afetou a todos por igual.

(4) A "mistura" é o que acompanha o feijão, a batata ou o cuscuz. Comer sem "mistura" é considerado "privação".

Ao compararmos os dados sobre o que vem do roçado e o que vem da feira, constatamos que existem produtos alimentares que, não sendo produzidos pelo agricultor, têm que ser fornecidos pelo mercado: açúcar, arroz, macarrão, pão, etc.

Há outros produtos que só vêm do roçado: jerimum, batata, macaxeira, milho e feijão verde. O caso da farinha de mandioca também entra nesta categoria, apesar de Fernando ter comprado 350 kgs de farinha ao rapaz que fez a farinha dele. Consideramos que, também no caso de Fernando, o roçado conseguiu suprir a casa em farinha de mandioca, e a compra feita constitui um estoque, pois, como em 1985 ele "não plantou um pau de roça", em 1986 ele não fará farinha. Bernardo, que não plantou mandioca, obtém a farinha do roçado do pai, a quem "ajuda" de vez em quando.

Obter certos produtos diretamente do roçado também depende dos ciclos nele presentes. É o caso do leite, onde a única casa que consome leite do roçado em quantidade é a UD-Fernando. Lembramos que esta UD tem um ciclo pecuário importante. No caso de Bernardo, lembramos que ele tinha uma vaca. Ela parou de dar leite em junho, e foi vendida em agosto.

Somente na casa de Severino não se consome nem carne de galinha nem ovos do "terreiro", dadas às características particulares da UD. Isto faz com que ele tenha de comprar ovos na feira. E acontece, também, no caso de Bernardo.

O feijão trata-se de um produto do roçado que as quatro UDs consumiram, durante o tempo da nossa pesquisa. Mas as quantidades produzidas não deram para cobrir o "gasto" de feijão.

TABELA Nº 19 - COMPARAÇÃO ENTRE O CONSUMO DE FEIJÃO E O
FEIJÃO PRODUZIDO PELO ROÇADO. (Em kg.)

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Consumo de feijão (estimado em 9 meses)	105,3	91	335,25	136,4
Feijão do roçado	36	25	103	28

Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o fato de que alguns produtos do roçado e que são consumidos pela casa, já não fazem o trajeto roçado-casa diretamente. É o caso do milho, por exemplo. A UD - Ubaldo teve uma produção de milho. Como veremos mais adiante Ubaldo, vendeu a maior parte deste, comprando fubá e farinha de milho pré-cozida ("vitamilho") na feira. Este mesmo fenômeno acontece para a carne bovina. As UDs - Fernando e Bernardo venderam gado, mas a fonte da carne consumida foi a feira.

Infelizmente a imperfeição dos nossos dados não nos permitem dizer com exatidão que proporção do "gasto" alimentar total vem diretamente do roçado e qual a parte fornecida pela feira. Porém, sentimo-nos em condições de afirmar que a maior parte deste gasto é mediada pelo mercado. Tomemos, por exemplo, o feijão. O roçado cobriu entre 21% e 34% das necessidades da casa para esse produto. Portanto, a maior parte do feijão foi obtida pela via do mercado.

O peso relativo da farinha no total deste "gasto", considerando quantidades e preço do produto, é pequeno. Mesmo no caso de Fernando, a produção doméstica de leite, ovos e carne de galinha não altera significativamente este quadro.

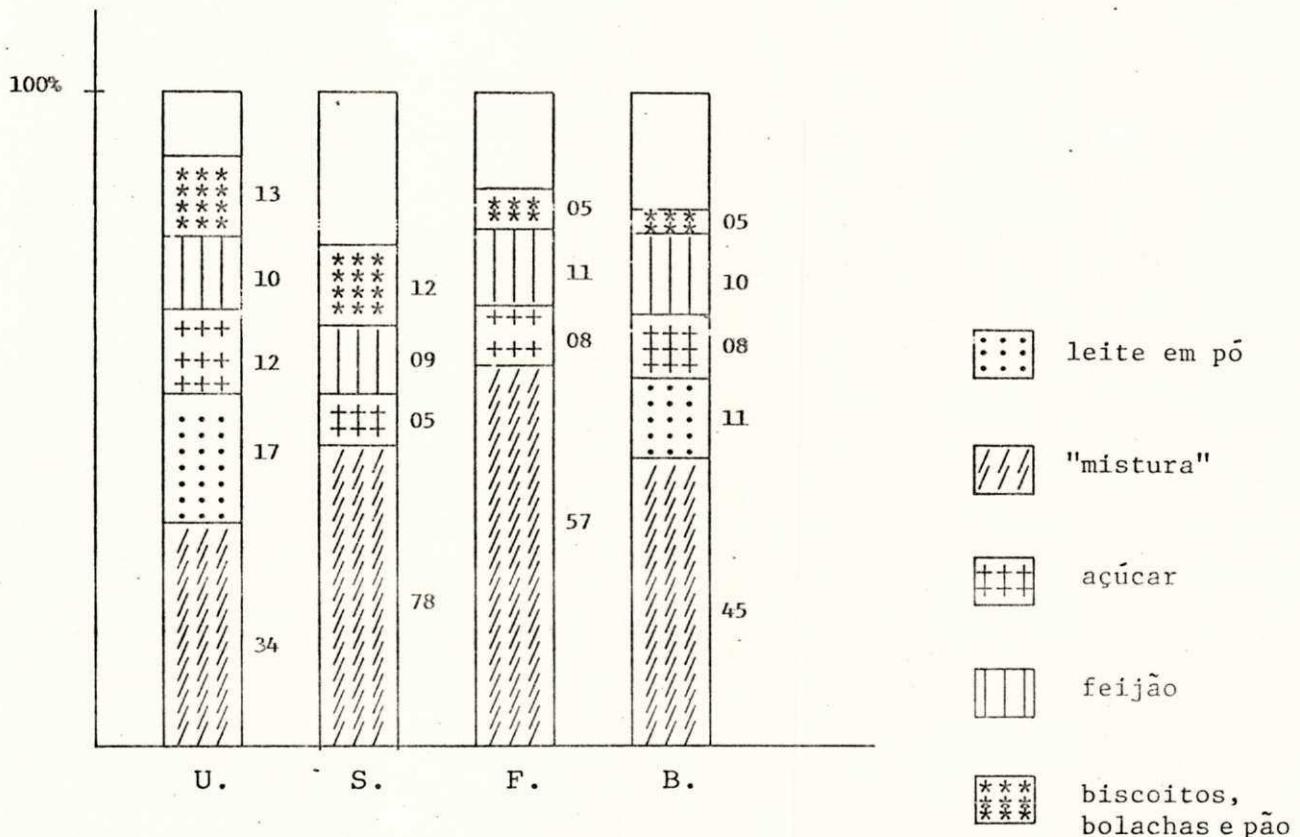
Podemos perguntar-nos as causas desta situação. É verdade que o ano foi muito ruim para as culturas alimentares. É também verdade que as UDs pesquisadas não priorizam o ciclo do consórcio da mandioca. Mas podemos afirmar que um ano agrícola melhor para o milho e o feijão, ou uma superfície maior para o consórcio da mandioca pouco alterariam a situação atual. Senão vejamos:

- aumentar a superfície plantada com mandioca não teria influência, na medida em que as necessidades de farinha já estão cobertas;
- uma maior produção de milho e feijão eliminaria as compras de feijão, talvez aumentaria um pouco a produção do "terreiro", mas não significaria mudança importante na proporção em que o roçado supre a casa de forma direta.

De tudo isto, concluímos que a maior parte da alimentação da casa é mediada pelo mercado e que, mantidos os níveis atuais de consumo alimentar, uma produção diferente no roçado em nada alteraria esta situação. Mesmo que as quatro UDs plantassem somente milho, feijão e mandioca, a maior parte da alimentação viria da feira.

Gostaríamos de nos deter um pouco na composição da "feira".

GRÁFICO Nº 03 - COMPOSIÇÃO DA "FEIRA".



Os cinco itens apresentados no gráfico representam entre 74% (no caso de Severino) e 86% (no caso de Ubaldo) das despesas de alimentação.

A presença do leite em pó em quantidades significativas nas UD's Bernardo e Ubaldo está relacionada com a existência de crianças pequenas, nos dois casos.

Dos dados sobre quantidades compradas na feira, o que mais impressiona quem não conhece a dieta das classes populares é o dado do açúcar. Durante 39 semanas de pesquisa, os

consumos de açúcar foram os seguintes:

	Consumo	média/semana
Ubaldo	110 kg	2,8 kg
Severino	95 Kg	2,4 Kg
Fernando	233 Kg	6 Kg
Bernardo	153 kg	3,9 kg

4.1.1.3 - Comparando as despesas alimentares

O estudo da despesas com alimentos nos fornece algumas informações sobre diferenças entre as UD's. Mas, para poder comparar a despesa de cada UD com alimentos, é necessário considerar a composição de cada família, pois não seria acertado considerar como equivalentes o consumo de uma casa com dois adultos e três crianças pequenas e de outra com oito adultos.

Vimos, ao estudar o acesso da unidade de produção ao trabalho produtivo, que os integrantes das UD's representam um potencial de mão-de-obra familiar, e que este potencial se realiza de maneira particular, no nosso caso.

Mas os integrantes das UD's não são somente "braços":

eles são também "bocas". Ou, de forma um pouco mais abrangente, consumidores.

TABELA Nº 20 - DISTRIBUIÇÃO DOS INTEGRANTES DA UD, SEGUNDO A IDADE E O SEXO.

Faixas de idade	Ubaldo		Severino ⁽⁵⁾ ₁		Severino ⁽⁵⁾ ₂		Fernando		Bernardo	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
0 - 1	1	1								1
2 - 4	2								1	1
5 - 7		1								
8 - 11				1						
12 - 15										
15 - 44	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1
45 - 54							1	1		
55 - 64				1						
65 e +			1							
TOTAL	4	3	2	3	1	1	4	4	2	3

(5) A UD - Severino é, enquanto conjunto de consumidores, um caso especial. Acontece que Severino casou durante o período da pesquisa, constituindo uma casa separada. Os dados por nós obtidos, no que diz respeito ao consumo, refletem esta realidade: a partir do mês de setembro a feira dele só cobre as despesas da nova casa. Embora apresentemos neste Capítulo os dados de Severino de forma consolidada, levaremos em consideração a formação da nova casa, fazendo uma ponderação ao calcular as "unidades consumidoras".

A distribuição dos membros das UD's segundo a idade e o sexo, nos mostra as diferenças existentes entre as diferentes casas, no que diz respeito ao consumo. É evidente que, a UD - Fernando, terá necessidades de consumo diferentes das da UD - Ubaldo. Mas esta última pode ser comparada com a UD - Bernardo, que, do ponto de vista do consumo, deveria ter necessidades bastante semelhantes. Para tentar levar em consideração estas questões, e para incorporar outros dados, como a viagem para São Paulo de um dos filhos de Fernando, ou a formação da nova casa na UD - Severino, decidimos calcular as Unidades de consumo (Uc) para cada UD. Este cálculo leva em consideração o "potencial de consumo" de cada membro, além da variável tempo. Assim terá o valor de uma unidade de consumo, o adulto masculino, com entre 15 e 44 anos de idade, presente durante os nove meses que durou a nossa pesquisa.

TABELA Nº 21 - COEFICIENTES PARA CÁLCULO DAS Uc (6)

Idades	Masc.	Fem.	Idades	Masc.	Fem.
0 - 1	0,1	0,1	15 - 44	1	0,8
2 - 4	0,4	0,4	45 - 54	0,9	0,7
5 - 7	0,6	0,5	55 - 64	0,8	0,6
8 - 14	0,8	0,7	65 e +	0,7	0,5

(6) Tirados de MARTINEZ & RENDON (1983, p, 38).

Aplicando estes coeficientes às UD's, e considerando, também, a variável tempo, chegamos a um valor em Unidades de consumo (Uc) para cada UD.

UD - Ubaldo	-	3,3 Uc.
UD - Severino	-	2,9 Uc.
UD - Fernando	-	6,4 Uc.
UD - Bernardo	-	2,7 Uc.

Se dividirmos o montante total gasto na feira por cada UD, pelas Unidades - consumo (Uc) em cada caso, o resultado é o seguinte:

TABELA Nº 22 - DESPESAS POR UNIDADE-CONSUMO

	Uc	Montante global de despesa	Despesa/ Uc
Ubaldo	3,3	1.776.680	583.388
Severino	2,9	3.272.250	1.128.362
Fernando	6,4	5.686.245	888.476
Bernardo	2,7	3.764.788	1.394.366

Estes dados nos dizem que, por cada cruzeiro que Ubaldo gasta, Bernardo gasta 2,4.

TABELA Nº 23 - CONSUMO POR Uc. (Em kg/Uc.)

	carne	feijão	farinha	arroz	açúcar
Ubaldo	14,03	31,91	35,45	8,64	33,33
Severino	33,83	31,38	37,59	14,65	32,75
Fernando	39,94	52,38	36,56	8,43	36,40
Bernardo	41,92	50,52	43,33	15,55	56,66 ⁽⁷⁾

O nosso cálculo do consumo per "capita consumidora" confirma os dados da tabela anterior. A UD - Bernardo é a maior consumidora de carne, farinha, arroz e açúcar. No consumo do feijão, ela tirou em segundo lugar. Se compararmos com a UD - Ubaldo o contraste é nítido: Bernardo consome quase tres vezes mais carne, além de consumir mais feijão (58%), mais farinha (22%), mais arroz (80%) e mais açúcar (70%).

(7) A simples título de curiosidade, este valor representa 207 g. de açúcar por dia, por Uc.

Mais adiante, tentaremos estabelecer uma ligação entre o que acontece na casa e o que acontece no roçado.

4.1.2 - Os outros "gastos" da casa

É evidente que a casa não consome somente alimentos. Muitos outros bens são necessários para a sua vida. E, na esmagadora maioria, eles vêm do mercado (8).

Apresentaremos, a seguir, os dados colhidos sobre as despesas globais da casa, agrupadas em seis rubricas, incluindo a alimentação recém analisada:

- Habitação - inclui despesas de construção, compra de mobília e equipamentos, reparações.
- Alimentação.
- Limpeza e acessórios - inclui artigos de limpeza, perfumaria, fósforos, querosene, etc.
- Roupas, calçados.

(8) Nos casos estudados não houve compra de combustível para cozinhar. Um agricultor dedicou um tempo para produzir carvão. Outros utilizam, provavelmente, lenha, que é produto de coleta.

- Gastos de Saúde - são, principalmente, remédios.
- A rubrica "Outros Gastos" reúne uma série de despesas heterogêneas: transportes, lanches, presentes, etc. Um dos agricultores financiou a viagem do filho para São Paulo: esta despesas aparece nesta rubrica.

TABELA Nº 24 - GASTOS DA CASA (I)

(Em cruzeiros, Dados de 9 meses)

	Ubaldo		Severino		Fernando		Bernardo	
Habitação	37.000	% 2	1.766.000	% 27	140.000	% 1	969.000	% 15
Alimentação	1.776.680	78	3.272.250	49	5.686.245	60	3.764.788	58
Limpeza e acessórios	236.100	10	389.800	6	556.050	6	339.675	5
Roupas, calçados, etc.	14.400	1	431.000	6	1.287.000	13,5	1.074.800	16,5
Gastos de saúde	117.100	5	120.200	2	1.234.800	13,0	223.800	3
Outros gastos	96.900	4	646.900	10	620.500	6,5	145.300	2,5
TOTAL	2.277.880	100	6.626.150	100	9.525.095	100	6.517.363	100

A nossa pesquisa de campo fornece dados para uma reflexão sobre os tempos diferentes que caracterizam os diferentes consumos. (Cf. GARCIA Jr., 1983, p. 139).

Na Tabela nº 24 podemos observar que duas UDs fizeram gastos importantes na rubrica Habitação. Já mencionamos que Severino casou durante o ano da pesquisa: nos meses em que houve registro, aparecem despesas de acabamento da casa (que foi construída antes de abril, primeiro mês da nossa pesquisa) e, sobretudo, de compra de mobília. No caso de Bernardo, ele estava comprando material para construir uma casa, já que morava na casa de um irmão que estava no Rio de Janeiro.

As outras duas UDs fizeram gastos pequenos, nesta rubrica.

Podemos compreender que a periodicidade de gastos vultosos neste item, é bem particular. De fato, eles são uma exceção.

Para estudar as proporções dos outros gastos, eliminamos o item Habitação.

TABELA Nº 25 - GASTOS DA CASA (II)

(Em %, Dados de 9 meses)

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Alimentação	79	67	60	68
Limpeza, etc.	11	8	6	6
Roupas, calçados	1	9	14	19
Gastos de saúde	5	3	13	4
Outros gastos	4	13	7	3
	100	100	100	100

A leitura desta tabela nos fornece elementos que sustentam uma intuição levantada nos nossos frequentes contatos com os agricultores durante a pesquisa. A idéia era que, quem manejava menos dinheiro dedicava, proporcionalmente, mais à alimentação. Ou seja, quanto maiores os recursos de um agricultor, seu gasto com alimentação podia ser maior em termos absolutos, mas em termos relativos ele dedica mais recursos para outros gastos. Os dados parecem confirmar esta idéia. Na Tabela nº 24. podemos ver que, enquanto Fernando tem o maior "orçamento" de consumo, Ubaldo tem o menor. Na Tabela nº 25. podemos observar que Ubaldo gasta mais, proporcionalmente, em alimentação, enquanto com Fernando acon-

tece o contrário. Se tomarmos o conjunto alimentação + despesas com artigos de limpeza, querosene, etc, constatamos que Ubaldo gasta 90% nestes itens, enquanto para Fernando estes gastos representam 66%.

Também aparecem diferenças importantes no item Roupas e Calçados: as UDs - Fernando e Bernardo - sobretudo este - dedicam-lhe uma parte significativa dos seus orçamentos.

As despesas com roupas e calçado não se distribuem de maneira igual em todos os meses de pesquisa, comprovando aqui, também, uma periodicidade específica. No caso de Fernando, isto fica muito claro: os gastos dos meses de junho (São João) e dezembro (Natal) representam quase 90% do total do item. No caso de Bernardo, estas despesas estão um pouco mais distribuídas, mas há uma concentração marcada nos meses de novembro e dezembro (estes dois meses representam 67% do gasto total). Achamos que a periodicidade não está marcada, somente pela tradição (as Festas Juninas ou Natal). É preciso considerar que a colheita do abacaxi, sendo no segundo semestre, torna o final do ano uma época mais "folgada", no que diz respeito à disponibilidade monetária. Esta idéia é apoiada pelo comportamento de Severino, que gastou mais de 70% do seu orçamento de "roupas e calçados", no mês de outubro. Foi precisamente quando recebeu a maior parte do dinheiro da venda do abacaxi.

De qualquer forma, seja por um motivo ou por outro, o que ficou claramente demonstrado foi que os prazos em que se fazem estas despesas são específicos - e é neles onde se pode avaliar as situações de "privação" (GARCIA Jr., 1983, p. 139).

Devemos dizer que, pela própria forma da nossa pesquisa, certamente há gastos que escaparam à coleta. É provável, por exemplo, que muitos gastos dos filhos de Fernando, já homens, não apareceram nas nossas fichas. Mas achamos que os dados colhidos são suficientes para dar uma idéia do que acontece neste domínio.

Este Capítulo nos permitiu captar a importância da mediação do mercado no que diz respeito ao consumo da casa. Lembremos que os dados colhidos em campo nos mostraram que a maior parte do "gasto" alimentar era mediado pelo mercado. Isto significa que o auto-consumo não tem grande peso para nenhuma das quatro UDs estudadas, mesmo que possam existir pequenas diferenças entre elas.

Mas o estudo do consumo da casa faz aparecer diferenças entre as UDs. Em primeiro lugar, há diferenças na magnitude total do gasto. Temos assim que o "gasto" familiar de Fernando é mais que quatro vezes maior que o de Ubaldo. É verdade que as necessidades não são idênticas, já que a composição da unidade doméstica não é a mesma. Como veremos em Capítulo posterior, magnitudes de consumo diferentes exigem, também, níveis de renda diferentes. Quando observamos a composição do "gasto" familiar em termos relativos, constatamos algumas diferenças interessantes: observa-se que, quanto maior é o "gasto" total da casa, menor é a importância relativa da alimentação. No outro extremo, temos que, quanto menor é o gasto total, maior é a parte proporcional da alimentação. Isto tem muita semelhança com o que

se diz do consumidor em geral: é bem sabido que o consumo do pão não acompanha, diretamente, o aumento global da renda. Ou seja, os grupos consumidores mais ricos dedicam uma parte menor da renda à alimentação. Isto, para nós, é um claro indício de que seria muito interessante fazer um paralelo entre os pequenos agricultores e os grupos urbanos, do ponto de vista do consumo. Aparece, aqui, outro campo para pesquisas futuras.

Os dados sobre o consumo alimentar nos fornecem elementos para a reflexão em outra direção. Constatamos que há diferenças importantes entre as UDs, no consumo alimentar per capita. Para ilustrar este ponto, podemos lembrar os casos de Ubaldo e Bernardo: temos duas famílias com estruturas semelhantes no que diz respeito ao ciclo doméstico. A família de Ubaldo conta com 3,3 Uc, a de Bernardo, 2,7 Uc. Poder-se-ia supor que as necessidades alimentares e, portanto, os gastos com esta rubrica (na medida em que o alimento que vem diretamente do roçado não tem grande importância), seriam semelhantes. Os dados colhidos mostraram um quadro muito diferente: há diferenças significativas, tanto nas despesas monetárias como nas quantidades consumidas, tanto no volume total como no volume per capita. Esta pequena constatação abre uma série de interrogações para nós. Neste contexto, o que é subsistência? É bastante claro que o consumo de Ubaldo satisfaz o famoso "mínimo vital" (ou, pelo menos, temos o sentimento de que o consumo desta família situa-se num padrão nitidamente superior ao consumo médio das famílias de pequenos agricultores da região). Então, como é que se justificam gastos 2,4 vezes maiores nes-

ta rubrica para a família de Bernardo? Parece-nos que, neste caso, não adianta muito falar em "mínimo socialmente determinado", já que as "determinações" valem para ambos agricultores. Estes dados parecem contradizer, de certa maneira, a idéia de que o pequeno agricultor restringe ao máximo o seu consumo, ou para sobreviver ou para aumentar a escala de sua produção. Parece-nos que estes fatos estão ligados à idéia duma lógica de consumo ou, de maneira mais geral e mais simples, a uma lógica de consumidor.

CAPÍTULO - 5

ROÇADO E MERCADO

Ao analisar as relações da economia camponesa com o mercado, TEPICHT (1973, p. 88) divide os contatos externos da unidade de produção em duas categorias:

- "intensidade externa I", definida como a compra de meios de produção (e trabalho, parênteses nossos).
- "intensidade externa II", definida como venda de produtos.

É destas duas "intensidades" ou, da relação entre roçado e mercado, que trataremos neste capítulo.

5.1 - AS DESPESAS DO ROÇADO

Ao tratar dos ciclos produtivos (Capítulo 2) e do acesso aos diversos "fatores simples" de produção (Capítulo 3) tivemos oportunidade de constatar que o próprio

funcionamento do roçado estava intimamente ligado ao mercado. Isto se verificou com os meios de produção (os insumos e, em certos casos, a terra) e, também, com o trabalho.

Apresentamos, a seguir, os dados colhidos sobre as despesas do roçado, durante os nove meses que durou a nossa pesquisa.

TABELA Nº 26

GASTOS DO ROÇADO

(Em Cruzeiros, Dados de 9 Meses)

	Ubaldo		Severino		Fernando		Bernardo	
<u>Gastos de operação</u>		%		%		%		%
Mão de obra	167.000	15	1.296.000	74	3.359.000	16	3.591.000	37
Insumos	25.700	2	71.500	4	1.188.500	6	114.500	1
Serviços (1)	-		-		843.000	4	120.000	1
Acesso à terra	-		-		-		1.000.000	10
Custos financeiros	897.000	80	391.000	22	12.276.000	57	1.841.000	19
Animais	30.000	3	-		3.400.000	16	2.852.000	30
Instrumentos de trabalho	--		-		328.000	1	138.000	2
Total Gastos de operação	1.119.700	100	1.758.500	100	21.394.500	100	9.656.500	100
Investimentos	-		-		16.000.000		-	
TOTAL	1.119.700		1.758.500		37.394.500		9.656.500	

(1) Serviços inclui, sobretudo, o aluguel de trator.

Nesta tabela distinguimos os "gastos de operação" e os investimentos. Basicamente, o critério utilizado foi o seguinte: são "gastos de operação" aqueles que devem ser renovados ano a ano, enquanto que investimento é o gasto que significa um acréscimo no patrimônio do agricultor. Foi nesta perspectiva que consideramos a compra de animais como "gasto de operação", já que ela se destina a repor animais vendidos e "gastos" no ciclo do abacaxi. Consideramos, então, estas compras de animais como "insumos" do ciclo pecuário.

A compra (de "meia") de um caminhão por Fernando foi considerada como investimento e, como tal, excluída dos "gastos de operação".

Nos casos de Ubaldo e Severino, podemos dizer que, virtualmente, a totalidade dos gastos foi feita no ciclo do abacaxi: a contratação de alguns poucos dias de trabalho para os outros ciclos, não têm relevância.

No caso de Bernardo, podemos afirmar que 20% dos gastos não foram com abacaxi. Este agricultor gastou, perto do final do ano, uma quantia relativamente importante para reconstituir o seu pequeno rebanho (duas cabeças bovinas).

Já Fernando, não somente comprou animais para repor os que tinham sido vendidos, como gastou na implantação de pastagens e no conserto de cercas. Podemos avaliar o total de gastos do ciclo pecuário em:

- compra de animais	Cr\$ 3.400.000
- insumos (arame)	Cr\$ 190.000
- mão de obra (49 d.)	<u>Cr\$ 448.000</u>
	Cr\$ 4.038.000

Este gasto representa 18% dos gastos "operacionais". Deveríamos, porém, imputar a este ciclo uma parte dos custos financeiros pagos por Bernardo. Infelizmente, não possuímos este dado.

A análise da estrutura dos "gastos de operação" viu-se dificultada pelo prazo de nossa pesquisa. Como os agricultores começaram o trabalho no roçado em momentos diferentes, surgiram diferenças muito grandes. Não aparecia, por exemplo, o custo do adubo. Estes fatores alteravam, significativamente, a estrutura dos "gastos de operação" do roçado. Para tentar contornar o problema, construímos a Tabela nº 27. Nela, estimamos os "gastos operacionais" feitos no primeiro trimestre de 1985, e os somamos aos dados apresentados na Tabela anterior (2).

(2) Para fazer esta estimativa, utilizamos dados colhidos em entrevistas com os quatro agricultores. A estimativa inclui o custo do fertilizante e um cálculo dos gastos com mão-de-obra, a partir do número de dias contratados e o preço da diária vigente na época.

TABELA Nº 27

GASTOS DO ROÇADO, ESTIMADOS PARA O ANO DE 1985
(em cruzeiros)

	Ubaldo		Severino		Fernando		Bernardo	
<u>Gastos da operação</u>		%		%		%		%
Mão de obra	567.000	27	1.616.000	52	6.159.000	21	4.691.000	33
Insumos	618.700	29	1.095.500	35	5.288.500	18	3.186.500	22
Serviços	-		-		2.113.000	7	620.000	4
Acesso à terra	-		-		-		1.000.000	7
Custos financeiros	897.000	43	391.000	13	12.276.000	42	1.841.000	13
Animais	30.000	1	-		3.400.000	11	2.852.000	20
Instrumentos de trabalho	-		-		328.000	1	138.000	1
Total gastos de operação	2.112.700	100	3.102.500	100	29.564.500	100	14.328.500	100
Investimentos	-		-		16.000.000		-	
TOTAL GASTOS	2.112.700		3.102.500		45.564.500		14.328.500	

O primeiro comentário que sugere esta tabela é a diferença existente entre os montantes totais de "gastos de operação". Temos assim, que Fernando gasta no roçado quase quinze vezes mais do que Ubaldo. Existe uma relação clara entre quantia gasta e tamanho do roçado (principalmente o roçado de abacaxi), embora esta relação não seja linear: o roçado de abacaxi de Fernando é pouco mais de dez vezes maior que o de Ubaldo.

Outro dado que apareceu de maneira inequívoca, e que, de certa forma, nos surpreendeu, foi o peso dos custos financeiros. Estes custos são, exclusivamente, juros pagos ao banco, sejam de crédito agrícola, sejam dos créditos "comerciais" (3). Falamos em surpresa, porque a importância destes custos só nos foi revelada pelo trabalho de sistematização dos dados da nossa pesquisa. No discurso dos agricultores, não aparece o peso dos juros. Em geral, existe uma conotação positiva associada ao crédito agrícola. Não é fácil ter acesso "ao banco" e considera-se feliz quem o consegue. Devemos lembrar que, em 1985, as condições do crédito agrícola (juros de 35% ao ano, sem correção monetária) eram muito favoráveis, devido à inflação. (Voltaremos a discutir esta questão mais adiante).

Parece que existe um padrão no comportamento da proporção da mão-de-obra no gasto total, que seria mais ou menos assim:

(3) Créditos de curto prazo (60 ou 90 dias).

- No primeiro estágio, e num roçado pequeno, a mão-de-obra familiar dá conta duma boa parte do trabalho. São pequenos o gasto total e a proporção da mão-de-obra (caso Ubaldo).

- O roçado vai crescendo e, junto, cresce a necessidade de mão-de-obra assalariada (caso Severino).

- No terceiro estágio, o roçado continuou crescendo, as necessidades de mão-de-obra assalariada crescem, mas não tanto quanto os outros custos. Em consequência, a importância relativa dos salários diminui (casos Fernando e Bernardo).

Note-se, também, que os serviços (basicamente o aluguel do trator) aparecem somente em dois casos, nas UD's com maiores gastos. O peso deste item nos custos totais é, relativamente, pequeno.

5.2 - O ROÇADO, PRODUTOR DE MERCADORIAS

Nas UD's pesquisadas, o roçado se apresenta não só como comprador, mas, sobretudo, como vendedor de produtos. É através desta venda que, em princípio, o agricultor poderá fazer face aos vultosos gastos monetários feitos tanto para

satisfazer o consumo da casa, como para conduzir o próprio roçado.

TABELA Nº 28 - AS VENDAS DO ROÇADO

(Em cruzeiros, Dados de 9 meses)

Produto	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Abacaxi (e mudas)	-	7.500.000	19.980.000	14.850.000
Milho (e milho "verde")	240.000	-	-	400.000
Outros produtos agrícolas (urucúm, pimenta-do-reino).	-	708.000	-	112.500
Produtos animais (bovinos, caprinos)	-	-	7.300.000	1.644.000
TOTAL	240.000	8.208.000	27.280.000	17.006.500

Como nas tabelas referentes ao consumo e ao gasto no roçado, esta tabela faz aparecer diferenças notórias entre as quatro UDs. Esta situação está estreitamente ligada ao tamanho do roçado e ao uso da terra. Lembramos, por exemplo, que Ubaldo tem o menor roçado e, em 1984, não conseguiu plantar abacaxi. O único produto do roçado que foi vendido foi o milho, colhido na parcela de abacaxi plantada em 1985.

No caso de Severino, também se percebe a relação entre ciclos presentes e produtos vendidos.

As vendas de Bernardo aparecem como bastante diversificadas. Apesar da sua parcela de abacaxi colhida em 1985 ter sido de 2,8 ha., ele só controlava a metade do produto, sendo que aquela parcela era "de meia". Assim, podemos considerar o valor de venda de, apenas, 1,4 ha. de abacaxi.

Bernardo também vendeu mudas e milho "verde" de uma das parcelas de abacaxi plantadas em 1985. Ele colheu e vendeu alguns Kgs de urucúm (cedido por Fernando) e vendeu as suas duas cabeças de gado.

Já Fernando vendeu produtos dos seus dois principais ciclos produtivos.

5.3 - A COMERCIALIZAÇÃO, SEGUNDO OS AGRICULTORES DE POÇO COMPRIDO

"P.L. não era ninguém. Agora é um homem muito rico, graças ao comércio do abacaxi".

A frequência com que frases como esta apareceram nas inúmeras conversas mantidas com pequenos agricultores da região de Poço Comprido, fez com que voltássemos a nossa atenção para a questão da comercialização.

É que, de início, a nossa preocupação era com o funcionamento das próprias unidades domésticas, com a relação casa-roçado e a forma como o mercado poderia intervir nesta relação. Embora conscientes de que o mercado é ponto nevrál-

gico, onde as unidades domésticas entram em contato com o modo de produção dominante (4), não nos propusemos a estudar a exploração do camponês, via mercado. Mas a própria dinâmica da pesquisa de campo fez com que coletássemos material interessante, sobre a questão.

Será, portanto, nosso propósito neste Capítulo, apresentar este material, como primeira aproximação do que é o mercado do abacaxi. Sendo a nossa fonte, exclusivamente, os pequenos agricultores, a exposição terá a marca dessa visão. Para compreender melhor a dinâmica deste mercado e, através dela, entender melhor os mecanismos e as dimensões da exploração dos pequenos produtores, outros estudos são necessários e, até, urgentes.

5.3.1 - As práticas comerciais

Como se vende a produção de abacaxi?

Dissemos, anteriormente (Capítulo 2), que o agricultor não colhe o abacaxi: ele vende o fruto na parcela.

(4) Existem inúmeras referências na literatura sobre a exploração campo-nesa através do mercado de produtos. Desde a famosa demonstração de Marx de como o "camponês parcelário" é capaz de continuar produzindo a um preço muito abaixo (Le Capital, Livre III, 1977. p. 727-736), muitos autores trabalharam esta questão. Citemos CEPAL (1982, p. 81-83), SHANIN (1976 p. 34), BARTRA (1982, p. 74-85). Para uma análise de um caso concreto no Brasil, ver o trabalho de José Vicente TAVARES (1984, Capítulo III - "A subordinação do trabalho camponês ao capital").

Assim, o agricultor "vende o campo". Isto significa que vende a produção duma superfície plantada com abacaxi. Esta prática é generalizada, não somente no município de Araçagi, mas em toda a região produtora de abacaxi na Paraíba (5).

É possível, para o agricultor, vender o campo em qualquer momento, uma vez plantado. GRABOIS & NOGUEIRA AGUIAR afirmam:

"Os pequenos, geralmente, vendem o campo pouco tempo depois de formá-lo, com um ou dois meses, porque a sua manutenção é cara e eles dispõem de poucos recursos financeiros". (1982, p. 27)

As UDs estudadas, talvez porque dispõem de recursos financeiros, vendem o campo quase na época de colher: Severino vendeu o seu campo em julho, sendo a colheita realizada em final de setembro/início de outubro. A parcela de Bernardo foi vendida em julho e colhida em outubro. No caso de Fernando não foi diferente. Em todos os casos a parcela tinha sido "queimada" (6), estando os frutos em plena formação.

A fixação do preço duma parcela é função da superfície, claro, e do "estado geral" da cultura: um abacaxi "bom" terá

(5) GRABOIS & NOGUEIRA AGUIAR (1982) registraram essa prática nos municípios de Marí e Sapê.

(6) Nome dado pelos agricultores à prática de aplicar o indutor floral.

melhor preço que um abacaxi "fraco". Mas a cotação do ha. é um dado por todos conhecido e parece supra-determinada (os preços fixados pelas indústrias transformadoras jogando um papel essencial neste processo). Existe, teoricamente, um espaço de concorrência entre compradores, mas na prática "estão todos combinados".

Nestas condições, diferenças de 10 ou 20% na produção parecem influir pouco no preço de venda duma parcela. Explica-se, facilmente, porque os agricultores não plantam nas densidades recomendadas pela assistência técnica: plantar mais pés por ha. significa mais dificuldades no plantio e na limpa, e a diferença paga pelo comprador é muito pequena. Segundo Bernardo, "plantar mais apertado só é vantagem para o comprador". Assim, vemos como o adensamento do abacaxi, uma variável tipicamente técnica, adquire importância na reflexão sócio-econômica.

Normalmente o comprador, ao fechar o "negócio", paga uma parte do valor acertado. Por exemplo, quando Severino vendeu a sua parcela em julho, recebeu Cr\$ 2.000.000 sobre um total de Cr\$ 7.500.000. Já Bernardo recebeu várias parcelas: Cr\$ 2.000.000 em julho, Cr\$ 500.000 em setembro e Cr\$ 500.000 em outubro, sobre um total de Cr\$ 14.600.000 (7). A liquidação se faz, em princípio, no momento da colheita ou pouco tempo depois. É importante destacar que o saldo é sobre o preço acertado no momento da transação, não havendo juros nem correção monetária alguma. Ou seja, a liquidação

(7) Este foi o valor líquido, já descontado a "meia" de Fernando.

do saldo não tem nenhuma relação com o preço vigente no mercado no momento da liquidação. Assim, Severino recebeu o saldo de Cr\$ 5.500.000 em outubro, e Bernardo recebeu Cr\$ 11.600.000 em novembro.

É frequente que um comprador venda um roçado para outro negociante antes da colheita. Foi o que aconteceu com o roçado de Severino. O comprador, filho do lugar, vendeu o campo para um negociante do Rio Grande do Norte. Porém Severino não teve relação nenhuma com este segundo comprador: ao ser colhido o abacaxi, Severino ia "cobrar o seu dinheiro a quem tinha comprado dele".

GRABOIS e AGUIAR retratam, nos municípios de Marí e Sapé, uma situação semelhante. Esta prática é comum e constituiu-se em verdadeiro mercado paralelo de campos de abacaxi.

"Esta operação [de venda do campo] é, na verdade muito complexa, assumindo frequentemente, um caráter especulativo, passando o mesmo campo por vários compradores. Afirmou um pequeno proprietário: "Isso é igual a gado: o sujeito compra aqui e vende ali".

(GRABOIS & NOGUEIRA AGUIAR, 1982, p. 27)

Numa situação destas, tem vantagem quem pode vender mais perto da colheita, já que o período entre o "acerto" e a liquidação é menor e, conseqüentemente, as perdas devido à inflação também são menores. Mas geralmente, ao chegar o mês de julho, os agricultores precisam de dinheiro, já que o

crédito de custeio foi consumido no primeiro semestre. Em certos casos, há acontecimentos especiais que implicam em despesas, como no caso de Severino e seu casamento.

Mas esta pressa, na região de Poço Comprido, não chega a obrigar os agricultores a venderem um roçado de abacaxi no primeiro ano. De fato, durante o tempo da nossa pesquisa chegou um comprador oferecendo Cr\$ 7.000.000 por ha. de abacaxi no primeiro ano, quando o preço do ha. estava em torno de Cr\$ 10.000.000, mas ninguém vendeu.

Um detalhe importante é que raríssimos são os compradores que comprometem recursos próprios no negócio. É que muitos deles operam por conta das indústrias. E estas adiantam um dinheiro para estes compradores. Também falava-se que o banco emprestava dinheiro para os negociantes. Como a maior parte do pagamento é feita depois da colheita, de fato os negociantes pagam ao agricultor com o dinheiro recebido da própria venda do abacaxi.

5.3.2 - O mercado do abacaxi

Em várias entrevistas colhemos informações sobre este mercado. Existiriam em torno de quatorze indústrias de transformação de abacaxi, no Nordeste. Em João Pessoa há algumas fábricas pequenas, em Pernambuco há a Maguary. Mas, a maior indústria da região, e que, ao que tudo indica, tem um papel muito importante na fixação dos preços, fica em Sergipe (Estância). Esta última possui um agente de compra na ci-

dade vizinha de Sapé.

Mas existe outra possibilidade para o escoamento da produção: a venda do fruto fresco, para consumo direto. Contribui para isto o prestígio do abacaxi do município de Aracagi, considerado de excelente qualidade para esse fim. Guarabira é uma possibilidade, mas é uma "praça pequena" (8). João Pessoa é outra possibilidade. Existem a CEASA e vários compradores pequenos. Alguns comerciantes locais têm contatos no Rio Grande Grande do Norte, que se torna, assim, outra alternativa.

5.3.3 - Uma estimativa dos lucros do "negócio"

Diante da nossa insistência, alguns agricultores arriscaram estimativas da produção física dos seus roçados, vendidos em 1985. A partir deste dado e do preço médio do fruto na época da colheita, podemos ter uma primeira aproximação da margem bruta do negociante.

(8) Severino avaliou a demanda de Guarabira em quinze mil frutos semanais. Sabendo que um ha. rende, em média, uns vinte e dois mil frutos, percebe-se que este mercado não é muito significativo.

No caso de Severino, ele avaliou a colheita da sua parcela em dezesseis a dezoito mil frutos. Sabendo que esta parcela era de excelente qualidade e que, na época da colheita, um fruto bom se vendia, no mínimo, por Cr\$ 1.000, temos que o valor bruto mínimo obtido pelo comprador foi entre 16 e 18.000.000 Cr\$. Lembramos que Severino recebeu, por esta parcela, a quantia de Cr\$ 7.500.000.

Bernardo estimou que da sua parcela vendida em 1985 saíram cinquenta mil frutos "bons". Na época da colheita o preço do fruto era de Cr\$ 1.200 a 1.500. De onde temos que o valor bruto deste roçado ficou entre Cr\$ 60.000.000 e Cr\$ 75.000.000, enquanto que o custo, para o negociante, foi de Cr\$ 29.000.000.

É verdade que os negociantes também têm custos. Da margem bruta devem ser deduzidos os custos com colheita e transporte. Em certos casos, é o comerciante que paga o ICM.

Temos um exemplo mais detalhado, com o caso de Fernando. Como veremos mais adiante, este agricultor decidiu tentar a sua sorte na comercialização, em parceria com outro agricultor de Poço Comprido. Eles compraram vários pequenos roçados, totalizando 1,5 ha., por um valor de Cr\$ 15.000.000.

Para colher este abacaxi eles pagavam, na época, Cr\$ 180.000 de salários por caminhão carregado. Como cada caminhão carregava dois mil e quinhentos frutos e a estimativa do produto do roçado era de uns trinta e três mil frutos, calculamos que eles gastaram, com a colheita, em torno de Cr\$ 2.300.000. Existem, além da mão de obra, gastos com combustível (já que eles eram proprietários do caminhão),

que segundo os dados fornecidos ficariam em torno de Cr\$ 700.000. Eles pagaram também ICM: a taxa na época era de Cr\$ 80 por fruto. Isto significa Cr\$ 2.640.000 para o total colhido. Devemos dizer, porém, que achamos muito difícil que, mesmo os nossos comerciantes "novatos", tenham pago integralmente o ICM. Mesmo incluindo o ICM, temos então os seguintes gastos:

- Compra do abacaxi:	Cr\$ 15.000.000
- Mão de obra para colheita:	Cr\$ 2.300.000
- Combustível:	Cr\$ 700.000
- ICM:	<u>Cr\$ 2.640.000</u>
Total de gastos:	Cr\$ 20.640.000

No momento da entrevista eles tinham vendido dez mil frutos ao preço de Cr\$ 900 por fruto. A expectativa de preço para o restante era de Cr\$ 900 a Cr\$ 1.000 por fruto. A receita estimada ficou, então, entre Cr\$ 29.700.000 e Cr\$ 32.000.000.

Assim, o lucro estimado fica entre Cr\$ 9.060.000 e Cr\$ 11.360.000, lembrando-se que estes são valores mínimos, dados os "arranjos" possíveis para diminuir o ICM, dada também a possibilidade de obter melhores preços pelo produto.

Realmente, tudo indica que negociar com abacaxi é uma atividade interessante...

5.3.4 - Quem são os comerciantes?

Temos informação sobre os compradores dos roçados das UDs pesquisadas.

Quem comprou o roçado de Severino foi o "filho de A.M.". Este A.M. é pequeno proprietário (umas 25 ha.) do povoado de Poço Comprido. O filho também é agricultor: planta abacaxi (umas 3 ha.) em terra arrendada. Mas a atividade principal dele era mesmo o comércio de abacaxi, exercido há muitos anos. Era proprietário de um caminhão, uma caminhonete e uma Ford Pampa. Ligado aos políticos locais, era vereador, pelo PDS.

No caso de Fernando e, em consequência, de Bernardo (9), quem comprou toda a produção foi P.L., fazendeiro do lugar. Pelo que disseram os nossos informantes, ele tem acesso a dinheiro da "usina". Nós já vimos, anteriormente, que P.L. arrenda terra para Fernando. Este foi o caso do roçado "da meia" de Fernando com Bernardo. Lembramos que, quando é para Fernando, P.L. não exige o "foro" da terra por adiantado. Mas, em compensação, o Fernando lhe vendeu não somente o abacaxi tirado da terra dele, como todo o resto. Tanto o abacaxi próprio como o dos roçados de "meia". No total, foram uns 10,5 ha. No caso de Fernando, o P.L. não liquidou o débito no momento da colheita: ao entrevistá-lo no mês de abril de 1986, ele tinha um pequeno saldo por receber, da colheita de 1985.

(9) É praxe, nos casos de parceria, que seja quem "dá a meia" quem vende o abacaxi. Em geral, ele consulta o "meeiro".

Vimos, anteriormente, que Fernando estava tentando entrar no ramo da comercialização. Junto com um outro agricultor, comprou um caminhão pequeno e ambos se lançaram na atividade. Como já dissemos, eles compraram em 1985, 1,5 ha. de abacaxi para comercializar. Note-se que tiveram que pagar este abacaxi quase que no ato da compra: é que, ao serem "fracos" isto se tornou necessário. Ou, dito de outra maneira, ao não terem tradição no ramo e não contarem com um capital importante, eles foram obrigados a pagar "adiantado".

Para a campanha de 1986, Fernando e o seu sócio entraram em contato com o "gerente" que a indústria sergipana mantém em Sapé. A esperança deles era que esta fábrica lhes atribuisse uma "cota". Isto significaria a garantia, pela fábrica, da compra de "x" toneladas de abacaxi deles. Isto permitiria, aos dois novos negociantes, obter recursos adiantados para a atividade comercial. Segundo os mesmos, a fábrica fornece em torno de 30% do valor da "cota" como adiantamento. Este dinheiro sai através da cooperativa de Sapé. Para poder ter direito a este adiantamento, Fernando e o sócio se associaram à Cooperativa. Estava nos planos deles usar uma parte do adiantamento da "usina" para trocar o caminhão por outro maior.

Existe, certamente, outros tipos de comerciantes de abacaxi. Segundo alguns trabalhos consultados (10), na região de Sapé há comerciantes ligados a importantes firmas

(10) BRITO, A.C. (1980) e GRABOIS, J. e NOGUEIRA AGUIAR, M.J. (1982)

comerciais do Sul do país.

Mas o que impressiona é a unanimidade existente entre os agricultores sobre o comerciante de abacaxi: é esta personagem quem "lucra" com a cultura. É assim que P.L., que "não era ninguém, hoje é um homem rico, graças ao comércio do abacaxi".

Concluimos, então, que o roçado está ligado ao mercado.

O roçado "gasta" com insumos (onde incluímos a reposição do rebanho) e mão-de-obra, mas também com serviços e juros. Podemos falar, assim, da monetarização da reprodução do roçado: a UD já não encontra no seu seio, nem os braços suficientes, nem o roçado tem condições de repor, em si mesmo, as condições de produção. Em particular, aparece uma nova forma de reposição da fertilidade, que passa pelo mercado.

Por outro lado, o roçado é um produtor de mercadorias. O abacaxi aparece como produto comercial fundamental. Mas as UDs que têm um ciclo pecuário, mesmo incipiente (caso de Bernardo), obtem receitas importantes da venda de produtos animais.

É fácil perceber que a escolha do abacaxi, sobretudo se comparado a um outro tipo de uso da terra (como, por exemplo, plantar somente o consórcio da mandioca), é, em grande parte, responsável por esta estreita ligação entre roçado e mercado. Neste quadro, cobra especial importância a comercialização do abacaxi.

Neste Capítulo, tentamos apresentar algumas informações sobre as práticas comerciais, que influenciam as decisões e os resultados econômicos dos pequenos agricultores. Apresentamos, também, alguns dados sobre a dimensão deste mercado, os "lucros" e os comerciantes do abacaxi. No próximo Capítulo, tentaremos estabelecer a relação entre os gastos da casa e do roçado, com as receitas da UD.

CAPÍTULO 6

CASA, ROÇADO E MERCADO

Tendo analisado o roçado, a casa e as relações que cada um destes elementos mantêm com o mercado, cabe agora tentar fazer a síntese, integrando outros elementos.

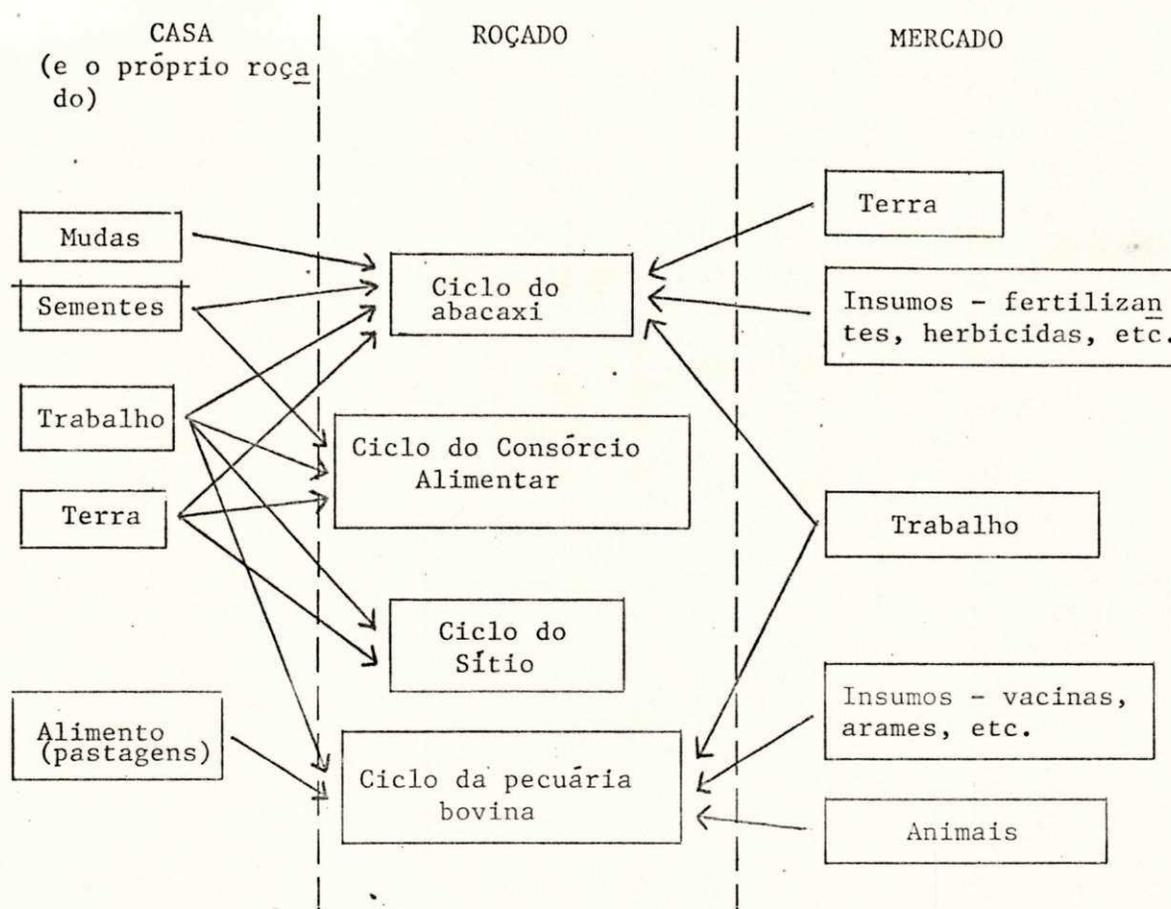
6.1 - OS FLUXOS FÍSICOS

Vimos anteriormente que o roçado obtém de si mesmo em ciclos anteriores (1), da casa e do mercado, as condições de se reproduzir.

Vamos tentar reproduzir isto no esquema seguinte:

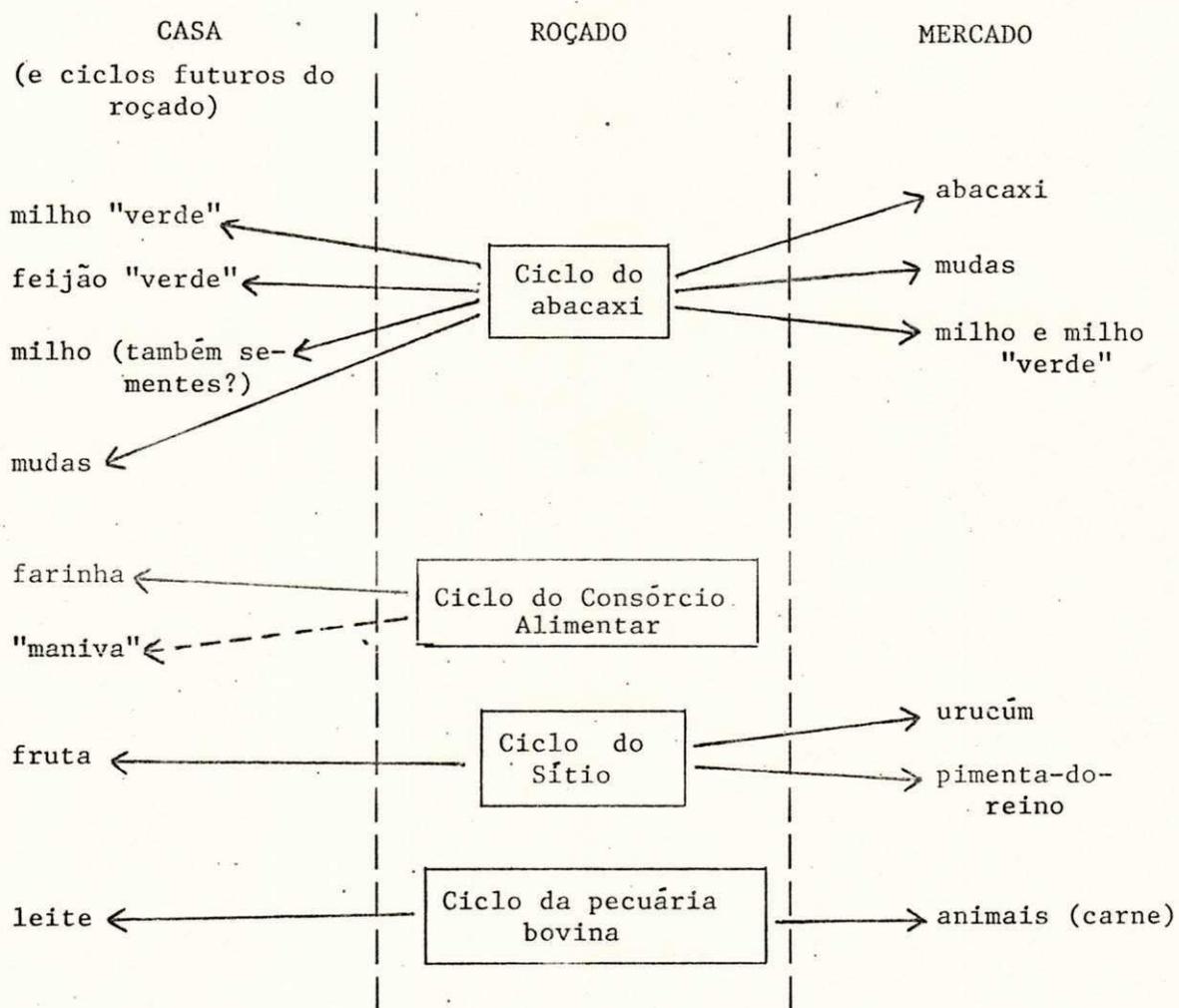
(1) O "auto-consumo intermediário" de TEPICHT, J. (1973, p. 28)

ESQUEMA Nº 05 - OS FLUXOS DA REPRODUÇÃO DO ROÇADO



O produto do roçado também se diferencia segundo o seu destino: auto-consumo (da casa e do próprio roçado) ou venda. Tentaremos representar estes fluxos no esquema a seguir, utilizando os dados colhidos durante o ciclo agrícola de 1985.

ESQUEMA Nº 06 - O DESTINO DO PRODUTO



6.2 - AS DESPESAS DA UNIDADE DOMÉSTICA

Alguns autores têm destacado a "indivisibilidade do produto camponês". A.SCHEJTMAN escreve:

"En este sentido, el resultado (y el propósito) de la actividad económica familiar es el ingreso familiar total (bruto o neto, en dinero y en especie) que se recibe por el esfuerzo conjunto de sus miembros y en el que no es posible separar la parte del producto atribuible a la renta de la que pudiera derivarse del salario o la ganancia". (CEPAL, 1982, p. 73)

Por analogia nós poderíamos falar numa certa "indivisibilidade da despesa" das unidades domésticas pesquisadas. Até agora nós vimos, primeiro, as despesas de consumo; depois, as necessidades monetárias do roçado. Mas, na realidade, estas despesas ocorrem de forma paralela e simultânea. Todas as decisões neste domínio passam pelo agricultor - pai de família. Cabe, então, juntar estas despesas, para depois compará-las às receitas. De nada vale, por exemplo, o roçado cobrir as despesas do roçado, se não deixa nada para as despesas da casa. Da mesma forma, atender ao consumo da casa sem gastar no roçado, compromete o consumo futuro da casa.

Como primeiro passo da síntese casa-roçado-mercado, vamos juntar as despesas (feitas no mercado) da casa e do roçado.

TABELA Nº 29 - AS DESPESAS DA UNIDADE DOMÉSTICA
(Em cruzeiros, dados de 9 meses)

	Ubaldo		Severino		Fernando		Bernardo	
		%		%		%		%
Gastos da casa	2.227.880	67	6.626.150	79	9.525.095	31	6.517.363	40
Gastos do roçado (operação)	1.119.700	33	1.758.500	21	21.394.500	69	9.656.500	60
Total gastos	3.397.580	100	8.396.350	100	30.919.595	100	16.172.963	100
Investimentos	-		-		16.000.000		-	
TOTAL Gastos + investi- mentos	3.397.580		8.396.350		46.919.595		16.172.963	

Vemos aparecer nesta tabela outra manifestação da diferenciação identificada em outras fases deste trabalho. Constatamos que, ao crescer o roçado (em particular, de abacaxi), também cresce a despesa monetária da casa. Mas as despesas do roçado aumentam mais rapidamente. As quatro UD's se dividem, considerando o critério da proporção das despesas do roçado no total, em dois grupos:

- Ubaldo e Severino - onde as despesas da casa são significativamente maiores que as do roçado. Mesmo se eliminarmos as despesas de habitação, de certa forma excepcionais,

das despesas de Severino, a situação não muda: os gastos da casa representam 73%, os do roçado 27%.

- Fernando e Bernardo - onde as despesas do roçado são maiores que as da casa.

6.3 - DESPESAS DA UNIDADE DOMÉSTICA X RECEITAS DO ROÇADO

Para saber se o roçado conseguiu suprir as necessidades monetárias, tanto da casa, como do roçado, é necessário comparar as despesas totais às receitas originadas pelo roçado.

TABELA Nº 30 - COMPARAÇÃO DAS DESPESAS DA UD COM AS RECEITAS DO ROÇADO.
(Em cruzeiros, dados de 9 meses).

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Gastos da UD	3.397.580	8.396.350	30.919.595	16.172.963
Receitas do Roçado	240.000	8.208.000	27.280.000	17.006.500

Podemos ver que, considerados os nove meses cobertos pela nossa coleta de dados, somente num caso (UD - Bernardo) as receitas do roçado conseguem cobrir as despesas da unidade doméstica. Embora não tenhamos dados exatos, a situação deve agravar-se, se considerarmos o ano completo. Com efeito, no primeiro trimestre não há quase receitas provenientes do roçado. Pelas informações colhidas junto aos agricultores, o único caso onde pode ter havido alguma receita do roçado no primeiro trimestre de 1985 é a UD - Fernando, pela venda de algum animal.

Coloca-se, então, a pergunta: se o roçado não cobre as despesas das UD's, como é que estas conseguem o dinheiro necessário?

6.4 - AS OUTRAS RECEITAS

(OU, COMO O ROÇADO RECEBE UMA "AJUDA")

Acontece que o roçado não é a única fonte de renda das nossas UD's.

TABELA Nº 31 - OUTRAS RECEITAS

(Em cruzeiros, dados de 9 meses).

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Venda de força de trabalho	30.000	-	-	-
Juros recebidos	1.043.000	-	-	-
Resultado dos roçados de "meia"	-	-	21.220.000	-
Aposentadorias	-	1.128.000	-	-
Outras rendas (ganhos eventuais, FGTS, etc.)	705.000	-	-	230.000
Total	1.778.000	1.128.000	21.220.000	230.000

Esta tabela merece alguns comentários. A UD - Ubaldo é a única que vendeu força de trabalho. Mas essa fonte de renda não tem quase importância. Ubaldo depositou um dinheiro, resultado da venda de abacaxi em 1984, numa conta a juros, no banco. Estes juros foram a principal fonte de renda de Ubaldo durante o ano de 1985. Nas "outras rendas", foram incluídos o produto da venda de alguns sacos de fertilizante, uma ajuda de custo recebida do STR.

Os pais de Severino são aposentados. Consideramos esta receita, enquanto Severino morou na casa dos pais (ou seja, enquanto a sua "feira" era a mesma "feira" deles).

Já tivemos oportunidade de ver neste trabalho que Fernando "deu a meia" para Bernardo em vários roçados. Mas Fernando "deu a meia" em vários outros casos. No ano de 1985 foram colhidos e vendidos quatro roçados "de meia" (incluindo o roçado de meia com Bernardo). Isto representou, aproximadamente, 6,6 ha. de abacaxi. (Lembramos que Fernando vendeu 3,9 ha. de abacaxi próprio). Todo este abacaxi foi vendido para P.L., que no mês de dezembro ainda não tinha pago tudo o que devia a Fernando. Calculamos que ainda lhe restava receber pouco mais de Cr\$ 20.000.000, produto da venda de roçados "de meia". Isto significa que, até o final de 85, ele tinha recebido Cr\$ 21.220.000 pelos roçados "de meia" e ainda tinha para receber outro tanto. Constatamos que esta foi a principal fonte de renda para Fernando, no período estudado.

Para a UD - Bernardo as outras receitas não tiveram maior peso. De fato, estão incluídos neste total o dinheiro do FGTS que recebeu (do Rio de Janeiro) e um dinheiro que ganhou jogando no bicho...

TABELA Nº 32 - TOTAL DE RECEITAS

(Em cruzeiros, dados de 9 meses)

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Receitas do roçado	240.000	8.208.000	27.280.000	17.006.500
Outras receitas	1.778.000	1.128.000	21.220.000	230.000
TOTAL	2.018.000	9.336.000	48.500.000	17.236.500

Lembramos que as despesas das UD's foram de:

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Despesas da UD .	3.997.580	8.396.350	30.919.595	16.172.963

Podemos distinguir, claramente, duas situações:

Por um lado, Ubaldo não conseguiu receitas suficientes para enfrentar as suas despesas e teve que recorrer a uma reserva monetária de Cr\$ 1.077.000, e ainda vendeu uma bicicleta. Só assim é que conseguiu equilibrar as suas contas. Neste caso, poder-se-ia, talvez, falar em "desacumulação", ou melhor, em "perda de patrimônio".

O caso da UD - Fernando parece situar-se, exatamente, no caso oposto. O "lucro" obtido na sua atividade de "dar a meia" reverteu completamente a situação anterior. Note-se que as receitas da "meação" são maiores do que as receitas da venda do abacaxi próprio. A "sobra" assim obtida permitiu fazer o investimento do caminhão (comprado junto com outro agricultor). (Cf. Capítulo 5).

Neste caso, certamente não podemos pensar em "reprodução simples". As atividades econômicas de Fernando permitiram que ele terminasse o ano com um saldo monetário que ele transformou num caminhão (lembrando também que ele tinha uma quantia a receber do comerciante de abacaxi). Devemos

notar que Fernando não obteve o seu saldo com o roçado. Vimos que, ao contrário, se dependesse do roçado, ele teria terminado o ano com um saldo monetário negativo. Por outro lado, os recursos investidos em "dar a meia" têm tudo para ser considerados capital no sentido do esquema clássico de MARX (1977, Livre I, p. 115 e ss.): D - M - D'. Poderíamos, então, falar neste caso em acumulação. De qualquer forma, achamos necessário muita prudência na manipulação destas idéias de "desacumulação" e acumulação, partindo de dados de um período tão curto. Achamos que os nossos dados falam mais em termos de possibilidade de acumular ou, no extremo inverso, de "perda de patrimônio".

6.5 - A IMPORTANTE QUESTÃO DO TEMPO (E DO CRÉDITO)

Os dados globais (para os nove meses) não deixam aparecer uma questão que consideramos crucial: a do ritmo das receitas e das despesas. Na Tabela nº 33 apresentamos como estas receitas e despesas ficaram distribuídas no tempo.

TABELA Nº 33 - DESPESAS E RECEITAS, POR MÊS

(Em cruzeiros, dados de 9 meses).

		A	M	J	J	A	S	O	N	D	TOTAL
UBALDO	despesas UD	203.100	389.380	188.550	269.350	360.900	261.800	204.500	1.095.700	424.300	3.397.580
	receitas		400.000			30.000	210.000	240.000	1.038.000	100.000	2.018.000
SEVERINO	despesas UD	770.000	707.700	349.600	870.100	2.284.500	534.250	1.202.000	754.400	905.100	8.396.350
	receitas	161.000	160.000	161.000	2.885.000	161.000	200.000	5.300.000	308.000	-	9.336.000
FERNANDO	despesas UD	1.287.750	2.482.900	1.960.300	4.761.245	1.192.700	1.088.100	4.837.100	8.263.000	5.046.500	30.919.595
	receitas	800.000	1.350.000	-	7.100.000	2.050.000	4.000.000	7.500.000	13.500.000	12.200.000	48.000.000
BERNARDO	despesas UD	757.083	1.238.100	1.065.100	572.450	1.602.030	527.800	684.800	7.715.100	2.010.500	16.172.963
	receitas	320.000	324.000	400.000	2.000.000	1.412.500	500.000	500.000	11.600.000	-	17.236.500

Para explicar os ritmos que aparecem nesta tabela, seria necessário entrar com detalhe no "fluxo de caixa" de cada UD (2). Para o nosso propósito aqui, basta salientar o seguinte:

- Em geral, no primeiro semestre as despesas são muito maiores que as receitas. Isto é perfeitamente normal: é o tempo do maior trabalho no roçado. Vimos que os roçados de abacaxi consomem bastante dinheiro. Isto implica em que, ou o agricultor tem reservas em dinheiro (ou transformáveis em dinheiro), ou então recorre ao crédito.

Fernando e Bernardo utilizaram reservas próprias. Estas reservas, sob a forma de gado, foram utilizadas durante o ano agrícola (Cf. Capítulo 2). Mas estas reservas não foram suficientes para satisfazer à voracidade monetária do roçado. Estas duas UDs recorreram ao crédito agrícola (3). No caso de Fernando, ele também recorreu ao crédito "comercial" (4), aproveitando uma oportunidade julgada boa, para fazer a compra do caminhão. As reservas disponíveis nas outras UDs (Severino e Ubaldo) não eram suficientes para "botar" os roçados de abacaxi. Ambos utilizaram o crédito agrícola. Também utilizaram o "comercial", em quantias bem meno-

(2) Para o leitor que se interessa, apresentamos no Anexo nº 03 um resumo do movimento de caixa das quatro UDs, nos nove meses da pesquisa.

(3) Crédito de custeio para a cultura do abacaxi. É um crédito de dezoito meses, pagando 35% de juros ao ano, sem correção monetária. Os juros se pagam semestralmente.

(4) Crédito de curto prazo, a juros de mercado.

res que Fernando, para fazer frente a problemas de liquidez bastante específicos.

Temos, portanto, que as quatro UD's fizeram uso do crédito agrícola. Este crédito é concedido para fazer frente a dois tipos de gastos: insumos (principalmente o fertilizante, como já tivemos oportunidade de comentar) e mão-de-obra. Se olharmos mais de perto o uso do crédito, constatamos, porém, que há diferenças importantes entre as quatro UD's. Vejamos o caso da UD - Ubaldo. No mês de abril Ubaldo retirou a última parcela de crédito, um montante de Cr\$. 400.000. Mas se analisarmos o gasto do roçado até agosto, veremos que o gasto de salários desta UD é de Cr\$ 137.000 . No mesmo período não gasta mais do que Cr\$ 20.000 em insumos. Podemos supor que, neste caso, o crédito agrícola supre uma parte das necessidades da casa. No caso da UD - Severino acontece exatamente a mesma coisa: recebe Cr\$ 1.330.000 do banco em abril e maio, mas até agosto gasta apenas Cr\$. 731.000 com mão-de-obra no roçado, enquanto que o gasto com insumos é de Cr\$ 60.000. Concluimos que uma boa parte do crédito cobriu os gastos da casa no período indicado. Esta característica é menos acentuada na UD - Bernardo, onde se estabelece um certo equilíbrio entre crédito e despesas do roçado. Finalmente, no caso da UD - Fernando o roçado gasta até julho os recursos adiantados pelo banco, e continua gastando em julho, agosto e setembro. Desta vez, são as próprias reservas do roçado (o gado) que garantem os recursos necessários.

Mas esta questão de crédito suprir as necessidades da casa, merece maior atenção. Com efeito, poder-se-ia supor

que o crédito agrícola põe dinheiro na mão do agricultor para que este o transforme em capital variável (CV), pagando salários. Assim, ao realizar o valor do seu produto, o agricultor realizaria a mais-valia incorporada por este trabalho de terceiros. Mas o que acontece, na realidade, é complexo. Uma parte do crédito vai, diretamente, para o fornecedor de insumos. Do que chega como dinheiro na mão do agricultor, somente uma parte se transforma em salários. Uma parte se transforma na "feira" da UD. Como considerar este dinheiro? Como considerar os atores sociais envolvidos nestas relações?

De qualquer maneira, constatamos que o mesmo crédito pode atuar de formas diferentes, segundo a maneira de funcionar da UD.

Devemos fazer constar aqui as condições muito favoráveis do crédito. Lembramos que, para o crédito agrícola, não havia correção monetária.

A título de curiosidade, calculamos o que valeriam os Cr\$ 1.741.000 do crédito de 1984, no momento em que Bernardo os devolveu ao banco em novembro de 1985. Calculando a correção na hipótese mais favorável ao agricultor (ou seja corrigindo somente a partir do momento que tirou o dinheiro do banco, e não a partir do momento que foi aprovado o crédito) esta dívida tinha crescido para Cr\$ 10.703.893. Significa que, em novembro de 1985, ele teria que desembolsar, fora os Cr\$ 1.741.000 do principal, Cr\$ 1.841.000 de juros dos créditos de 1984 e 1985, e Cr\$ 8.962.474 de correção monetária. (5)

(5) O cálculo da correção monetária sobre o crédito agrícola de 1984 de Bernardo figura no Anexo nº 04.

Assim as despesas do roçado passariam de Cr\$ 9.656.500 para Cr\$ 18.618.974.

Achamos que estes números dispensam muitos comentários: ficaria totalmente inviabilizada a reprodução do roçado. Nem reduzindo as despesas da casa a zero, Bernardo conseguiria pagar. (Lembramos que as receitas totais de Bernardo foram, para 1985, de Cr\$ 17.006.500).

Mas a relação com o banco é até misteriosa para muitos agricultores. Uma estória contada por Fernando, que trabalha com o banco há mais de vinte anos, nos deixou impressionados: quando chega o tempo, ele vai perguntar quanto vai ser a conta, com medo de não estar levando suficiente dinheiro para pagar. Quando ele acha a conta alta, pede explicações ao funcionário. Ele declarou que raras vezes entendia as explicações.

6.6 - OS RESULTADOS

Diante de tudo que foi exposto, cabe perguntar sobre os resultados econômicos obtidos pelas UDs estudadas.

Infelizmente, nove meses é um período muito curto para avaliar resultados, sobretudo considerando uma cultura de ciclo longo, como o abacaxi.

Poderíamos comparar as despesas estimadas para 1985 (Tabela nº 27) com as receitas do roçado, mesmo sabendo que estas últimas, ao se considerar somente nove meses, podem estar levemente subestimadas no caso de Fernando.

TABELA Nº 34 - COMPARAÇÃO DE GASTOS ESTIMADOS PARA O ANO DE 1985, COM AS RECEITAS DO ROÇADO.

	Ubaldo	Severino	Fernando	Bernardo
Gastos estimados do roçado - 1985	2.112.700	3.102.500	29.564.500	14.328.500
Receitas do roçado	240.000	8.208.000	27.280.000	17.006.500

Esta comparação nos permite ver que no ano de 1985, somente em dois casos o roçado teve receitas maiores que os gastos. Num terceiro caso (Fernando), é possível que as vendas de animais no primeiro trimestre permitam um certo equilíbrio.

Mas, como vimos anteriormente, as despesas são "indivisíveis". Para analisar a "rentabilidade" do roçado, é necessário, no nosso caso, considerar não somente os gastos do roçado.

Ao analisar a questão da acumulação, ARCHETTI e STÖLEN apresentam o consumo ("ingreso neto") como uma espécie de resíduo, depois de deduzidas das receitas as despesas operacionais e também os investimentos. (ARCHETTI & STÖLEN, 1975, p. 151-155).

Nós, ao contrário, achamos que as despesas do roçado e da casa são "indivisíveis". Assim, a acumulação ou "desa-

cumulação" aparecem como a resultante final.

Vimos que, no nosso caso, enquanto uma UD parecia ter acumulado, outra "desacumulou" (mesmo que isto seja um resultado temporário).

Pudemos concluir, neste capítulo que tenta sintetizar a relação casa-roçado-mercado, que o roçado não cobre as despesas globais das UD's, a não ser em um caso (Bernardo). Disto deduziu-se a importância das "outras receitas". Ao incluir estas, o caso de Fernando destacou-se nitidamente dos outros. Enquanto duas UD's estabeleciam um certo equilíbrio (Severino e Bernardo) e Ubaldo apresenta um "déficit" (coberto com uma reserva monetária e a venda de uma bicicleta), observamos que Fernando obteve um saldo importante. Isto lhe permitiu participar na compra de um caminhão e ainda lhe restava por receber uma quantia importante. Neste caso, tanto pelo saldo realizado, como pela própria atividade de "dar a meia", poder-se-ia falar em "acumulação", mesmo reconhecendo que os nossos dados não nos permitem fazer afirmações categóricas neste sentido.

Nos outros três casos, a possibilidade de um saldo positivo está, nos níveis em que estas UD's operam, ligada ao consumo familiar, entre outras coisas. Ou seja, poder-se-ia imaginar que, nestes casos, uma redução do consumo permitiria talvez o equilíbrio das contas para Ubaldo, e a realização de um saldo para Severino e Bernardo. Mas, como vimos no Capítulo sobre o consumo familiar, parece que a relação é inversa : ao crescer a renda, cresce o consumo.

Isto garantindo sempre a reprodução do roçado: os três agricultores já tinham, no final do ano, começado a instalar novos roçados, sendo que Bernardo pagou adiantado pelo arrendamento de 3 ha. de terra (6).

Vimos também, neste Capítulo, a importância que tem o crédito para todas as UDs. Mas constatamos que o uso do crédito fazia aparecer algumas diferenças: enquanto que para Ubaldo e Severino o crédito certamente cobre (ou pelo menos uma parte dele) despesas de consumo familiar, para Bernardo e Fernando ele é totalmente investido no roçado.

Finalmente, salta aos olhos a fragilidade da situação destes produtores de abacaxi. Vimos, neste capítulo, como uma mudança na política de crédito, incluindo a correção monetária, inviabilizaria a produção dos roçados tal como ela era feita no período da pesquisa.

Perguntamos o que aconteceria se se alterassem as condições do ciclo produtivo, causando um incremento importante nos custos e/ ou uma queda significativa na produtividade, a exemplo de uma praga, que obriga a usar grandes quantidades de agrotóxicos.

Finalmente, consideramos a questão dos preços. Ao não termos maior conhecimento sobre o mercado de abacaxi, é impossível fazermos qualquer prognóstico sobre a evolução dos preços. Em relação aos preços dos outros produtos agrícolas regionais, notamos um comportamento atípico, manifestado

(6) Gasto já incluído nas "despesas do roçado" (Capítulo 5) na rubrica: Acesso à Terra.

por um incremento constante no preço do ha. Não constatamos as tradicionais baixas nos picos de safra, tão comuns para outros produtos. Mas cabe perguntar-se, crescendo as áreas plantadas como estavam (informação fornecida por Bernardo), sera que o preço continuará remunerador?

CONCLUSÕES

"De fato, para esta questão, como para muitas outras - talvez todas as que se colocam para o analista em ciências sociais - a história não faz outra coisa, a não ser ensejar-nos a novas perguntas..."

(JOLLIVET, M., 1982, p. 5)

Nos quatro casos estudados podemos dizer que os agricultores controlam uma parte dos meios de produção, organizam o processo produtivo e, como corolário disto, são donos de, pelo menos, uma parte do produto. Vimos, também, que para todos eles a mão-de-obra familiar é importante. Estão integrados no mercado como compradores de produtos de consumo e insumos e como vendedores de produtos agrícolas. Mas esta integração no mercado não elimina totalmente o auto-consumo. Temos assim que os quatro casos estudados podem ser caracterizados como unidades de produção camponesas. Como tais, eles se assemelham a vários milhões de agricultores brasileiros que, de uma maneira ou de outra, "cultivam para si". Num contexto mais restrito, estas características os identificam com um grupo importante dos trabalhadores rurais de Araçagi: o grupo dos "pequenos produtores" (definido pela

pesquisa "Perfil dos Associados do STR"), que "botam roçado".

Mas o nosso estudo fez aparecer certas características, nas quatro UDs pesquisadas, que as tornam diferentes de outras, na região.

A primeira destas características é o fato de que os quatro agricultores são produtores de abacaxi. Vimos, no Capítulo - 2 , que o ciclo do consórcio do abacaxi era prioritário nas quatro UDs. Vimos, também, nos Capítulos 5 e 6 , que o abacaxi era responsável pela maior parte das receitas do roçado ou, pelo menos, pela disponibilidade de dinheiro.

E este fato marca uma diferença no próprio município, pois apenas 13% dos agricultores que "botavam roçado", plantavam abacaxi. A mesma pesquisa sobre o "Perfil dos Associados do STR" mostra que os agricultores que plantavam abacaxi tinham roçados mais de duas vezes maiores que a média do conjunto.

A escolha do abacaxi como produto principal do roçado expressa uma integração importante no mercado (Capítulo 5). Significa uma certa "monetarização" da produção do roçado e também uma maior "monetarização" da satisfação das necessidades de consumo da casa. E, embora não tenhamos dados que possam provar esta afirmação, a nossa experiência na região nos indica que o nível de consumo alcançado por estas quatro UDs é bastante superior à média regional.

Esta "opção pelo abacaxi" coloca algumas questões interessantes. Afrânio GARCIA Jr. (1983 a, p. 134 e ss.) afirma que "é sempre possível observar a coexistência destes

dois tipos de cultivos ("cash crop" e "food crop"), bem como a predominância da área destinada às "lavouras de subsistência". Disto ele infere que estas últimas "predominam no roçado". Porém, como já vimos anteriormente, a área não é o único critério para determinar a predominância: um agricultor pode dedicar uma proporção pequena de sua terra para uma cultura mas dedicar-lhe a maior parte do seu esforço produtivo (trabalho). Nestes termos, é bem possível que, para o produtor de maracujá entrevistado por Afrânio GARCIA (1983 a, p. 135), esta cultura seja, efetivamente, a sua cultura principal, mesmo que não ocupe uma área maior que a da mandioca. E assim, no caso citado, o maracujá poderia "predominar". Da mesma forma, esta escolha do abacaxi se confronta com a opinião de Beatriz HEREDIA, quando afirma:

"O que confere a característica de especificidade à pequena produção é, precisamente, o fato de que o produtor lida com um conjunto de produtos que possuem um caráter de alternância que os cultivos dos "ricos" não têm."

(1979, p. 125).

A hipótese que gostaríamos de propor é que a preferência do pequeno agricultor por cultivar produtos que possuem a característica da "alternatividade" (ou seja, produtos que possam ser consumidos diretamente pela casa ou vendidos) pode ser modificada quando aparecem produtos com pre-

ço remuneradores (1).

Esta integração importante no mercado das UD's estudadas nos mostrou, na prática, a dificuldade de operar o conceito de economia "parcialmente mercantil". (Cf. Capítulo 1). Os nossos agricultores não correspondem à imagem clássica de um "farmer", que nos permitiria classificá-los como "pós-camponeses". Por outro lado, a importância do mercado na reprodução da casa e do roçado, é inegável. Nós achamos que, para os nossos propósitos, é suficiente provar que a unidade econômica camponesa está integrada ao mercado, sem nos preocuparmos muito com a adjetivação desta integração.

A escolha do abacaxi aponta para a importância da variável "uso da terra". Com efeito, agricultores que têm acesso à mesma quantidade de terra, e até com uma mesma dotação de mão-de-obra familiar, podem escolher entre várias maneiras de utilizar esta terra.

Fica, para nós, a pergunta de como é que o agricultor opera essa escolha. A partir dos casos estudados, poder-se-ia inferir que a disponibilidade de crédito bancário, em condições favoráveis, seria um fator importante. Mas os dados da pesquisa "Perfil dos Associados do STR" relativiza,

(1) Neste sentido, achamos que a interpretação dada à entrevista de um pequeno produtor sobre porque não planta algodão (HEREDIA, B. 1979, p. 125), pode ser diferente daquela sugerida pela autora: em vez de concluir que o agricultor não planta algodão porque "ninguém vai comer", o texto da entrevista pode ser entendido como uma constatação do "preço ruim" do algodão. É nessas condições, ou seja, para o preço em que se vendia o algodão, que se coloca a sua não "alternatividade". Para um preço diferente do algodão, quem sabe?

fortemente, a influência deste fator: dos vinte e um agricultores que plantaram abacaxi, somente quatro utilizaram o crédito bancário e um o crédito do proprietário da terra.

Vemos, então, que a grande maioria dos que plantam abacaxi o fazem sem crédito. Porém a nossa pesquisa nos mostrou que não basta a vontade de plantar... Os agricultores parecem concordar em que o abacaxi é uma cultura relativamente "segura". Todos os agricultores pesquisados afirmaram que, enquanto com o algodão ou o inhame se corriam sérios riscos, com o abacaxi, jamais se "perdia tudo" (2). Estas afirmações se sustentam, principalmente, nas características da cultura: o abacaxi, sendo de ciclo vegetativo longo, é menos sensível à pluviometria irregular do que as culturas de ciclo relativamente mais curto: algodão, inhame, mas também milho e feijão. Mas isto não explica porque se prefere o abacaxi à mandioca, por exemplo. Certamente, as condições do mercado, claramente em expansão, depois de ter passado períodos de crise (GRABOIS e AGUIAR, 1982), são fator fundamental para os agricultores fazerem a escolha (3). Mas todas estas razões não respondem, completamente, às nossas interrogações: o que levou esta cultura a se desenvolver neste pequeno grupo de municípios (Marí, Sapê, Itaporoca, Araça-

(2) Mesmo considerando que, de 79 a 83, houve anos muito "ruins de chuva".

(3) De 1975 a 1980 a superfície cultivada em abacaxi cresceu, no município de Araçagi, 150%. Certamente, os dados de 85 devem mostrar a mesma tendência. Para o Estado da Paraíba, o crescimento entre 75 e 80 foi de 50%.

gí) e não em outros, onde as condições climáticas são semelhantes?

Escolher o abacaxi e a conseqüente ligação intensa com o mercado tem reflexos no que diz respeito ao eixo de tensão autonomia/subordinação. Como exemplo, podemos citar o "pacote tecnológico" que já vem incluído no crédito de custeio: o roçado depende de fertilizante para a renovação da fertilidade e, como já tivemos oportunidade de ver (Capítulo 2), as dosagens vêm sobredimensionadas no projeto de crédito. A perda da autonomia se manifesta duplamente. Primeiro, porque as próprias condições de reproduzir o roçado (fertilizante) são produzidas fora dele. Segundo, porque as quantidades que o agricultor deve comprar não dependem das suas necessidades reais, mas estão determinadas por outros setores da economia. Também devemos mencionar que a importância do crédito e dos juros pagos pelo seu uso, são também fatores de subordinação, assim como a exploração nos circuitos de comercialização. Apenas mencionaremos, já que não é objeto deste trabalho, que esta subordinação faz o elo entre estes produtores e os circuitos mais amplos do capital.

Mas, por outro lado, a renda do abacaxi permite aos nossos quatro agricultores viver sem se assalariar. Pela nossa experiência, estes casos são raros na região. Isto aparece, particularmente, para os agricultores com roçados menores: Severino e Ubaldo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o abacaxi é a condição da autonomia, permitindo aos agricultores "trabalharem para si" e, portanto, "não serem sujeitos". O que lhes permite evitar a exploração no mercado do trabalho.

- - - - -

O estudo feito das quatro UD's nos fornece material para refletir sobre a "lógica de funcionamento" destas. Com efeito, a impressão que nos deixou o nosso trabalho de campo foi que o "resultado" econômico como tal não se constitui como horizonte para o agricultor. Considerando que, tanto o nível de consumo da casa como o bom andamento do roçado dependem de uma disponibilidade monetária, o objetivo do produtor nos pareceu ser, sempre, ter o dinheiro disponível. Neste jogo, se igualam as receitas reais (por exemplo, aquelas provenientes da venda de produtos do roçado) e os outros tipos de entradas, como os créditos.

Assim, o "resultado" real para o agricultor nos pareceu ser, em primeiro lugar, o nível de consumo da casa (muito superior ao consumo de outras casas de agricultores por nós conhecidas), alimentado pela permanente disponibilidade de dinheiro.

Esta impressão é fortalecida pelos dados e as conclusões do Capítulo - 4 , onde falávamos da possibilidade de uma "lógica de consumidor", apoiados no fato de que não há, aparentemente, um comportamento de poupança/investimento. No Capítulo - 6 ; constatamos que, pelo menos em três casos, a possibilidade de um saldo monetário positivo, que poderia permitir uma reprodução ampliada, estaria ligada à redução do consumo familiar. E ficou a impressão contrária de que, nestes casos, ao crescer a renda, cresce o consumo, garantindo, é claro, a reprodução do roçado. Todas estas informações confirmam a idéia de que o objetivo econômico prioritário da unidade de produção é a satisfação do consumo familiar (Cf. Capítulo 1).

Mas determinados dados de campo colocam uma série de interrogações em torno de questões ligadas à esta "lógica". Eles parecem contradizer a hipótese de TEPICHT (1973, p. 41) de que as famílias camponesas estariam à "procura de qualquer incremento possível do ganho, independentemente do esforço fornecido em contrapartida". Isto através da valorização da mão-de-obra "marginal" da unidade doméstica. Tanto a constatação de que os agricultores pesquisados não esgotam o uso da capacidade de trabalho da mão-de-obra masculina, quanto a quase total exclusão das mulheres do trabalho do roçado, apontam na direção contrária à hipótese de TEPICHT.

Mas será que a constatação destes fatos pode nos levar a confirmar a hipótese de CHAYANOV, retomada por WARMAN (Cf. Capítulo - 1) pela qual, chegado um certo nível de satisfação das suas necessidades, os camponeses reduzem o seu "empenho" no trabalho. Será que podemos dizer, como A. BARTRA (1982, p. 58), que o incremento do consumo provocam um "bem-estar" proporcionalmente decrescente? Na nossa opinião, estes dados, certamente, não são suficientes para confirmar a hipótese. Já tivemos ocasião de apontar a enorme dificuldade de definir este "certo nível de satisfação". Achamos que, na sociedade atual, as "necessidades", dificilmente, podem ser limitadas. Assim, o consumo familiar é sempre crescente (como acontece no resto da sociedade). A presença de assalariados, certamente, influencia a intensidade do uso da mão-de-obra familiar, sem, no entanto, descaracterizar as unidades de produção. No Capítulo - 3, levantamos a hipótese de que, caracterizando-se os agricultores por "não serem sujeitos", ocupam-se de outras atividades, além do tra-

balho no roçado. E estas atividades estariam relacionadas com a construção desta imagem de "não serem sujeitos".

Concluimos que estas perguntas não respondidas indicam a necessidade de se estudar, de maneira mais ampla e profunda, a questão da "lógica do consumidor". É necessário aprofundar conhecimento no que poderíamos chamar a "sociologia do consumo". Neste campo, existem problemas de conceituação. Por exemplo: podemos considerar a educação dos filhos como investimento ou consumo? Se for investimento, então é provável que as famílias operárias também acumulem. Aqui, sentimos necessidade de dados empíricos.

A ausência quase total das mulheres no roçado chamou a nossa atenção.

Afrânio GARCIA analisou, em detalhe, como é vista a atividade da mulher no roçado:

"É socialmente aceito que não cabe à mulher o trabalho no roçado, sendo esta uma área de atividades masculinas. Isto significa apenas que as atividades da mulher podem se restringir basicamente às tarefas da casa. Contudo, é muito frequente encontrar mulheres trabalhando no roçado, e isto se deve a dois tipos de considerações. Em

primeiro lugar, há tarefas no roçado consideradas próprias para as mulheres, e mesmo algumas específicas às mulheres (por exemplo, colocar as sementes na terra). (...) Em segundo lugar, o consumo considerado necessário ao grupo doméstico pode superar o que pode ser obtido apenas pelo uso dos homens do grupo doméstico. Neste caso cabe às mulheres ajudarem o pai na obtenção do produto necessário. Neste contexto, o trabalho feminino é sempre percebido como manifestação de uma situação difícil em que está o grupo doméstico" (1983, p. 117-118).

É bastante curioso ver como este modelo se adapta às práticas encontradas em Poço Comprido. De uma maneira geral, temos que as mulheres trabalharam muito pouco (em torno de 1% dos dias fornecidos pela UD, em três casas; no caso de Bernardo, a mulher não trabalhou nem um dia no roçado). Geralmente, as tarefas realizadas foram da colheita de feijão verde, de fato, tradicionalmente, uma atividade feminina. Somente no caso de Fernando, as filhas foram plantar feijão uma vez. Isto significa que, mesmo esta tarefa, considerada feminina por excelência, foi realizada, ou pelos homens da casa ou pela mão-de-obra assalariada (e ao dizer plantar não estamos nos referindo, somente ao abacaxi, mas sim, a todas as culturas presentes nos diferentes ciclos). Porém, no plantio do abacaxi, é frequente se contratarem mulheres para realizar o trabalho. Assim, fica respeitada a "feminilidade" da tarefa, sem, no entanto, se colocar as mulheres da casa no roçado.

Tudo indica que, neste nosso caso, o "modelo" descrito por Afrânio GARCIA cumpre-se à risca. Sendo aceito que a mulher não deve trabalhar no roçado, a não ser em caso de dificuldade, nas quatro UDs estudadas podemos dizer que elas não trabalham no roçado.

Esta realidade se revela muito diferente das outras unidades domésticas da região. Isto parece ser uma das consequências da "escolha do abacaxi".

Observe-se que o "modelo" acima referido e a sua realização concreta contradizem a idéia de utilização integral da mão-de-obra "marginal", como apontamos no parágrafo anterior.

Também é interessante constatar que, num mundo onde as mulheres tendem a ocupar um espaço social cada vez maior, sobretudo no âmbito do trabalho, o "ideal" deste grupo social parece ser na direção contrária. Entre os pequenos agricultores, a mulher trabalha no roçado por necessidade. Resta saber se a participação da mulher das outras classes populares no mundo do trabalho não está, também, marcada pela necessidade.

É interessante assinalar que Delma NEVES (1981, p. 143), ao falar de pequenos produtores de cana do Estado do Rio de Janeiro, comenta que, antes da opção pela cana (que é, tipicamente, uma cultura comercial) as mulheres trabalhavam, diretamente, na produção.

"Com a utilização máxima dos fatores de produção para o cultivo da cana e a

limitação da criação de aves ao próprio consumo, as formas de participação das mulheres nas tarefas da unidade de produção foram alteradas. Atualmente, a sua atuação se dá basicamente sobre o controle do consumo. (...) isto é, no economizar."

(D.P. NEVES, 1981, p. 143).

Podemos constatar que, neste caso, a situação das mulheres, depois da adoção do cultivo da cana, tem semelhanças com a situação das mulheres nas nossas quatro UDs. Ao não termos dados sobre o papel das mulheres antes do abacaxi, não podemos afirmar que o processo foi o mesmo. Mas cabe colocar esta hipótese. De qualquer forma, a transformação da divisão do trabalho no seio da unidade doméstica e o "afastamento" das mulheres do roçado são temas que merecem ser melhor estudados.

Chamou a atenção, na nossa pesquisa, a frequência com que relações personalizadas intervinham em relações econômicas que não tinham por que ter esta característica. Lembremos, por exemplo, o acesso à terra através de arrendamento ou parceria: vimos (Capítulo - 3) que, longe de existir um mercado "livre" de terras, o que prevalece são as relações pessoais, as intermediações e os "favores". Neste caso, vi-

mos que os fazendeiros, donos do maior estoque de terras, pareciam preferir manter relações "abertas" e personalizadas com os seus "fregueses", o que permitia manifestar, de forma explícita, o poder do proprietário.

Os "contatos" também podem ser importantes para obter mudas de abacaxi, mesmo que já exista um mercado para este insumo. No que diz respeito à mão-de-obra, constatamos, também, que os agricultores contratam conhecidos ou "parentes". Também existe a presença de mão-de-obra não familiar e não remunerada, mesmo tendo um peso relativo pouco importante. Neste caso, os "contatos" são entre "pequenos".

O "conhecimento" é importantíssimo para obter crédito no banco, já que os pequenos produtores precisam de um fiador, e este deve ser alguém "de posses".

Estes são alguns exemplos de como as relações não diretamente econômicas se tornam importantes no processo de reprodução do roçado.

Mas a importância destas relações pessoais não deve fazer esquecer o fato de que várias formas de ajuda mútua entre vizinhos, ainda muito presentes em outras localidades da região, parecem estar em franca decadência em Poço Comprido. Vamos citar, como exemplo, o caso da farinha, que tradicionalmente juntava homens e mulheres de várias famílias no trabalho de uma UD, não envolvendo remuneração monetária e carregando um compromisso de reciprocidade. Vimos que, em Poço Comprido, tanto Fernando quanto Ubaldo "deram a farinha de meia", para evitar ter que pagar diaristas. Outro exemplo é o caso da construção da casa de Severino: em outros locais isto é feito por "mutirão", mas ele fez "pagando trabalha-

lhador".

Estes casos "em vias de extinção" correspondem bastante bem ao que vários autores (por exemplo, CEPAL, 1985, p. 76-77) já têm apontado: pertencer a um grupo social localizado (land group) é um fator importante para a reprodução camponesa. Em alguns casos, atribuem à relação com a "comunidade local" um papel fundamental, na medida em que as relações simétricas "inter pares" ajudam no processo de reprodução, que as relações assimétricas com o sistema dominante tornam cada vez mais difícil (WARMAN, 1976, p. 314 e ss.).

No nosso caso, parece que as relações mais simétricas perdem a sua força. Neste contexto, ganham importância relações extra-econômicas, pessoais, que nem por isso deixam de ser assimétricas. A "comunidade" perde, talvez, importância, mas não as relações personalizadas. Ao contrário, nossa hipótese é que, com o abacaxi, os "contatos" pessoais, sempre assimétricos (dono da terra/agricultor sem terra, empregador/empregado, pessoa de "posses"/pessoa sem "posses", etc), ganham nova força.

No decorrer deste trabalho temos nos deparado, frequentemente, com diferenças entre as UD's estudadas. Isto corresponde às nossas expectativas iniciais (Cf. Capítulo - 1). Tínhamos a idéia de que o estudo destas diferenças poderiam nos informar sobre o desenvolvimento da tensão "abur-

guesamento"/proletarização, que, como já vimos, (Cf. Capítulo 1), está presente, permanentemente, na economia camponesa.

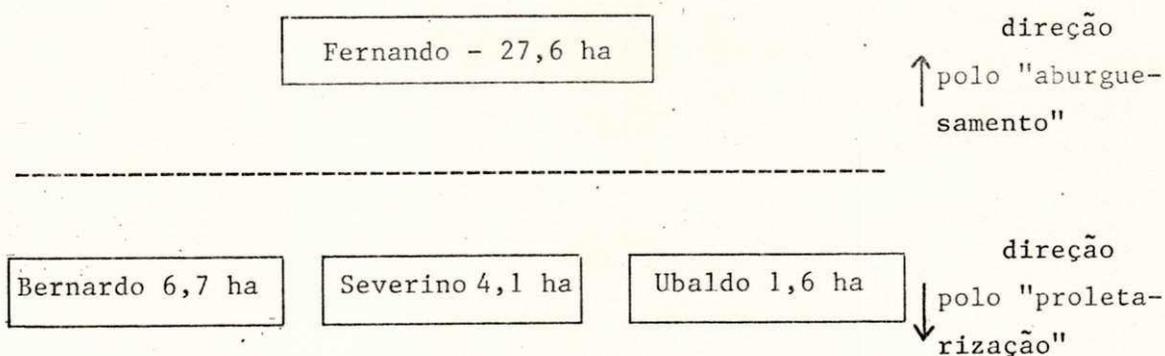
A questão da diferenciação está muito presente nos trabalhos que tratam da questão agrária em geral e também nas decisões do Estado que se referem às atividades agropecuárias. É frequente a utilização, por parte do Estado, da variável "tamanho da terra", para estabelecer diferenças. Sem ir mais longe, consideremos que o critério utilizado para delimitar quem pode ou não se associar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, é o tamanho da terra à qual o trabalhador tem acesso: podem se associar os agricultores que têm acesso a até um "módulo" (4). A. SCHEJTMAN (CEPAL, 1985, p. 102) propõe a variável "contratação de mão-de-obra", para poder distinguir a agricultura camponesa da não-camponesa, no México. LENIN (1974, capítulo II), nas suas tipologias de camponeses pobres, médios e ricos, utilizou como critério, seja a superfície cultivada, seja o número de animais de trabalho, segundo os dados disponíveis. O que têm em comum estas diferentes propostas é o fato de privilegiarem a utilização de um único critério para marcar a diferenciação.

A pesquisa nos mostrou que, mesmo no nosso universo

(4) O "módulo" era definido pelo INCRA como a "área da propriedade familiar" e equivalente à área que, "direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, ... e eventualmente trabalhando com ajuda de terceiros". (art. 4, inciso II da lei 4.504), citado por GRAZIANO DA SILVA et alii (1980, p. 33).

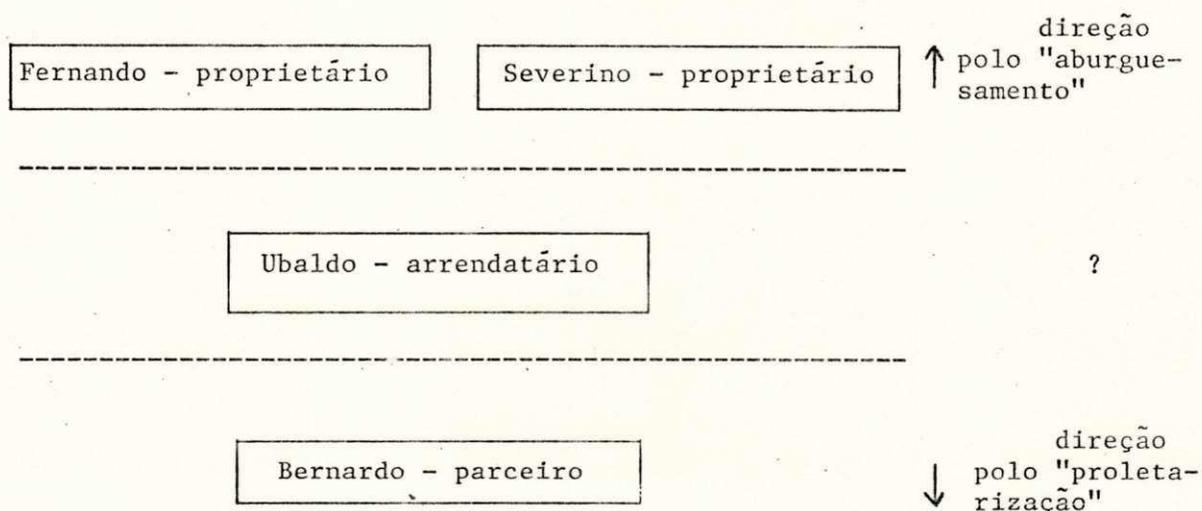
minúsculo, as UDs se agrupam de maneira diferente, segundo o critério utilizado. Isto significa que as identidades (e a proximidade maior ao polo burguês ou proletário) não são constantes. Tentaremos analisar, aqui, as diferenças entre as UDs, segundo diversas variáveis, para depois tentar abordar a diferenciação.

No que diz respeito ao acesso à terra, temos que Fernando se destaca do conjunto, dispondo de 27,6 ha. Esta cifra é superior ao "módulo" da região (25 ha). Considerando que, dispor de uma maior quantidade de terra, pode levar o produtor na direção de tornar-se empresário, poderíamos representar a situação da seguinte maneira: (5)



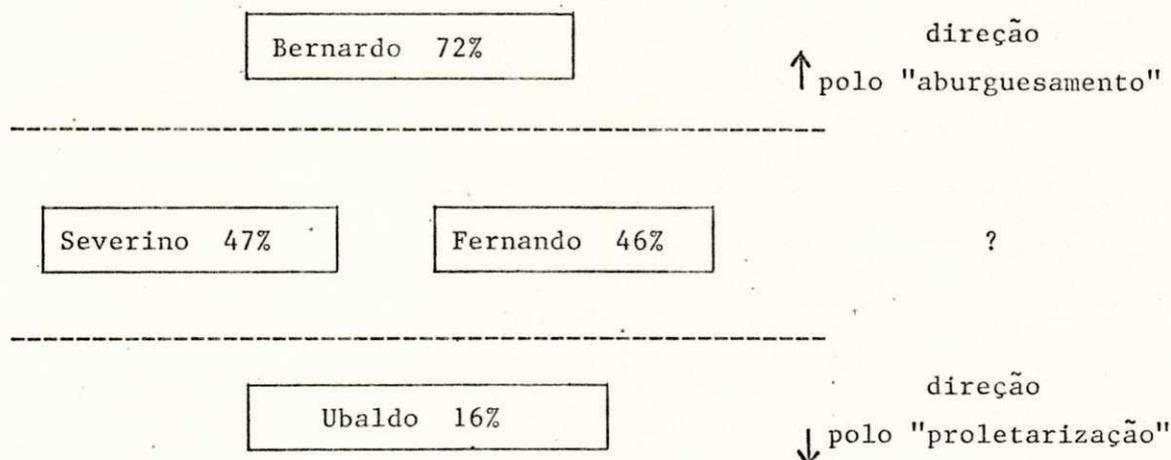
(5) Estas esquematizações devem ser interpretadas no sentido da representação da direção da tensão. Isto não significa, por exemplo que ter acesso a 6,7 ha (Bernardo) leva inevitavelmente à proletarização.

Se considerássemos o modo de acesso à terra, a situação seria diferente. Neste caso, a propriedade, dada a estabilidade que oferece, afastaria do polo de proletarização, enquanto que o contrário aconteceria com a parceria. Achamos difícil classificar o arrendamento encontrado em Poço Comprido como uma relação "tipicamente capitalista". Teríamos então:

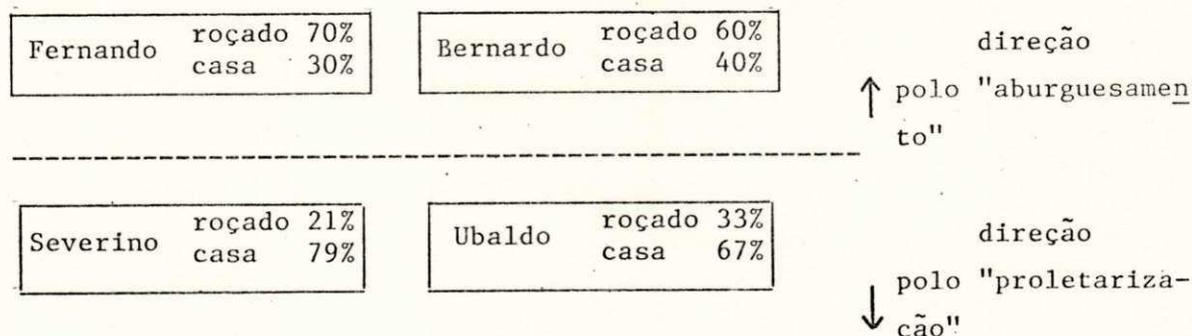


Quando se analisa o acesso à mão-de-obra, estima-se que, quem contrata muita mão-de-obra assalariada, aproxima-se mais do empresário. No nosso caso, temos que Bernardo foi quem contratou mais mão-de-obra, em termos absolutos e, sobretudo, em termos relativos (72% da mão-de-obra utilizada). No outro extremo, temos Ubaldo, que contratou pouco, e para quem a mão-de-obra assalariada não teve muito peso (16% da mão-de-obra utilizada). Tanto para Severino como para Fernando, a mão-de-obra assalariada representou um pouco menos

da metade do total de mão-de-obra utilizada. Temos então:



O consumo da casa também fez aparecer diferenças entre as UD's. Lembramos, por exemplo, que as UD's - Bernardo e Severino apresentaram o maior gasto em consumo "per capita". Mas observamos que, talvez mais significativamente para os nossos propósitos, Bernardo, apesar de consumir muito, gasta ainda mais no roçado. Esta característica fica mais acentuada em Fernando. Pode-se inferir que um investimento monetário maior no roçado do que na casa, "aproxima" a unidade de produção da empresa, segundo a representação que segue:



Esta mesma divisão se registra ao se analisar o uso do crédito: enquanto Severino e Ubaldo utilizam uma parte do crédito para suprir as necessidades da casa, tanto Bernardo como Fernando empregam no roçado quantias iguais ou superiores aos montantes recebidos pelo crédito de custeio agrícola (6).

A análise feita das "Outras Receitas" (que não as do roçado) foi também bastante reveladora. Neste quadro foi necessário considerar não somente a magnitude, mas, sobretudo, a qualidade daquelas.

Ao analisarmos este item, vimos que Ubaldo foi o único que vendeu a sua força de trabalho. Mesmo que a renda gerada por esta atividade não tenha sido muito importante, achamos significativa a própria existência desta fonte. No outro extremo, vimos que Fernando recebeu, até dezembro de 85, uma quantia importante, produto da venda do abacaxi dos roçados nos quais ele "deu a meia". Lembramos, ainda, que ele tinha para receber, no início de 86, outra quantia importante. Somando ambas, esta fonte de renda era, de longe, a mais importante para este agricultor.

A análise destes fluxos econômicos demonstram que existiam três situações diferentes:

- Por um lado, Ubaldo que não consegue fazer frente às des-

(6) O que não significa que, num dado momento, esses agricultores não tenham utilizado o dinheiro "do banco" para fazer a "feira". Observe-se que estamos falando de quantias, no fim do ciclo estudado.

pesas da UD com as receitas do roçado e precisa usar o recurso de se desfazer de uma parte do seu "patrimônio" (uma quantia poupada e uma bicicleta), assim como da venda da sua força de trabalho (mesmo que em pequena escala).

- Severino e Bernardo, para os quais o roçado permitiu fazer frente as despesas da UD (7).
- No caso de Fernando há, claramente, um "saldo positivo" no final do ano. Esta "sobra" permitiu a compra de (uma parte de) um caminhão. Mas, neste caso, mais que a existência deste "saldo positivo", o que permite esta situação é a atividade de "dar a meia". Esta operação consiste em fazer despesas monetárias (D), obtendo, assim, acesso à terra, mudas e insumos, e preparando a terra (M) para, no fim, obter um produto que, ao ser vendido, lhe proporcionará uma soma de dinheiro, bastante maior que o dinheiro investido inicialmente (D'). Assim, mesmo que (D) não seja utilizado para comprar força de trabalho, é a combinação das mercadorias compradas (M) com o trabalho do parceiro que permite a multiplicação do dinheiro. Embora dar a meia não seja, estritamente falando, organizar a produção à maneira duma empresa capitalista, achamos que esta forma de funcionar faz com que o dinheiro investido possa ser considerado capital.

Neste último caso, podemos dizer que não se trata,

(7) E saliente-se que, no caso de Bernardo, essas despesas já contemplam, em parte, a reprodução do roçado, ou seja, o consumo futuro da casa.

somente, de uma "tendência" para o "aburguesamento". Ao lado de uma unidade de produção familiar (que, por sinal, não consegue fazer face às despesas da UD), Fernando desenvolve uma atividade que, aparentemente, lhe fornece a oportunidade de acumular.

Analisando as diferenças acima apontadas, podemos tentar tirar algumas conclusões no que diz respeito à diferenciação. Tomando o caso de Fernando, vemos que é dele o maior roçado é que ele é proprietário da terra que trabalha (ou, pelo menos, da maior parte). Constatamos, também, que, no caso desta UD, a unidade de produção gasta bem mais do que a casa. O crédito tirado do banco é plenamente empregado na produção. E, sobretudo, observamos que é fora da atividade estritamente agrícola que Fernando obtém as suas maiores receitas. A atividade de "dar a meia", fonte destas receitas, pode ser vista como "circulação de capital". Mas, ao mesmo tempo, tivemos a comprovação de que a participação de Fernando e os seus filhos na produção é intensa: mais da metade da mão-de-obra utilizada no roçado é mão-de-obra familiar. Assim, podemos falar em tendência ou sentido do movimento no eixo de tensão, na direção do "aburguesamento" de Fernando.

Isto, com toda a prudência requisitada pela própria natureza dos nossos dados.

No outro extremo, Ubaldo é quem tem o menor roçado; ele gasta mais na casa que no roçado e utiliza uma boa parte do crédito para cobrir gastos da casa. Sobretudo, a fragilidade da sua situação o obrigou a gastar um dinheiro que tinha poupado anteriormente, a vender uma bicicleta e a sua

força de trabalho. Podemos falar, aqui, em tendência ou deslocamento para o polo da proletarização.

Da mesma maneira, poder-se-ia situar Bernardo e Severino entre estes dois extremos, sendo que, provavelmente, a posição de Bernardo seria considerada ligeiramente mais próxima do polo "aburguesamento" (devido à sua intensa utilização de mão-de-obra e ao fato de gastar no roçado, maior que o de Severino, mais do que o gasto na casa).

Mas estas primeiras conclusões nos obrigam a alargar o campo de análise, mesmo que seja em forma de hipóteses, já que, como dissemos inúmeras vezes, devemos nos cuidar ante o risco das generalizações apressadas, partindo de um recorte tão drástico como o nosso, no tempo e no espaço, da realidade de Poço Comprido.

O que é que pode acontecer, se alargarmos o nosso horizonte temporal? Vários autores que têm estudado a questão da diferenciação, apontam para diversos fatores que, analisados em períodos mais longos, dificultam a passagem dos nossos "candidatos" para a categoria de "empresários capitalistas da agricultura".

Por exemplo, Afrânio GARCIA tem indicado que a presença do latifúndio e os preços altos da terra impõem um limite para o crescimento do roçado dos agricultores mais prósperos. Este mesmo fenômeno acelera o declínio dos mais fracos (GARCIA Jr., 1986, p. 34). O mesmo autor tem apontado o fracionamento do patrimônio, no momento da partilha por herança, como um fator que pode reverter um processo de acumulação (GARCIA Jr., 1983 b, p. 188-189). Vários autores (ARCHETTI e STÖLEN, 1975; GARCIA Jr., 1983 b; JOLLIVET, 1982)

têm observado que, em certos casos, a reprodução da UD passa por uma tecnificação, que por sua vez diminui o emprego de mão-de-obra assalariada. Chegamos, assim, ao processo típico dos "farmers", ao que parece, condenados à "reprodução alargada" para manterem o seu nível de vida, sem no entanto deixarem de ser explorados nos mercados de produtos, de dinheiro e das terras, e sem que a unidade de produção passe a funcionar como empresa (Cf. Capítulo 1).

ARCHETTI e STÖLEN (1975) tem mostrado, com razão, como o escasso poder de barganha nos diferentes mercados é, em si, um freio para a acumulação.

A maior parte, talvez todos estes limites, podem ser aplicados à nossa realidade. Basta lembrar, por exemplo, o que nós chamamos de fragilidade da situação dos nossos produtores de abacaxi: uma mudança na política de crédito ou na situação, relativamente favorável, do mercado do abacaxi, e a situação dos nossos agricultores muda totalmente. Vimos que até o aparecimento de uma praga poderia gerar o mesmo efeito.

O mercado de terras e o poder dos latifundiários são outros limites tangíveis ao crescimento dos "abacaxizeiros". A partilha da herança também joga e, no nosso caso, faz parte do horizonte relativamente imediato da família de Fernando: a idade dos filhos faz com que eles pensem, cada vez com mais intensidade, na independência econômica. De fato, este processo já estava começando, sendo que os filhos de Fernando começavam a arrendar os seus próprios roçados, com a ajuda do pai. O resultado deste processo, segundo declarou o próprio Fernando, seria o retraimento do abacaxi, e a conse-

quente expansão do gado. Mais tarde virá a partilha do próprio terreno...

Mas relativizar o processo no tempo não significa que seja impossível o "salto" da simples tensão à realidade do aparecimento de "novos burgueses". Ao que tudo indica, este processo é difícil pelo caminho da produção agrícola, pelo menos no Nordeste. No caso estudado, nos parece claro que a possibilidade de Fernando deixar de trabalhar diretamente na agricultura está decisivamente ligada às suas atividades extra-roçado: "dar a meia" e, a partir do ano que seguiu à nossa pesquisa, a comercialização.

Da mesma forma, raciocinar com um período mais longo nos permite relativizar a situação de Ubaldo, pois a situação delicada de 85 era devida, em grande parte, ao fato dele não ter podido plantar abacaxi em 84. A sua expectativa era de que, no ano de 86, a situação melhorasse sensivelmente, invertendo o sentido da tensão (que, em 85, apontava para o polo da proletarização).

Alargar o nosso campo de reflexão no espaço introduz, também, outras relativizações, que dizem respeito, particularmente, ao polo da proletarização. Como já dissemos anteriormente, os produtores de abacaxi são, de certa forma, um grupo privilegiado no conjunto dos pequenos agricultores de Araçagi. Vimos que eles têm, em média, um roçado maior. E também que, pelo menos as UD's por nós pesquisadas, tinham acesso ao crédito e apresentavam um nível de consumo bastante superior ao que, pela nossa experiência, era possível atribuir à maioria das UD's de pequenos agricultores.

Com isto, estamos querendo apontar que, ao considerar

o conjunto dos pequenos agricultores da região, a pressão para a proletarização é, certamente, mais forte em outro tipo de unidade de produção. Nestas outras UDs, a presença da tensão já se manifesta pela venda da força de trabalho como prática corrente, pela exiguidade dos roçados, etc.

Finalmente, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que o estudo da "lógica própria" da unidade econômica camponesa não impede avançar no estudo da diferenciação. Achamos que as conclusões do nosso trabalho apontam neste sentido.

BIBLIOGRAFIA

ARCHETTI, E.P. & STÖLEN, K.A.

- 1975 - Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino.
Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

BARTOLOMÉ, L.

- 1975 - Colonos, plantadores y agroindustrias.
La explotación familiar en el Sudeste de Misiones. Desarrollo Económico. Buenos Aires, 15 (58): 239 - 264, jul. - set., 1975.

BARTRA, A.

- 1982 - El comportamiento económico de la producción campesina. Mexico, Universidad Autónoma de Chapingo.

BRITO, C.A. de

- 1980 - Análise das Relações de Trabalho na Cultura do Abacaxi. João Pessoa, UFPb (Série Textos para Discussão).

CEPAL

- 1985 - Economía campesina y agricultura empresarial: tipología de productores del agro mexicano. 2ª. ed. México, Siglo Veintiuno Editores.

CHAYANOV, A.V.

- 1966 - The Theory of Peasant Economy, D. Thonner
B. Kerblay, R. Smith (eds.), American Economic
Association, Homewood, Illinois, Irwin.

CHOAIRY, S.A.

- 1984 - O abacaxizeiro. João Pessoa, EMEPA/PB.

CHOAIRY, S.A. & BOSCO, J.

- 1983 - Consórcio na cultura do abacaxi. João Pessoa,
EMEPA/PB (Comunicado Técnico nº 3).

CHOAIRY, S.A. et alii

- 1984 - Pragas do abacaxi e seu controle. Brasília,
EMEPA/DDT.

EDWARDS, D.

- 1961 - An Economic Satudy of Small Farming in Jamaica.
s.L., Mac Lehose

FORTES, M.

- 1958 - "Introduction" In: The Development Cycle in Do-
mestic Groups, J. Goody (ed.), Cambridge Uni-
versity Press.

FRANKLIN, S.H.

- 1969 - The European Peasantry. London, Meuthen.

GALESKI, B.

- 1972 - Basic Concepts of Rural Sociology. Manchester,
Manchester University Press.

GARCIA Jr., A.R.

- 1983 a - Terra de Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1983 b - O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de repro-
dução camponesa e transformação social. Tese de

Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

- 1986 - Libres et assujetés: la transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nord-Est du Brésil. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, 65: 14 - 40, nov., 1986.

GODELIER; M.

- 1969 - Rationalité et Irrationalité en Economie. Paris, François Maspero.

GRABOIS, J. & AGUIAR, M.J.N.

- 1982 - A organização do espaço agrário nos municípios de Sapé e Marí. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba (mimeo).

GRAZIANO da SILVA, J. (coord.)

- 1980 - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2ª edição. São Paulo, Ed. Hucitec.

GRAZIANO da SILVA, J.

- 1981 - A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GRAZIANO da SILVA, J. et alii

- 1983 - Tecnologia e Campesinato. Revista de Economia Política. São Paulo, 3, (4): 21 - 55, Out./Dez. 1983.

HEREDIA, B.

- 1979 - A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro.

ro, Paz e Terra.

JOHNSON, G.J.

- 1969 - The modern family farm and its problems. In: Economic problems of agriculture in industrial societies, Londres, Mac Millan.

JOLLIVET, M.

- 1982 - O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. Raízes. Campina Grande, 1: 5 - 24, jul./dez. 1982.

- s.d. - Sociétés rurales et capitalisme. In JOLLIVET, M. (dir.). Les Collectivités Rurales Françaises (t. II). Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village. Paris, Armand Colin.

LENINE, V.

- 1974 - Le Développement du Capitalisme en Russie. Paris, Editions Sociales/ Moscou, Editions du Progrès.

MARTÍNEZ, M.P.-L. de

- 1976 - El empleo de trabajo ajeno por la unidad campesina de producción. In: STAVENHAGEN, R. et alii. Capitalismo y campesinado en México. Estudios de la realidad campesina. México, Ed. Instituto Nac. de Antropología e Historia/La Casa Chata.

MARTÍNEZ, M.P.L. & RENDÓN, T.

- 1983 - Las unidades domésticas campesinas y sus estrategias de reproducción. In: APPENDINI, K. et alii. El campesinado en México: Dos perspecti-

- vas de análise. México, El Colégio de México.
- MARX, K.
- 1977 - Le Capital. Trad. Joseph Roy. Paris, Editions Sociales. 3 v.
- MENDRAS, H.
- 1978 - Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MEYER, D.R.
- 1980 - A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOURA, M.M.
- 1986 - Camponeses. São Paulo. Ed. Ática.
- NEVES, D.P.
- 1981 - Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- PEBAYLE, R. & GRABOIS, J.
- 1983 - Le Bas Agreste. In: Géographie et Ecologie de la Praïba (Brésil). CEGET (nº 50).
- PEROSA Jr., R.M. & AIDAR, A.C.K.
- 1983 - Espaços e Limites para a Empresa Capitalista na Agricultura. Rio de Janeiro, FGV Editora. (Relatório nº 29).
- POLANYI, K.
- 1957 - "The Economy as an Instituted Process", Trade and Markets in Early Empires, New York, Free Press.
- PRADO Jr., C.
- 1978 - A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Ed.

Brasiliense.

SCHULTZ, T.V.

- 1964 - Transforming Traditional Agriculture. New Haven, Yale University Press.

SHANIN, T.

- 1971 - A Russian Peasant Household at the Turn of the Century. In: SHANIN, T. (ed.). Peasants and Peasant Societies. Harmondsworth, Penguin Books Ltd.

- 1976 - Naturaleza y lógica de la economía campesina. Barcelona, Editorial Anagrama.

SIDERSKY, P.

- 1986 a - "Casa - rozado" y mercado. Categorías para analizar la economía de los pequeños agricultores del nordeste brasileño. Monografias. Olavarría, 6 : 45 - 59, out. 1986.

- 1986 b - Alguns itens para um roteiro de discussão sobre a problemática do pequeno produtor. Rio de Janeiro, PTA/FASE (Textos para Debate nº 7). (Mimeo).

SIQUEIRA, D.E.

- 1984 - Desarrollo del capitalismo en el agro brasileño y diferenciación de la pequeña producción: los agricultores familiares capitalistas en São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pos-Graduação de Sociologia, Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico.

TAVARES dos SANTOS, J.V.

- 1984 - Colonos do Vinho. Estudo sobre a Subordinação do trabalho camponês do capital. 2ª. ed. São Paulo, Ed. Hucitec.

TEPICHT, J.

- 1973 - Marxisme et Agriculture: le paysan polonais. Paris, Armand Colin (Coll. U Prisme).

VIVALLO PINARE, A.G. & WILLIAMS FUENTES, C.O.

- 1984 - Pequenos Produtores I - Métodos de Pesquisa em Sistemas Sócio-Econômicos. Petrolina, EMBRAPA-CPTSA.

WARMAN, A.

- 1976 - ... Y venimos a contradecir. México, La Casa Chata.

WOLF, E.

- 1976 - Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

A N E X O S

ANEXO Nº 01

GRÁFICOS DE MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIADA, POR UD.

GRÁFICO A - EVOLUÇÃO MENSAL DO USO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIADA PARA A UD - UBALDO.
(Em dias/homem por mês).

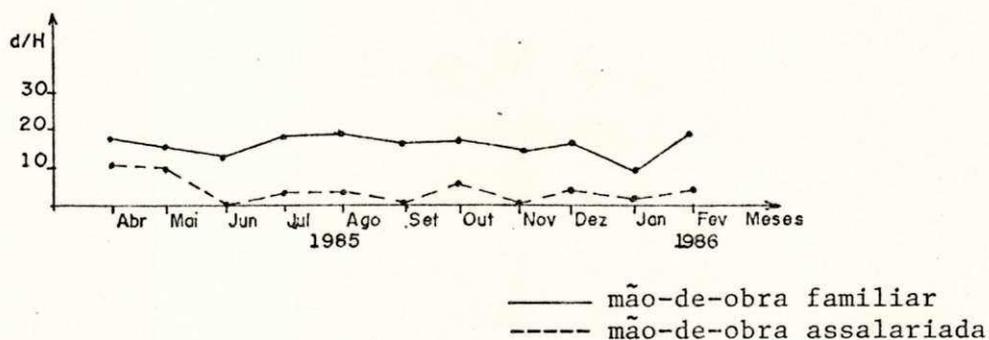


GRÁFICO B - EVOLUÇÃO MENSAL DO USO DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIADA PARA A UD - FERNANDO.
(Em dias/homem por mês).

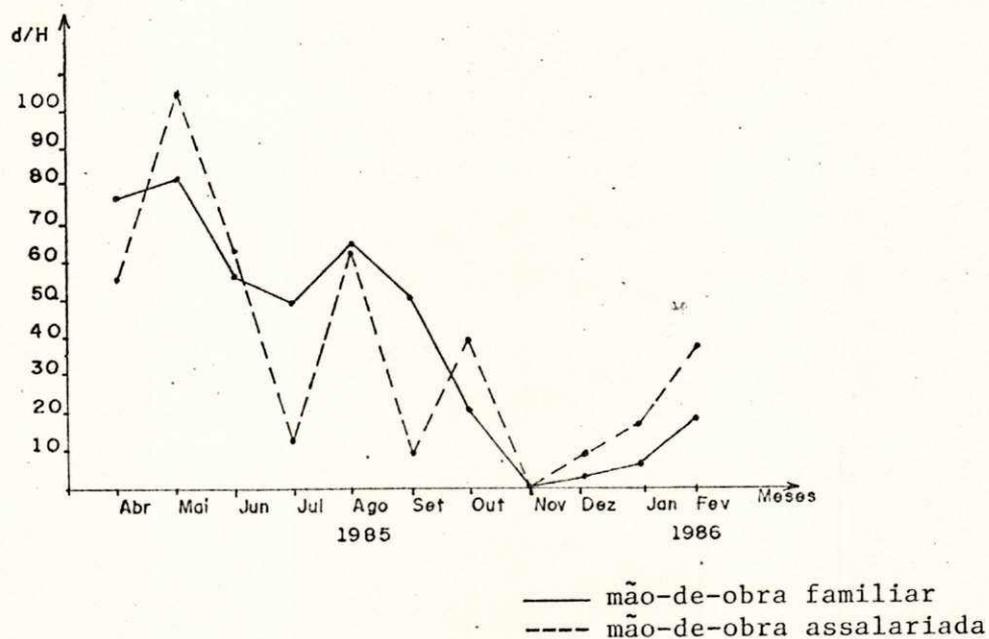


GRÁFICO C - EVOLUÇÃO MENSAL DO USO DE MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIADA, PARA A UD - SEVERINO.
(Em dias/homem por mês).

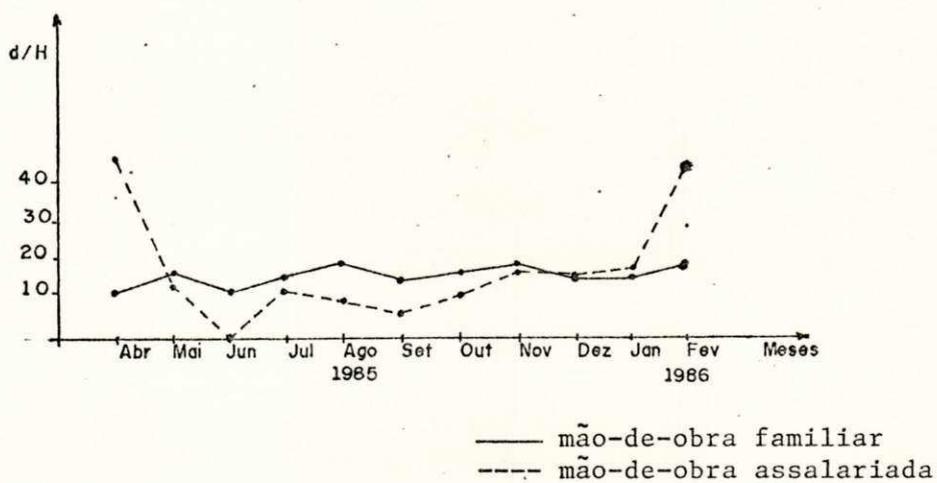
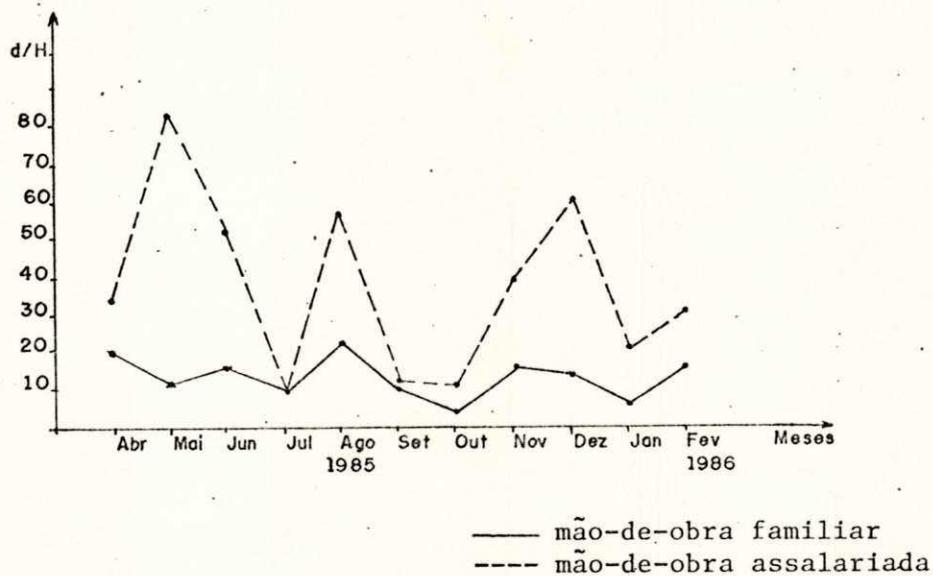


GRÁFICO D - EVOLUÇÃO MENSAL DO USO DE MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E ASSALARIADA, PARA A UD - BERNARDO.
(Em dias/homem por mês).



ANEXO 02 a - O que vem da feira. Lista detalhada das compras feitas na feira.
(Dados de 9 meses, em cruzeiros e quantidades)

PRODUTO	Ubaldo		Severino		Francisco		Bernardo		Total	
	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$
leite em pó	20 latas	306.500		4.400			30 latas	399.600		710.500
açúcar	110 kg	201.680	95 kg	174.700	233 kg	449.675	153 kg	279.500	591 kg	1.105.555
rapadura	10 u	13.500	5 u	3.000			4 u	8.000	19 u	24.500
café	1,05 kg	19.700	2,55 kg	56.800	10,8 kg (*)	216.800	1,9 kg (*)	38.200	16,3 kg (*)	331.500
farinha de mandioca	-	-	-	-	350 kg	210.000	-	-	350 kg	210.000
arroz	28,5 kg	88.600	42,5 kg	160.600	54 kg	171.600	42 kg	153.350	167 kg	574.150
macarrão	2 pac.	4.100	26 pac	52.200	26 pac	53.500	31 pac	64.600	85 pac	174.460
vitamilho (cuscuz)	8,5 kg	22.800	8 kg	30.800	35 kg	97.820	34 kg	105.000	85,5 kg	256.420
fubá (de milho)	6,5 kg	11.100	-	-	7 kg	14.600	8 kg	9.900		35.600
farinha de trigo	2 kg	3.500	-	-	-	-	13 kg	30.890	15 kg	34.390
bolacha/biscoitos	-	33.200	-	88.400	-	-	-	80.673	-	202.273
munguzá	-	-	-	-	2 pac.	1.100	-	-	-	1.100
pão		192.800		293.500		270.000		35.900		792.200
feijão mulatinho	29 kg	122.800	52 kg	202.000	120 kg	440.000	12 kg	41.000	213 kg	805.800

ANEXO 02 b - O que vem da feira. Lista detalhada das compras feitas na feira
(dados de 9 meses, em cruzeiros e quantidades)

PRODUTO	U		S		F		B		Total	
	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$
feijão macassar	29 kg	66.200	56 kg	101.500	120 kg	180.000	-	-	205 kg	347.700
fava							126 kg	341.000	126 kg	341.000
óleo	4 latas	31.500	20 latas	139.600	8 latas	50.100	23 latas	153.590	55 latas	374.790
manteiga				22.900		13.000		5.000		40.900
margarina				54.450		25.700		21.400		101.550
sal	4 kg	2.600		800			5 kg	1.500		4.900
vinagre					3 g.	5.700	4 g.	5.175		10.875
cebola	-	-	-	-	8 kg	35.000	-	-	8 kg	35.000
tomate	-	-	-	-	42 kg	115.500	-	-	42 kg	115.500
verduras		19.300		200.000		38.500		121.200		379.000
frutas		11.100		13.000		12.800		84.000		120.900
inhame			2 kg	4.000					2 kg	4.000
suco de fruta				10.000				14.000		24.000
temperos				5.000		18.500				23.500
doces		7.000		6.500						13.500

ANEXO 02 c - O que vem da feira. Lista detalhada das compras feitas na feira.
(dados de 9 meses, em cruzeiros e quantidades)

PRODUTO	U		S		F		B		Total	
	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$	unidade	Cr\$
carne de galinha	9,2 kg	76.950	9 kg	119.300	9,5 kg	61.250	21 kg	178.500	48,7 kg	436.000
carne de charque	24,3 kg	296.900	44 kg	591.500	104,8 kg	1.366.100	45,5 kg	639.000	218,6 kg	2.893.500
carne de porco	1,5 kg	22.500	9,6 kg	117.000	-	-	2,5 kg	20.500	13,6 kg	160.000
carne "verde" (bovina)	4,8 kg	43.750	33 kg	307.000	103,5 kg	1.145.600	40 kg	451.250	181,3 kg	1.947.600
carne de bode	-	-	-	-	18 kg	241.000	-	-	18 kg	241.000
carne de baleia	0,5 kg	6.000	2,5 kg	26.000	11 kg	118.000	3,2 kg	32.000	17,2 kg	182.000
cabrito	-	-	-	-	1,8 kg	12.000	-	-	1,8 kg	12.000
"miudo de gado"	6 kg	57.000	-	-	7 kg	36.000	1 kg	6.000	14 kg	99.000
peixe	7,8 kg	87.800	20,7 kg	169.500	19 kg	117.000	17 kg	120.500	64,5 kg	494.800
camarão seco (e camarangueijo)	-	6.500	4,25kg	27.000	7 kg	36.000	2,5 kg	15.000	13,75 kg	84.500
mortadela	0,4 kg	5.000	-	-	25 kg	131.000	4 kg	29.000	29,4	165.000
ovos	-	-	510 u	170.000	-	-	348 u	133.800	858 u	303.800
sardinhas (enlatadas)	1 u	2.200	3 u	9.000	-	-	-	-	4 u	11.200
queijo	0,2 kg	1.800	2,7 kg	39.500	-	-	4,2 kg	56.400	7,1 kg	97.700
"MISTURA" SUBTOTAL		606.400		1.575.800		3.263.950		1.681.950		7.128.100

ANEXO 02 d - O que vem da feira. Lista detalhada das compras feitas na feira.
(dados de 9 meses, em cruzeiros e quantidades)

PRODUTO	U		S		F		B		Total	
	unidade	Cr\$								
fumo/cigarros				27.800		2.400		52.000		82.200
bolo				44.500						44.500
outros		12.300						37.300		49.600
SUB-TOTAL		1.170.280		1.696.450		2.422.295		2.082.838		7.371.863
TOTAL GERAL		1.776.680		3.272.250		5.686.245		3.764.788		14.499.963

ANEXO Nº 03 - FLUXO DE CAIXA DAS QUATRO UDs.

	Entradas		Saídas	
F E R N A N D O (1)	Receitas Crédito agrícola Crédito comercial	48.500.000 3.500.000 7.000.000 <u>59.000.000</u>	Despesas de casa Despesas de operação do roçado Devolução crédito agrícola Devolução crédito comercial Compra de caminhão	9.525.095 22.762.500 3.700.000 7.000.000 16.000.000 <u>58.987.595</u>
		(1)	(Saldo 12.405)	
B E R N A R D O (2)	Receitas Crédito agrícola	17.236.500 2.315.000 <u>19.551.500</u>	Despesas da casa Despesas do roçado Devolução crédito agrícola Empréstimos feitos a terceiros	6.517.363 9.656.500 1.741.000 320.000 <u>18.234.863</u>
			(Saldo [reserva] 1.316.637)	
S E V E R I N O (3)	Receitas Crédito agrícola Crédito comercial Utilização reservas	9.336.000 1.330.000 1.050.000 395.000 <u>12.111.000</u>	Despesas da casa Despesas do roçado Devolução de crédito comercial Empréstimos feitos a terceiros Depósitos a juros ao banco	6.626.150 1.758.500 570.000 100.000 1.000.000 <u>10.054.650</u>
			(Saldo [reserva] 2.056.350)	
U B A L D O (4)	Receitas Créd. banc. agrícola Créd. banc. comercial Crédito particular Venda de objetos particulares Utilização de reservas (depósitos)	2.028.000 400.000 520.000 130.000 160.000 1.077.000 <u>4.305.000</u>	Despesas da casa Despesas do roçado Devolução de crédito bancário comercial Devolução crédito particular	1.119.700 2.277.880 520.000 130.000 <u>4.047.580</u>
			(Saldo 257.420)	

(1) Embora apareça um certo equilíbrio no que diz respeito ao crédito (Fernando aparece aqui com um saldo credor no banco), lembramos que estas cifras correspondem a nove meses. Segundo dados colhidos em entrevista, no primeiro trimestre Fernando recebeu Cr\$ 3.180.000 de crédito agrícola e utilizou, aproximadamente, Cr\$ 2.500.000 de recursos próprios depositados em caderneta de poupança. Não devemos esquecer, também, as 4 t. de fertilizantes, que representam um valor em torno de Cr\$ 4.100.000. Contabilizados estes dados, constatamos que, no fim do ano, Fernando endividou-se junto ao banco e consumiu algumas reservas. Mas, ele possuía um crédito importante junto ao negociante, ao qual ele vendeu toda a sua colheita de abacaxi e conseguiu comprar um caminhão. Sem pretender ter dados muito exatos, o ano de 1985 parece ter sido, economicamente, bastante favorável a Fernando.

(2) Bernardo tirou crédito agrícola de custeio para 3 ha. de abacaxi. Isto significa 3 t. de fertilizantes - o que representa entre Cr\$ 2.000.000 e Cr\$ 3.075.000. Além disto, calculamos que deve ter recebido, no primeiro trimestre, entre Cr\$ 2.300.000 e Cr\$..... 3.000.000 para "trabalhar". Também investiu recursos próprios, provenientes de revenda de um pedaço de terra, comprado no ano anterior. Temos portanto, que Bernardo, durante 1985, endividou-se e descapitalizou-se. Aumentou, porém, a superfície cultivada (sobretudo aquela cultivada por conta própria). Apesar dos números pouco alentadores, um crescimento do preço do abacaxi maior que a taxa de juros permitirá criar uma situação favorável. Na realidade, a chegada do Plano Cruzado deve ter diminuído bastante o peso da dívida bancária.

(3) Severino recebeu "custeio" para 1 ha. de abacaxi. No primeiro trimestre, ele recebeu 1 t. de adubo - por um valor de Cr\$ 1.024.000. Além de Cr\$ 524.000 para "trabalhar".

A existência de mais de dois milhões de saldo, no final do ano, deve ser relativizada. Por um lado, Severino tem uma dívida a curto prazo (crédito comercial). Por outro, é provável que ele tenha feito mais depósito(s) a prazo, no banco. Também existe a possibilidade de outros "negócios" não declarados...

Ele terminou o ano endividado, mas como as perspectivas para o abacaxi pareciam boas, a situação não o preocupava.

- (4) Ubaldo recebeu, ainda no primeiro trimestre, Cr\$ 1.134.000, como crédito "para trabalhar", além de 1 t. de fertilizante, que custou Cr\$ 593.000 . A rigor, Ubaldo quase não teve receitas provenientes do roçado. O saldo do abacaxi vendido em 1984 é que possibilitou a sobrevivência da família. A situação de Ubaldo depende do resultado da sua ha. de abacaxi, e do comportamento econômico do abacaxi - (E teve o Plano Cruzado...)

ANEXO Nº 04 - CÁLCULO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O CRÉDITO
AGRÍCOLA DE 1984, UD - BERNARDO.

	Cr\$	ORTN
março de 1984.	951.000,	102,21
maio de 1984	400.000,	35,89
junho de 1984	126.946,	10,46
julho de 1984	263.473,	19,88
	<hr/>	<hr/>
	1.741.419,	168,44

Valor de 168,44 ORTNs em novembro de 1985 = Cr\$ 10.703.893,

valor original = Cr\$ 1.741.419,

correção momentária = Cr\$ 8.962.474,